

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: problemas e perspectivas

Adelino Torres (*)
Manuel Ennes Ferreira (**)

CPLP: Um projecto condicionado

Na análise dos problemas e perspectivas da CPLP na conjuntura actual teremos em conta três factores que, no plano metodológico, nos orientam no tratamento da problemática:

Em primeiro lugar o factor “**mundial**”, ou seja, de que modo a existência da CPLP é condicionada pelo contexto global em que está inserida e como a poderemos apreciar à luz de alguns debates teóricos contemporâneos que circunscrevem a questão do desenvolvimento e das relações internacionais;

Seguidamente, o factor “**intra-comunitário**”, quer dizer os elementos que estão na origem (ou resultam) do equilíbrio das relações entre os países dentro do espaço da CPLP. Este parâmetro é determinado pela eventual percepção estratégica do papel que a CPLP pode desempenhar.

Por último o factor “**interno**”, o qual corresponde às experiências nacionais e à óptica segundo a qual cada um dos países membros apreende o futuro da CPLP. Em síntese, que “*economias externas*”, se as houver, a Comunidade é susceptível de criar e, eventualmente, quais são, para os PALOP, as “*expectativas racionais*” daí resultantes?

Nesse contexto multifacetado conjugam-se naturalmente vectores de convergência e divergência, de isolamento, bilateralidade e multilateralidade. Embora este capítulo se concentre essencialmente sobre a economia, os autores estão bem conscientes de que os problemas estão longe de ser apenas de ordem económica.

Como dissemos, começaremos por enquadrar a realidade da CPLP no âmbito da economia mundial deste início do século XXI, interrogando algumas das tendências que se delineiam a Norte e a Sul do planeta bem como as características dessa rápida mutação que, como tudo indica, irá condicionar a própria existência da

CPLP. Na medida em que não são ainda claras as perspectivas que esse movimento global anuncia, não nos aventuraremos, bem entendido, a fazer predições teleológicas.

Podemos, no entanto, emitir algumas hipóteses sobre eventuais resultados do processo em curso.

As relações “intra-comunitárias” serão abordadas com base nos resultados obtidos nestes últimos 4 anos de funcionamento da CPLP, o que, sendo um período ainda muito curto, é no entanto já suficiente para alicerçar algumas interrogações preliminares ainda que provisórias.

O processo de desenvolvimento no interior de cada um dos países membros, será tratado mais sinteticamente e apenas na medida em que as políticas internas (económicas, de governação, etc.) têm incidência sobre as potencialidades e dinâmica do projecto de comunidade.

Os limites da CPLP

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ou CPLP, criada em Julho de 1996, agrupa sete países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, sendo certo que, num futuro próximo, um novo país virá reforçar esta comunidade: Timor Lorosae¹, conforme foi, aliás, desejado pelos representantes dos sete países na recente 3ª Cimeira da CPLP em Maputo: “Os Chefes de Estado e Governo saudaram a participação de Timor Leste e transmitiram o desejo de que, a muito breve prazo, Timor Leste requeira a sua adesão à CPLP como 8º membro.”²

A CPLP apresenta-se como um espaço de cooperação baseado na língua comum e num conhecimento onde se procuram elementos de convergência histórica que reforcem a sua coesão³.

¹ «A inclusão explícita de Timor-Leste entre os membros da CPLP aparece como a prova mínima da seriedade activa e passiva deste projecto lusófono». Cf. Fernando Santos Neves, *Para uma crítica da razão lusófona: onze teses sobre a CPLP e a Lusofonia*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000. A visita do Presidente português Dr. Jorge Sampaio e, mais recentemente, do Presidente brasileiro Dr. Fernando Henrique Cardoso, a Timor Lorosae confirmam que este país integrará rapidamente a CPLP onde até agora tem participado como observador.

² Cf. CPLP, *Declaração de Maputo dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP*, Maputo, 17-18 de Julho de 2000: ponto 2.

³ Estes elementos são fundamentais, mas é indispensável não perder de vista que sem uma definição de objectivos claros, quer dizer uma estratégia política, na qual estejam igualmente empenhados os países membros, todas as iniciativas se diluirão em retórica. Vd Alfredo Margarido, A

Enquanto comunidade, conceito que pressupõe conteúdos económicos, políticos, culturais, etc., que geram complementaridades e, conseqüentemente, formas de solidariedade de vária ordem, a CPLP está longe de ser uma instituição consolidada. Essencialmente parece faltar ainda à CPLP um projecto que subordine de alguma forma os interesses particulares dos Estados a uma estratégia que os supere⁴, ou - para empregar as palavras do financeiro George Soros no seu mais recente livro - a um “*realismo geopolítico*.”⁵

Mas se esta afirmação parece evidente seja qual for a óptica em que nos coloquemos, ela afigura-se ainda mais pertinente no plano estritamente económico.

Com efeito, não se vê como é que a CPLP poderá formalizar uma interacção convergente dos *comportamentos* (dos Estados e dos indivíduos enquanto agentes económicos), quando essa convergência não pode ser concebida na ausência de uma “*estabilidade de objectivos*”, sem a qual, em última análise, não é exequível elaborar modelos que formalizem, com coerência mínima, caminhos possíveis para a construção de uma cooperação económica para o desenvolvimento do espaço da CPLP.

É claro que podemos admitir a hipótese da conjunção de “*objectivos estáveis*” com “*comportamentos instáveis*”⁶, como poderia ser o caso da CPLP, se, por um processo de aprendizagem, os últimos se fossem a pouco e pouco ajustando aos primeiros. Porém, o problema que se coloca actualmente é que não se descortina, por detrás das retóricas, qual ou quais os “*objectivos estáveis*” (estratégias claramente delineadas) que poderão servir de esteio ao projecto de uma “comunidade lusófona”.

Se esse pressuposto é inconsistente, como parece ser o caso da CPLP, os “*comportamentos*” serão, por definição, erráticos, dependentes da conjuntura política ou mesmo de humores de circunstância, o que não é certamente uma via prometedora de futuro.

lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

⁴ O que não está a acontecer ainda. O nº 18 de revista *Lusofonia* (Outubro-Novembro 2000) publicou um dossier especial sobre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) cuja actividade parece muito mais orientada para a expansão dos interesses brasileiros em África do que para promover, no quadro comunitária da CPLP e conjuntamente com Portugal, uma acção concertada.

⁵ George Soros, *Open Society: Reforming Global Capitalism*, Londres 2000: 304

⁶ Sobre este assunto ver Pierre-Noël Giraud, *L'inégalité du monde*, Paris, Gallimard, 1996:35 sgs

É ainda necessário não perder de vista dois factores que estão no centro das justificações da CPLP e que eventualmente podem vir a assumir-se como ambíguos no seu conteúdo e implicações práticas: a Língua e a História.

Se destacarmos o primeiro, é óbvio que a “*Língua Oficial*” é duplamente importante: serve em cada Estado como factor de consolidação de uma indispensável estabilidade interna; é uma força de agregação num espaço geograficamente fragmentado como o da CPLP,

No entanto pode revelar-se frágil, se as diversas tensões de identidade, que estão mais ou menos latentes ou até mesmo mais explicitamente exteriorizadas, vierem a dar origem a novos espaços próprios (Estados), à semelhança do que ocorreu, aliás, recentemente com o exemplo servo-croata ou com diversas repúblicas da ex-URSS. O exemplo de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique ocorre-nos de imediato.

O segundo factor geralmente evocado é o da “*História*”. Aí o discurso político oficial carrega, implicitamente, uma concepção “*civilizacional*” que se quer positiva, sem tensões, minimizando “efeitos negativos” passados, o que até pode ser justificável se se entender que é do interesse de todos buscar o caminho mais curto para resolver problemas do presente e equacionar os do futuro...

Mesmo que, no limite, não se ponha em causa essa metodologia, é contudo aconselhável não perder de vista os seus limites que transparecem em duas ambiguidades:

Por um lado, pelo optimismo superficial que sugere, esta retórica da legitimação não dá conta dos “*encontros e desencontros*” gerados por essa história (quer dizer, não tira dela consensos suficientes) entre portugueses, brasileiros e africanos, em particular no que se refere aos séculos XIX e XX, o que a torna suspeita aos olhos de alguns.

Por outro lado, a história do passado colonial é obviamente diferente conforme a sua leitura é feita por uns ou por outros (ex-colonizadores ou ex-colonizados), o que dá origem a interpretações contraditórias. Ao percorrerem transversalmente as ideias,

estas podem alterar a acção ou enviesar os seus objectivos, mesmo se tal não é explícito ou conscientemente apreendido...⁷

Estas breves anotações pretendem apenas chamar a atenção para alguns parâmetros que intervêm na análise das relações intra-CPLP, alertando para a relativa fragilidade dos conceitos que lhe servem de alicerce...

Ademais, a própria situação económica e social dos PALOP enfrenta problema sem medida comum com os de Portugal e do Brasil. Como é que economias nesse estádio se poderão integrar num sistema global com base na informação e na tecnologia, quando não dispõem de infra-estruturas de comunicação nem de recursos humanos adequados? Manuel Castells comenta dizendo que é “como se se tivesse tentado a industrialização sem electricidade”⁸

Assim, o estudo da CPLP suscita desde logo interrogações de vária ordem: em que medida esta iniciativa corresponde, no plano intra-comunitário, aos interesses dos seus membros?⁹ Por outras palavras, quem ganha o quê e como? Indo mais longe, de que modo a existência desta comunidade está submetida a condicionalismos internacionais, quer eles sejam determinados pelos interesses de áreas de influência como a velha “Trilateral” (EUA, União Europeia, Japão)¹⁰, quer resultem das obrigações que decorrem dos objectivos de instituições internacionais, nomeadamente da OMC ou do Acordo de Cotonou que liga a União Europeia ao conjunto de países onde se integram os PALOP? Ou, dito de outro modo, como poderão estes países africanos preencher os requisitos traçados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em termos de abertura ao comércio internacional, dada a insuficiência das suas infraestruturas e a fraqueza dos meios de que dispõem? De que modo as políticas económicas que lhes são exigidas se poderão ajustar aos parâmetros e metodologias

⁷ Relacionado com alguns aspectos destas problemáticas, ver por exemplo: Arlindo Barbeitos, “Sociedade, Estado: sociedade civil, cidadão e identidade”, dactilografado. Manuscrito inédito facultado pelo autor.

⁸ Cf. Manuel Castells, “A África na era da Internet”, *Folha de São Paulo* (S. Paulo), 20/8/2000.

⁹ A edição do 10 de Janeiro de 2001 do jornal *Expresso* (Lisboa) noticiava que o Presidente da Assembleia da República portuguesa, Almeida Santos, entende que a CPLP “ainda não revelou maturidade” que permita pensar-se na “institucionalização de uma cidadania comum” para os países desta comunidade. Mesmo sem ir tão longe, poderia perguntar-se que passos foram feitos pelo menos para melhorar a circulação dos cidadãos nesse espaço na base do critério de uma razoável reciprocidade, ou como compatibilizar esse processo com as violentas limitações do Acordo de Shengen?

¹⁰ Holly Sklar (Edited by), *Trilateralism – The Trilateral Commission and Elite Planning for World Management*, Boston, South End Press, 1980.

fixados pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, e como as conciliar com a urgência dos problemas sociais com que se debatem?

Os PALOP fazem parte dos países ACP signatários do Acordo de Cotonou, e como tal são beneficiários das ajudas previstas nesse quadro, enquanto Portugal, membro da União Europeia, não pode firmar acordos especiais que contrariem os tratados comunitários já existentes.

Aliás, supomos que não foi certamente por acaso que o Secretário de Estado da Cooperação, Luís Amado, numa entrevista facultada ao jornal *Expresso* de Lisboa¹¹, não referiu a CPLP propriamente dita e – compreensivelmente – pôs sobretudo o acento tónico no conjunto mais amplo da União Europeia-África, sublinhando a necessidade de «*reforçar (a) capacidade de intervenção política da UE, que é mais importante que a soma dos esforços que o Reino Unido, França e Portugal podem desenvolver separadamente ou em grupo.*»¹²

No que concerne a CPLP, é preferível afastar a concepção romântica de uma “desinteressada” e singular “*irmandade*”, confinada a um espaço histórico e linguístico *sui generis*. Enquanto instrumento conceptual tal pretensão é uma falácia e, como meio de acção, pouco mais do que uma inutilidade.

Bem entendido, nem a legitimidade do projecto nem as conveniências de cada país estão aqui em causa. Parece-nos mesmo que estas últimas só ganhariam em ser francamente assumidas, desde que, no essencial, estejam em conjugação com os objectivos comuns enunciados no acordo¹³. A grande dificuldade será encontrar a *interface* entre interesses nacionais e comunitários, tanto mais que os particularismos dentro da CPLP não podem sobrepor-se aos (ou serem contraditórios com os) objectivos da União Europeia em que todos os membros (e até certo ponto, o próprio Brasil), se encaixam a diversos títulos. Sejam quais forem as ambições nacionais dentro da CPLP, ou a real capacidade de concretizar um “projecto comum” a estes

¹¹ *Expresso* (Lisboa), Março 2000: “Cimeira Euro-Africana – Luís Amado: “A nova parceria implica a liquidação da hipoteca colonial”, entrevista igualmente reproduzida no *site* do ICEP: www.portugalnews.pt.

¹² *Ibid.*

¹³ A noção de “interesse” interpretada unicamente no sentido de um *utilitarismo* vulgar é trivial e necessita de ser clarificada. Como observa Jurandir Freire Costa, «qualquer conceito que pretende esgotar a inteligibilidade do que analisa, a partir de um único ponto de vista, incorre (em) erro. Mas usada no sentido pragmático corrente, a noção pode ter utilidade, desde que possamos ver suas vantagens e desvantagens. Uma das grandes vantagens da ideia de “interesse” é, sem dúvida, de nos libertar da tarefa de sermos anjos em corpos de mamíferos

países, tais objectivos terão sempre de ser equacionadas no seio de uma Comunidade mais alargada que é a *União Europeia-Países ACP*, extensível futuramente ao espaço mediterrânico¹⁴ e provavelmente à América Latina se tivermos em conta que a União Europeia, o Mercosul e o Chile lançaram já, em 24 de Novembro de 1999, as negociações com vista a criar, até 2003, a maior zona de livre comércio do mundo. Uma coisa é certa: no mundo contemporâneo, a condução das relações internacionais já não é mais separável da política interna de cada Estado, como noutras épocas, nem compatível com a existência de coligações contraditórias entre si.

Quanto às vantagens da existência da CPLP, estamos em crer que elas decorrem menos do *económico* do que do conjunto, assaz impreciso aliás, dos factores socio-culturais e linguísticos na medida em que estes facilitam diálogos cruzados com incidências em vários planos, incluindo o da economia.

Todavia, admitindo que a CPLP gera externalidades favoráveis aos seus membros, não é menos verdade que a experiência se reveste de fragilidades – onde o elemento psicológico é decisivo¹⁵ – razão pela qual entendemos que seria imprescindível um “*projecto político*” (no sentido amplo do termo e dentro dos limites atrás enunciados) que lhe desse consistência, salvaguardando ao mesmo tempo uma multipolaridade de poderes e influências tendentes a rejeitar qualquer hegemonia.

Por outro lado, se, nas condições internacionais vigentes, parece ter sido (temporariamente) atenuado o perigo de conflitos “ideológicos”, o mesmo não acontece com o surgimento de conflitos “identitários” que não são difíceis de detectar desde já.¹⁶

É talvez aqui que reside a incógnita do futuro desta comunidade, cujo alcance e significado tentaremos pôr em relevo a seguir.

falantes”. Cf. Jurandir Freire Costa, “Análise dos fundamentos e características da posição filosófica dos “utilitaristas”», *Folha de São Paulo* (S. Paulo), 9/01/2000.

¹⁴ Vd. C. Reynaud et A. Sid Ahmed (Sous la direction de), *L’avenir de l’espace méditerranéen*, Paris, Publisud, 1991; R. Bistolfi (Sous la direction de), *Euro-Méditerranée, une région à construire*, (Prefácio de Edgard Pisani), Paris, Publisud, 1995.

¹⁵ Na entrevista anteriormente citada, o Secretário de Estado da Cooperação, Luís Amado, apercebeu-se de vários problemas desse tipo e tentou enquadrá-los a um nível mais elevado, revelando uma visão estratégica de Estado. É evidente que à questão do *Expresso* segundo a qual «os africanos acusam os europeus de terem ‘complexos neocoloniais’» ele só poderia retorquir que «a noção de ‘responsabilidade’ ou de ‘culpa’ já não é essencial». Assim deveria ser, de facto. Resta saber se esses combates de retaguarda estão tão definitivamente ultrapassados como alguns querem acreditar... Cf. *Expresso* (Lisboa), Março 2000: “Cimeira Euro-Africana – Luís Amado: “A nova parceria implica a liquidação da hipoteca colonial”, *op. cit.*

Debates sobre os fundamentos da globalização

A época contemporânea é caracterizada pelo que se convencionou chamar “globalização”, termo mais frequentemente utilizado do que “mundialização”, salvo nos países de língua francesa¹⁷.

O fenómeno, que não sendo recente se acelerou desde há cerca de vinte e cinco anos, foi influenciado por processos económicos, em particular a intensa reorganização dos sistemas produtivos, a internacionalização do mercado dos capitais financeiros e os progressos da informática e outras tecnologias.

Embora os aspectos económicos sejam fundamentais, é pouco provável, contrariamente à convicção de certos autores¹⁸, que os modelos dos economistas possam, por si sós, fornecer respostas seguras à complexidade crescente deste contexto¹⁹, como o revela o fosso que separa o optimismo liberal, que aborda a “*ciência económica*” como uma ciência “positiva”, do projecto “normativo”, crítico e interdisciplinar das correntes heterodoxas.

Em oposição à orientação liberal, as heterodoxias recusam o paradigma neoclássico, preconizam a necessidade da intervenção pública e integram os factores sociais numa sistémica onde a economia é inseparável tanto da política como de outras vertentes do conhecimento e da acção.

C. Chavagneux observa a esse propósito, lembrando os ensinamentos de Susan Strange, que a “separação entre as abordagens, as ideias e os fundamentos das disciplinas da ciência económica e da ciência política conduz a análises erradas que

¹⁶ Verificável se nos dermos ao trabalho de consultar a obra literária (romance, poesia) e certos ensaios de escritores africanos, incluindo os por vezes chamados “lusó-africanos”, na realidade intelectuais africanos de ascendência europeia...

¹⁷ Jacques Robin in *Transversales Sciences/Cultura*, Novembro-Dezembro de 1999, refere-se a “*mundialização globalizada*”. Os autores franceses utilizam mais frequentemente “*mundialização*” do que “*globalização*”, termo que os anglo-saxónicos preferem. Segundo Sabine Urban, de uma maneira geral a “*globalização*” é entendida como um processo mais radical do que a *mundialização*, na medida em que diz respeito a todos os aspectos da vida e atinge um grande número de pessoas (Sabine Urban in: M. Ricciardelli *et al.*, *Mondialisation e sociétés multiculturelles – L’incertain du futur*, Paris, PUF, 2000).

¹⁸ Franco Modigliani, “Science économique et dynamique du réel” in Ricciardelli 2000, *op. cit.*

¹⁹ Karl Polanyi escrevia em 1947 que se «a economia de mercado criou (...) um novo tipo de sociedade (...), este mundo novo de “motivos económicos” baseava-se numa falácia. Na sua essência, a fome e o ganho não são mais “económicos” que o amor e o ódio, o orgulho ou o preconceito. Nenhum motivo humano é por si “económico”. Não existe algo como uma experiência económica *sui generis*, no sentido em que o homem pode ter uma experiência religiosa, estética ou sexual”. Cf. K. Polanyi, “A nossa obsoleta mentalidade mercantil”, *Revista Trimestral de Histórias & Ideias* (Porto), nº 1, 1978.

estão na base de maus conselhos de acção política²⁰. Roger Tooze, ao fazer o balanço da obra e da contribuição intelectual de Susan Strange, desenvolve igualmente esta questão.²¹

Para os primeiros (os liberais) a globalização vai melhorar consideravelmente o desenvolvimento das sociedades, nomeadamente dos Países em Desenvolvimento (doravante PED) do Sul na medida em que lhes oferece novas oportunidades de modernização e progresso. Estamos de certo modo, para utilizar as palavras de Adriano Moreira, em plena “teologia do mercado que domina o conceito estratégico ocidental”²². De facto, nas relações com o Sul, nomeadamente com África, o anterior “*trade not aid*”²³ sublimou o seu sentido primeiro de sabença chã, procurando assumir o estatuto de “filosofia”, ardentemente cultivada pelo *main stream* dos “economistas reducionistas”, como os apelidou Michel Beaud²⁴. Um outro grande economista, Joseph Stiglitz, ex-Vice Presidente do Banco Mundial observou igualmente: “Desde o fim da Guerra Fria, as pessoas encarregadas de levar o evangelho do livre mercado até os mais longínquos cantos do mundo ganharam um poder tremendo. Esses economistas, burocratas e funcionários agem em nome dos Estados Unidos e dos outros países industriais avançados, mas falam uma língua que poucos cidadãos medianos compreendem e que poucos dos responsáveis pelo traçado das políticas se dão ao trabalho de traduzir. Hoje em dia a política económica talvez constitua a parte mais importante da interacção dos EUA com o resto do mundo. Entretanto, a cultura da política económica internacional na mais poderosa democracia do mundo não é democrática.”²⁵

Na óptica daqueles liberais²⁶ o processo de globalização actualmente vivido inspira-se nas regras do “mercado livre” consideradas como garantes da melhor

²⁰ Cf. Christian Chavagneux, “Les années Susan Strange”, *Alternatives Économiques* (Paris), nº 185, Outubro 2000.

²¹ Roger Tooze, Susan Strange, Academic International Relations and the Study of International Political Economy”, *New Political Economy* (Londres), Vol. 5, nº 2, 2000

²² Cf. Adriano Moreira, *Estudos da conjuntura internacional*, Lisboa, Dom Quixote, 1999: 349.

²³ Um dos autores – aliás ilustre – que defendeu a concepção do “trade not aid” foi Peter T. Bauer. Vd bibliografia.

²⁴ Michel Beaud, *Le basculement du monde*, Paris, La Découverte & Syros, 2000.

²⁵ Joseph Stiglitz, “O que eu aprendi com a crise mundial”, trad. port., S. Paulo, *Folha de São Paulo*, 15 de Abril de 2000.

²⁶ O conceito “liberal” é aqui tomado no sentido económico estrito e não no sentido político mais amplo. A questão do “liberalismo” (político), problemática muito rica e complexa, não se confunde necessariamente com a do “liberalismo” económico *stricto sensu*. Note-se igualmente que, mesmo na primeira acepção do termo, há diversas orientações entre as

afecção de recursos na medida em se baseiam no interesse dos actores económicos considerados individualmente.

Da teoria à prática

As negociações em 1993 do *Uruguay Round*, que permitiram a criação da OMC, eram justamente baseadas nesses princípios. O que não impediu que os PED tivessem reduzido as suas barreiras aduaneiras muito mais fortemente do que os países desenvolvidos, os quais mantêm uma protecção severa precisamente nos sectores em que os seus parceiros pobres são mais competitivos.

Thierry de Montbrial recorda que cinco anos depois do acordo de Marrakech pouco foi feito pelos países ricos para levar à prática os princípios liberais proclamados. Em 750 quotas regulamentando a entrada de produtos têxteis nos EUA, só 13 foram suprimidas. Quanto à União Europeia, esta apenas eliminou 14 das suas 219 quotas. Em resumo, as tarifas aduaneiras suportadas pelos PED são superiores em cerca de um terço àqueles que se aplicam aos países industrializados²⁷.

A evolução global dos últimos anos, apresenta alguns aspectos positivos que não podem ser ignorados, como o ter favorecido a inserção dos países em desenvolvimento no movimento de mundialização. Lamentavelmente porém, os frutos da “modernidade” – apesar da ambivalência do conceito²⁸ – foram muito desigualmente repartidos. Enquanto certos países, em particular da Ásia Oriental souberam tirar proveito dos acontecimentos pondo em prática estratégias de desenvolvimento dinâmicas, outros ficaram à margem. Foi o caso da quase totalidade dos países africanos cuja vulnerabilidade às variações das cotações das matérias-primas, em particular, ficou uma vez mais demonstrada, não ultrapassando em 1999 uma fraca taxa de crescimento média de 2 % que, para além disso, esconde fortes disparidades entre as regiões. Um tal resultado é obviamente insuficiente para reduzir uma pobreza alarmante quando se sabe que 46 % da população africana vive abaixo do chamado “limiar de pobreza”, ou seja com menos de um dólar por dia²⁹.

filosofias expressas. O conceito serve, todavia, os propósitos da nossa exposição ainda que dentro dos limites apontados.

²⁷ Cf. Thierry de Montbrial, *Pour combattre les pensées uniques*, Paris, Flammarion, 2000: 76

²⁸ Vd. SAURIN, “Globalisation, Poverty and the Promises of Modernity” 2000, in Vandersluis and Yeros 2000b; LECLERC, *La mondialisation Culturelle* 2000.

²⁹ CEPII, *L'économie mondiale 2001*, Paris, La Découverte, 2000.

Essa percentagem de 46 % contrasta em particular com os 24 % do conjunto dos países em desenvolvimento e em transição, e, de acordo com as metas fixadas pelo Banco Mundial, calcula-se que para diminuir em metade a pobreza africana até 2015 este continente deveria conseguir uma taxa de crescimento anual de 8 %, objectivo com bem poucas hipóteses de ser alcançado.

Esta grave situação é confirmada pela taxa de crescimento anual média do PIB por habitante (em paridade do poder de compra) da África Subsaariana, que foi negativa, no período 1987-1999, quer dizer de - 2 %.

Também a parte da África no total dos fluxos líquidos de capitais destinados aos PED diminuiu continuamente desde os anos 80, passando de 27 % em 1980, a 17 % em 1990 e a cerca de 8 % em 1996³⁰. Verificou-se igualmente uma extrema concentração dos fluxos de investimento directo estrangeiro num pequeno número de países. Em 1998 cinco países do Sul (China, Brasil, México, Singapura e Indonésia) recolheram 55 % do total do IDE destinado aos países em desenvolvimento (contra 41 % em 1990). Só a Malásia recebe mais IDE do que todo o continente africano, cuja parte nas trocas mundiais de bens e serviços tem igualmente vindo a decrescer, passando de cerca de 5 % em 1950 a 2 % em 1998³¹, confirmando a observação de Gerald Helleiner de que há uma relação directa entre comércio e investimento directo estrangeiro, e que “o comércio de amanhã é o produto de decisões de investimento de hoje.”³²

Nos textos que precedem o Acordo de Cotonou, a Comissão Europeia reconhece que os resultados dos Acordos de Lomé foram decepcionantes, nomeadamente quanto ao impacto das preferências comerciais não recíprocas, as quais não impediram uma diminuição da parte dos ACP no mercado europeu, de 6 % em 1976 para 2 % em 1999, ao mesmo tempo que 60 % das exportações totais dos ACP permaneceram concentradas em apenas 10 produtos.³³

Por outro lado, o último relatório da CNUCED refere-se ao acesso dos produtos dos PED aos mercados dos países desenvolvidos, indicando que “certos países desenvolvidos aplicam ainda aos têxteis, ao vestuário e aos sapatos direitos

³⁰ Cf. Thierry de Montbrial et Pierre Jacquet, Sous la direction de, *Ramsès 2001 – Rapport Annuel Mondial sur le Système Économique et les Stratégies*, Paris, Dunod/IFRI, 2000: 63

³¹ *Ibid.*

³² Gerald K. Helleiner, “The New Global Economy: Problems and Prospects (1990)”, in DAHMS 2000b.

³³ Cf. Textos introdutórios a: COMISSÃO EUROPEIA, *ACP-EU Partnership Agreement*, op. cit..

elevados e as quotas não desapareceram. Para além dos direitos aduaneiros, medidas sanitárias e fitosanitárias constituem, em certos casos, um obstáculo ao crescimento das importações de produtos africanos. Apesar dos melhoramentos introduzidos nalguns deles, os esquemas SGP continuam insuficientes em relação às necessidades da África. As exportações africanas de produtos agrícolas continuam a ser objecto de salvaguardas especiais.³⁴

O relatório *Ramsès 2001* é igualmente severo, falando de “má vontade manifesta” dos países industrializados em aplicarem os princípios liberais que dizem defender, opondo-se, na prática, a uma liberalização equilibrada das trocas, “o que traduz uma certa hipocrisia tendo em conta as declarações oficiais.”³⁵

Num plano diferente, os argumentos liberais suscitam outras interrogações: por exemplo, é possível observar que a acepção de “mercado livre” transmitida pelos modelos teóricos do liberalismo económico é assaz distinto das dinâmicas do real. Ignorar esta “refutação” (no sentido popperiano) empírica é uma maneira de contornar o problema, não de o resolver. Ademais, como saber se o “liberalismo económico” (que considera o comportamento e a racionalidade da empresa como motor central da economia, senão mesmo do todo societal) deve ser considerado como o fundamento de uma abordagem macro-económica adequada? Isto tendo em vista que os problemas sociais não se restringem às questões económicas, nem tão pouco à “racionalidade”, a menos que aceitemos, como regra, uma univocidade de pensamento perigosamente redutora.

O modelo que os neoclássicos apresentam como «a» ciência, é por muitos considerado apenas como «uma» visão da ciência, interessante e bem construída, mas não menos discutível do que outras.

Se Ricardo – para só falar deste autor – considerava, com poderosos argumentos, que a única questão que pode ser objecto de análise científica é a da repartição da riqueza, os neoclássicos, numa posição diametralmente oposta, entendem que a única questão científica é a da criação de riqueza, e que, desde logo, o objectivo da economia é o estudo da afectação óptima de recursos aplicada à satisfação de necessidades alternativas. Por outras palavras a “repartição da riqueza”

³⁴ CNUCED *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur le Commerce et le Développement sur sa dixième session – Tenue à Bangkok du 12 au 19 février 2000*, UN, Genebra, Doc. TD/390 de 21 septembre 2000.

³⁵ Montbrial et Jacquet, *Ramsès 2001*, op. cit.: 71

é para eles um problema secundário ou negligenciável que, por uma parte, se resolve por si só, e, por outra parte, é exógeno ao campo disciplinar da economia. Não admira que esta concepção, tão abstracta como inflexível, que consagra o divórcio entre o *económico* e o *social*, ao ser levada à prática através de políticas económicas executadas por instituições poderosas como o FMI, suscite violenta oposição social nos países, especialmente do Sul, onde é aplicada.

É sabido que cada fase da evolução histórico-económica é caracterizada por uma produção doutrinal específica, que explica as transformações concretas ocorridas. Essas transformações estão correlacionadas com o factor de hegemonia predominante do qual decorre o poder. Como Joaquim Aguiar notou com perspicácia, até ao século XX o factor de hegemonia era o “controlo do território, da população e dos recursos”; após a Segunda Guerra Mundial o factor de hegemonia foi a “circulação dos produtos” em comércio livre, com os Estados Unidos assumindo a liderança; desde os anos 80 o factor de hegemonia passou a ser a “mobilidade”, com a fragmentação dos territórios em espaços regionais em torno de centros competitivos alimentados por redes de relações e fluxos de produtos, de capitais e de tecnologias.

O mesmo autor observa, correctamente, que estes factores não são mutuamente exclusivos mas estão hierarquizados: “quem detém a hegemonia mundial é quem apresenta maiores índices de mobilidade, e é isso que lhe permite valorizar os dois anteriores factores de hegemonia e os tipos de poder comercial e militar.”³⁶

Poderíamos talvez prolongar este raciocínio com uma outra observação: ainda que qualitativamente diferentes em determinados conteúdos, as duas últimas fases (hegemonia pela “circulação” e hegemonia pela “mobilidade”), sendo complementares e na sequência uma da outra, empurram o conceito de “livre comércio” mais além. Paralelamente, a “produção doutrinal” da ciência económica acompanha este processo, teorizando-o *a posteriori*.

Mas esta posição *doutrinária* (neoliberal), sendo admissível em termos de uma prática de banal “oportunismo” (no sentido neutro de “aproveitamento de oportunidade”) é, nalgumas das suas expressões pelo menos, completamente diferente de uma teorização que resultaria da “descoberta científica desinteressada” (que pressupõe interrogações e sobretudo *incertezas*), dado que a postura *confirmacionista*

que daí decorre, se limita, antes de mais, a justificar uma correlação de forças. Dito de outro modo, não se trata – nas tendências que estamos a referir – de uma visão “*ex-ante*” como o aconselharia o método hipotético-dedutivo (*crítico*) da ciência, sempre aberto à “*falsificabilidade*” (Popper), mas de uma formulação “*ex-post*” (*positivista*) adaptada a uma determinada “hegemonia”, de origem eminentemente indutiva, mesmo se ela assume determinadas formas ditas de abstracção “pura”...

Este *indutivismo* é legitimado teoricamente em gabinetes de estudo privados, centros de pesquisa ou universidades, mas em última análise cabe às instituições internacionais a tarefa de o normalizar, impondo-o como uma axiomática de referência.

As instituições de Bretton Woods, onde este “*mainstream*” doutrinário é levado à prática, contam-se justamente entre as mais eficientes difusoras dos seus axiomas.

As instituições de Bretton Woods

A esse propósito, Joseph Stiglitz escrevia: “A próxima reunião do FMI levará a Washington muitos dos activistas que ajudaram a arruinar a reunião da Organização Mundial do Comércio no fim do ano passado. Eles dirão que o FMI é arrogante. Eles dirão que o FMI não sabe ouvir os países em desenvolvimento que, em tese, deveria ajudar. Eles dirão que o FMI é cheio de segredos e avesso a controlos democráticos. Eles dirão que os “remédios” económicos receitados pelo FMI frequentemente pioram as coisas – transformam ‘arrefecimento’ em recessão, e recessão em depressão. O argumento deles é bom. Fui economista-chefe do Banco Mundial de 1996 até Novembro passado, durante a mais grave crise económica global ocorrida em meio século. Vi como o FMI, de mãos dadas com o Departamento do Tesouro norte-americano, respondeu a ela. E fiquei horrorizado.”³⁷

Acrescenta-se ainda que o montante total das quotas-partes em dólares, fixado aquando da criação das instituições de Bretton Woods em 7,6 mil milhões de USD, corresponde hoje a 212 mil milhões de Direitos de Saque Especiais, ou seja a cerca de 285 mil milhões de USD. O montante total das quotas-partes (todos os países)

³⁶ Cf. Joaquim Aguiar, “Modelos de Globalização” in: Teixeira (Nuno Severiano), Rodrigues (José Cervaens) e Nunes (Isabel Ferreira), Coordenação de, *O interesse nacional e a globalização*, Lisboa, Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 2000: 62.

³⁷ Cf. Stiglitz, “O que eu aprendi com a crise mundial”, 1999, *op. cit.*

situava-se à volta de 4 % das exportações mundiais, o que significa que as quotas-partes dos países não progrediram tão rapidamente como o comércio mundial, sobretudo a partir de meados dos anos 80. Por essa razão os PED têm feito reiterados pedidos de aumento dessas quotas-partes, mas – para além de outras questões - a estrutura particularmente pesado do FMI tem dificuldade esse revisão que daria certamente aos países do Sul (nomeadamente asiáticos) um maior peso do que aquele que detêm actualmente no seio da instituição. Esse desequilíbrio causa tensões que, neste âmbito, também não confirmam o optimismo liberal.

Conceitos e controvérsias da “globalização”

Para os heterodoxos, a globalização – apesar de muitos deles admitirem que esta não é necessariamente negativa em toda a sua extensão - pode revelar-se uma ameaça para as nações menos favorecidas, como se verifica pela polarização que se agudizou entre países ricos e países pobres na última década³⁸. Certos investigadores afirmam também que a globalização “corresponderia menos a um facto, quer dizer a um novo regime internacional já estabelecido, do que a práticas e a uma argumentação com vista a reorganizar as economias dos países industrializados em proveito das empresas mais internacionalizadas”³⁹.

Aliás, se o tema da globalização se tornou omnipresente é também em grande parte porque permite às grandes firmas internacionalizadas pesar cada vez mais decisivamente sobre a redefinição das instituições económicas no seu espaço económico de origem⁴⁰.

Desde logo, não se vê de que modo se aplicariam as “leis” do dito mercado (*livre*) à análise de uma conjuntura que, se não lhe é completamente estranha, se mostra pelo menos fortemente enviesada em relação à pretendida “elegância” do modelo. *Grosso modo*, tudo se passa como se se estivessem a extrair conclusões de premissas que se referem a um outro contexto, o que é duplamente discutível: nos planos lógico e epistemológico.

Na perspectiva da lógica formal parece haver aqui um raciocínio circular que subverte todas as regras silogísticas (as conclusões devem resultar das premissas); no

³⁸ Vd. Helleiner, *op. cit.*, in DAHMS 2000b

³⁹ Cf. Serge Cordellier, Sous la direction de, *La mondialisation au-delà des mythes*, Paris, La découverte, 2000: 36.

⁴⁰ Vd. Cordellier 2000, *op. cit.*.

plano epistemológico porque se trata de uma discutível tese "confirmacionista" que, a nosso ver, escapa dificilmente à ratoeira axiomática, na medida em que permite situações de resistência à refutação empírica. Ou seja, ignora a metodologia da "falsificabilidade" popperiana a qual, sejam quais forem os seus limites, afigura-se geralmente mais adequada em termos científicos⁴¹.

Por outro lado, como lembrava há muitos anos um autor hoje injustamente esquecido (Bertrand Nogaro), "não basta que uma teoria nova apareça, mesmo que seja mais subtil do que as precedentes, para marcar um progresso, nem mesmo para merecer ocupar lugar na ciência (...). Um trabalho de selecção impõe-se, no decurso do qual é indispensável não perder de vista que o objecto da economia política não é de se entregar a exercícios de espírito a propósito dos fenómenos económicos, mas de os explicar".⁴²

Note-se igualmente – como certos liberais o admitem - que o principal problema colocado pela economia de mercado e, *a fortiori*, pela globalização, é a sua regulação⁴³.

A concorrência supõe uma organização baseada num contrato social e a missão das instituições é justamente de facilitar essa convergência.

No que respeita às consequências da globalização, alguns investigadores heterodoxos apontam para a interacção de três lógicas que definem o processo de globalização⁴⁴.

A primeira conduziria à derradeira realização da modernidade ocidental; a segunda abriria caminho à destruição sistemática do Estado-providência e, por ricochete, do Estado-nação⁴⁵, sancionando deste modo o "fim do político"; a terceira

⁴¹ Observa-se que o princípio da "falsificabilidade" preconizado por Karl Popper como critério de demarcação entre o que é científico e o que não é científico, nos parece uma metodologia válida mesmo no campo das ciências económicas. Não partilhamos portanto a velha tese de Milton Friedman segundo a qual os economistas não precisam que os seus pressupostos sejam "realistas", ainda hoje evocada por muitos. (Vd. M. Friedman, "The Methodology of Positive Economics" in: *Essays in Positive Economics*, Chicago, 1989, pp. 343). Não acolhemos igualmente a ideia de Mark Blaug, segundo o qual existiria na obra de Friedman um "travo" de K. Popper (Cf. Mark Blaug, *A metodologia da economia*, 2ª ed., Lisboa, Gradiva), nem tão pouco a tese, professada por alguns, segundo a qual haveria convergência ou semelhança entre o "liberalismo" de Popper e o de M. Friedman.

⁴² Bertrand Nogaro, *La méthode de l'Économie Politique*, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1939, p. 272. (Sublinhado nosso).

⁴³ Montbrial 2000, *op. cit.*: 42

⁴⁴ Cf. Philippe Engelhard, *O homem mundial*, trad. port., Lisboa, Instituto Piaget, 1998.

⁴⁵ Um filósofo (Taine) dizia que muito pior do que um Estado mau é a supressão do Estado. De facto, a revista *Courrier de l'Unesco* (Fevereiro de 2001) publicou recentemente um *dossier* sobre a demissão, falência e mesmo ausência do Estado em diversas regiões do mundo. As consequências revelam-se

resultaria num movimento de erosão, ou mesmo destruição, da maior parte das culturas a Norte e a Sul do planeta, cuja fase terminal seria a mundialização da comunicação⁴⁶.

Os autores que pensam assim não sustentam, porém, que a conjugação destas lógicas abre caminho ao “fim da história” de inspiração hegeliana popularizado por Fukuyama⁴⁷.

Com efeito, a última década do século XX demonstrou, contrariamente a certas previsões catastrofistas dos anos 70⁴⁸, que o crescimento em vários países do Sul permitiu em certa medida que algumas centenas de milhões de pessoas se libertassem da pobreza.

Mas, ao mesmo tempo que se verifica essa evolução positiva, constata-se igualmente que uma parte substancial da humanidade vê a sua situação deteriorar-se, não beneficiando da imensa riqueza criada pela economia mundial, em especial nas duas últimas décadas. A pobreza⁴⁹ continua a aumentar em números absolutos⁵⁰, o que é reconhecido por diversas instituições internacionais. Tal situação seria a consequência mais imediata da interacção das lógicas atrás apontadas.

literalmente destruidoras e profundamente regressivas para as populações, mesmo quando estas se organizam para sobreviver. São paradigmáticos os casos da Colômbia, Haiti, República do Congo (ex-Zaire), Somália, Guatemala e Afeganistão.

⁴⁶ *Ibd.*, p. 11

⁴⁷ Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem*, trad. port., Lisboa, Gradiva, 1992. Ver outros títulos do mesmo autor na bibliografia.

⁴⁸ Nomeadamente certas correntes das “Teorias da Dependência”, entre as quais se pode destacar a conhecida posição de Gunder Frank relativamente à sua tese do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

⁴⁹ Deve notar-se no entanto que o conceito de “pobreza” é por vezes pouco claro e que os dados quantitativos podem encerrar alguma ambiguidade. Serge Latouche adopta nesta matéria uma perspectiva relativista, interessante pelas pistas que abre, mas que nos suscita algumas reservas. Este autor observa que «o que desqualifica a pobreza para apreender as dificuldades da vida quotidiana em África é que – conceito ocidental e económico – ela só pode “funcionar” no pressuposto de uma sociedade individualista. Na sociedade onde reina ao mesmo tempo a solidariedade e a hierarquia, isso não é pertinente. A pobreza pressupõe sempre o confronto do homem isolado face à sua impotência. Numa sociedade não individualista, o grupo é inteiramente rico ou pobre, mesmo se o indivíduo está numa situação que responde aos critérios inversos: pobre num grupo rico ou rico num grupo pobre. O problema já não é então um problema de pobreza económica unicamente de pessoas (...). Por outro lado é preciso um mínimo de sentido cívico e não de solidariedade étnica, tribal, etc., para que a pobreza “funcione” (...). Numa sociedade não individualista e sem civismo, a categoria da pobreza não é por conseguinte uma categoria *operatória*». Cf. Serge Latouche, *L'autre Afrique – Entre don et marché*, Paris, Albin Michel, 1998.

⁵⁰ Num dos seus últimos livros, Henri Bartoli sublinha que “se nunca houve tantas riquezas, nunca houve tantos pobres”. Cf. Henri Bartoli, *Repenser le développement*, Paris, Unesco/Economica, 1999.

Daí a necessidade de apontar algumas ideias controversas ou mal definidas que, a nosso ver, têm contribuído para uma certa falta de clareza do debate.

Em primeiro lugar não é inútil chamar a atenção sobre uma questão de reflexão quanto a um ponto essencial do debate: a globalização estará de facto a conduzir à “destruição do Estado-nação”? Ou deverá a globalização ser vista essencialmente como uma nova forma de “reorganização da hierarquia dos Estados”, em termos de poder e de precedência?

A primeira tese é largamente partilhada pelos heterodoxos, mas certos especialistas de geopolítica inclinam-se para a segunda⁵¹. A resposta não é simples. Em todo o caso, as consequências afiguram-se substancialmente diferentes num e noutra caso.

Por outro lado importa reavaliar a ideia de que qualquer intervenção no mercado é mais perniciosa do que benéfica, e, desde logo, que a célebre “mão invisível”⁵² deve ser interpretada à letra, no sentido liberal, bem entendido (mas Joan Robinson também observava com humor que “a mão invisível pode servir para estrangular”...), quase como se fora uma *lei da física*, por assim dizer⁵³. Mas se devemos recusar sacrifícios rituais no altar da *teologia de mercado* (Adriano Moreira), também não devemos negar a importância fundamental deste para a análise da situação económica e social, o que foi absurdamente esquecido por não poucos autores heterodoxos na euforia dos anos 60-70.

Em seguida, as noções de “mercado livre” e de total “desintervenção” do Estado, tão evocadas pelo liberalismo mais radical, são conceitos pouco claros ou mesmo imprecisos. É óbvio que os mecanismos de mercado, tanto quanto os mecanismos de coordenação mercantil, não funcionam nem sem *instituições*,

⁵¹ Aymeric Chauprade, *Introduction à l'analyse géopolitique*, Paris, Ellipses, 2000.

⁵² A expressão de Adam Smith é – a nosso ver – erradamente transformada numa ideia central na obra deste autor, cuja autoridade daria cobertura a alguns excessos. Na verdade Adam Smith apenas refere, de passagem e de maneira alegórica, a expressão “*mão invisível*” em duas passagens da sua obra: uma na *Riqueza das Nações* (Lisboa, Gulbenkian, 1º vol. 1981, 2º vol. 1983) e outra na *Teoria dos Sentimentos Morais* (S. Paulo, Martins Fontes, 1999). A interpretação abusiva a que ela deu lugar já foi discutida por especialistas anglo-saxónicos. Vd eventualmente em português: Adelino Torres, «A economia como ciência social e moral: algumas observações sobre as raízes do pensamento económico neoclássico: Adam Smith ou Mandeville?», revista *Episteme*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa., I, nº 2, 1998, pp. 95-122.

⁵³ Como diz Engelhard: “Em economia, diferentemente do que se passa em física, as pedras não caem sempre da mesma maneira” (Engelhard 1998).

entendidas como organismos que fixam regras e que dispõem de meios de as fazer respeitar; nem sem *convenções*, ou seja normas e princípios imateriais que criam a indispensável confiança entre os actores para fazer funcionar os mecanismos de mercado. Sem contar que a perspectiva liberal confunde demasiadas vezes *instituições* e *governo*, tudo amalgamado no conceito de *Estado*, o que é inexacto⁵⁴.

Finalmente, resta ainda saber - tendo em vista a conjuntura actual - qual o significado que deve ser atribuído ao conceito de “mercado”. É óbvio, como nota Engelhard, que na situação actual este conceito já não pode ser confundido com o de “*mercado concorrencial*” que continua a ser evocado. Por exemplo, os elementos sobre a origem dos fluxos de investimentos directos estrangeiros no mundo revelam uma grande concentração de capitais nas chamadas firmas transnacionais (FTN), nomeadamente nos países desenvolvidos.

Como observa Harry Dahms, tem sido um truísmo do pensamento económico considerar que o princípio do mercado é o mecanismo mais desejável para assegurar a divisão do trabalho, o crescimento, o desenvolvimento e, através da concorrência, mais produtividade e eficácia. No entanto, em que medida esta presunção é adequada numa perspectiva analítica e como base de políticas económicas?

Atribuem-se hoje, nota Amartya Sen, “tais virtudes ao mercado que já não se pensa sequer em pedir-lhe contas. Quem quer que se obstine em mencionar os seus defeitos revela uma empedernida e antiquada mentalidade, uma inadaptação ao espírito do tempo, como se continuasse a ouvir músicas de 1920 em discos de 78 rotações. Preconceitos antigos deram lugar a novos. Considera-se heresia a verdade de ontem e a heresia de ontem passou a ser a nova superstição (...). O dogma do dia (em favor de uma pura economia de mercado) deve ser submetido a um exame rigoroso e, a meu ver, ser parcialmente rejeitado.”⁵⁵

Se o mercado é ainda um elemento importante da conjuntura, também já não é possível deixar de reconhecer que o “processo económico já não pode ser explicado em termos de lógica de mercados”. Basta recordar que no final do século XX “as 200 maiores firmas transnacionais empregavam menos de 0,75 % da força de trabalho mundial embora representassem 28 % da actividade económica do mundo, enquanto

⁵⁴ Cf. Pierre-Noël Giraud, 1996: 61

⁵⁵ Amartya Sen, *Development as Freedom*, 1999: 111-112.

que, por outro lado, as 500 maiores empresas atingiam 70 % do comércio mundial”⁵⁶. Mesmo considerando que estas estimativas são algo imprecisas, elas não deixam de chamar a atenção sobre a natureza dos mecanismos de mercado ditos “auto-reguladores” como categoria analítica e descritiva da problemática socio-científica. Tudo leva a crer que a noção de “mercado, como categoria empiricamente viável” perdeu a sua utilidade analítica, e que a categoria de “mercado” necessita ser substituída pela de “rede” (*network*) que funciona segundo o princípio da “concentração sem centralização”⁵⁷, o que é também discutido por Manuel Castells na sua monumental obra sobre a *era da informação*⁵⁸.

O papel das firmas transnacionais

Note-se que o fenómeno de concentração transnacional tem vindo a acelerar-se sobretudo desde 1998, marcado por *super-fusões* regroupando frequentemente empresas oriundas de países diferentes. Este processo não é inédito na evolução do sistema capitalista. O que é novo é o aparecimento de firmas transnacionais oriundas dos países em desenvolvimento do Sul. Certos autores interpretam-no como uma nova modalidade da unificação do mercado mundial expressa no que chamam o «*Império do 'capital colectivo'*», no qual «*participam tanto os capitalistas americanos como os seus homólogos europeus, tanto os que constróem a sua fortuna na corrupção russa como os do mundo árabe, da Ásia ou da África que podem permitir-se enviar os seus filhos a Harvard e o seu dinheiro a Wall Street*”⁵⁹

A explicação vale o que vale, mas resta um problema mais imediato: o do redobrado vigor, tanto a Norte como a Sul, das tendências oligopolísticas.

É certo que há autores para os quais a concentração e a concorrência não são necessariamente antagónicas, quer dizer que *a concentração é apenas uma mudança na dimensão da concorrência*⁶⁰.

⁵⁶ Segundo o *World Investment Report 1999*, das Nações Unidas, em 1997 as 100 maiores FTN do Norte empregavam um total de 11,6 milhões de pessoas (menos 1,5 % do que em 1996) enquanto que as 50 maiores FTN do Sul empregavam 1,7 milhões de pessoas (mais 9,7 % do que em 1996).

⁵⁷ Cf. Harry F. Dahms, “Epilog” in: DAHMS 2000a: 424-425.

⁵⁸ Manuel Castells, *L'ère de l'information*, trad. francesa em 3 vols.

⁵⁹ Toni Negri, «Vers l'agonie des États-nations? “L'Empire”, stade suprême de l'imperialisme», *Le Monde Diplomatique*, (Paris), janvier 2001: 3

⁶⁰ Vd. André Piattier, “En guise d'introduction”, in: André Piattier *et alii*, *Les formes de la concurrence*, Paris, Gautier-Villars, 1964.

Nessa perspectiva, a concentração seria tão somente uma forma de passagem da concorrência no espaço local à concorrência no espaço nacional.

Donde se conclui que o actual movimento de abertura das fronteiras impulsionado pela OMC, de concerto com os governos do Norte, e a concentração oligopolística que dele decorre, é o único meio de as empresas serem concorrenciais efectuando a última passagem, desta vez para o espaço mundial.

A observação é pertinente, mas torna-se necessário indagar ainda se a questão da “*dimensão*”, ou melhor do poder que decorre dessa dimensão, não poderá ter outras consequências para além das estritamente económico-administrativas.

Consequências que poderiam significar – muito para lá da simples “mudança de métodos” - que a *dimensão* também é susceptível de dar origem a uma verdadeira “*mutação de objectivos*”, no sentido em que as FTN, extravasando o âmbito técnico-económico que é o seu, se imiscuiriam na esfera da decisão política propriamente dita.

Em tal hipótese, a sua acção adulteraria as competências do Estado, ou, em última análise, esvaziaria as regras da democracia constitucional arrastando com ela os fundamentos da democracia deliberativa, e, mais amplamente, da “*razão pública*”⁶¹ de que fala John Rawls.

Na prática podemos já detectar manifestações dessa tendência, nomeadamente nas versões mais radicais⁶², quando os seus partidários evocam a exclusiva “legitimidade” do mercado com vista a combater e a desacreditar o Estado⁶³ - e não apenas, por admissíveis razões partidárias, este ou aquele governo - proclamando sem *nuances* que o “*económico deve sobrepor-se ao político*”.

Ao fim e ao cabo este pensamento utilitarista de senso comum revela-se teoricamente medíocre, mas pode, no entanto, ter uma séria consequência: contribuir para subverter a lógica da “*razão pública*”, o que não é de somenos importância...

⁶¹ Rawls escreve: “A ideia da razão pública esquematiza ao nível mais profundo os valores morais e políticos básicos que irão determinar a relação de um governo constitucional com os seus cidadãos e as relações destes entre si”. Cf. John Rawls, *A lei dos povos*, trad. port., Coimbra, Quarteto, 2000: 144

⁶² Por exemplo na escola dos chamados “*anarco-capitalistas*” – mas não só – animada por David Friedman (filho de Milton Friedman) o qual critica o pai e Hayek por não serem suficientemente radicais na sua filosofia anti-Estado. Cf. Michel Beaud et Gilles Dostaler, *La pensée économique depuis Keynes*, Paris, Seuil, 1993: 159.

⁶³ K. Popper, no final da sua vida relembra numa entrevista que “não há mercado livre sem intervenção do Estado. O que afasta de imediato certas ideias correntes: não pode haver mercado livre, sejamos claros, sem intervenção do Estado”. Cf. Karl Popper, *La leçon de ce siècle*, Paris, Anatolia Editions, 1993: 65 (“Coll. 10/18”)

Seja como for, este fenómeno da concentração transnacional coloca pelo menos a questão fundamental do reforço do poder de certa variante de “mercado” ao nível internacional. É certo que tais operações de concentração estão submetidas nos EUA à *Federal Trade Commission* e, na Europa, à *Comissão Europeia*. Mas fora desses dois espaços - e a CPLP situa-se em parte no seu “exterior”, se se pode dizer, o que reforça a dificuldade ou mesmo a precariedade do projecto, na medida em que não é visível nenhum mecanismo interno, regulador ou de coesão, que a coloque ao abrigo de factores exógenos de dominação incontrolável - a consolidação do poder do mercado não é submetida a qualquer vigilância, havendo fortes razões para recear que se reforcem posições a nível internacional que multipliquem os abusos.⁶⁴

A experiência dos últimos decénios demonstra tanto o carácter ilusório de certas utopias “ultraliberais” (automatismos à semelhança das leis da natureza), como o erro do Rudolf Hilferding no seu conhecido livro *Das Finanz Kapital*⁶⁵ (1910) quando escrevia: “Com a concentração do capital aumenta o poder do empresário na luta pelo contrato de trabalho, *mas também a capacidade de organização dos operários concentrados*”⁶⁶.

Os efeitos práticos das primeiras estão longe de corresponderem à harmonia das previsões teóricas, se recordarmos os surpreendentes paradoxos da economia contemporânea⁶⁷: acumulação de meios técnicos e financeiros como nunca antes fora visto, e concomitante espiral de pobreza, desemprego, tensões e violências latentes ou declaradas...

De igual modo, diferentemente do que Hilferding vaticinou, o movimento sindical acumulou “*um atraso histórico em relação ao processo de internacionalização do capital*”⁶⁸, ao mesmo tempo que as firmas transnacionais procederam a uma “deslocalização” que contraria igualmente a tendência mencionada para o sector laboral...

Como é que os dados do problema poderão ser alterados é matéria actualmente em debate no mundo inteiro.

⁶⁴ Jean-Marie Chevalier, “La concentration économique et ses limites”, in: Michaud 2000: 646-654

⁶⁵ Rudolf Hilferding, *Le capital financier*, trad. fr., Paris, Les Éditions de Minuit, 1970

⁶⁶ Hilferding, *op. cit.*: 477 (itálico nosso).

⁶⁷ Vd. Paul Ormerod, *A economia borboleta – Uma nova teoria geral do comportamento socioeconómico*, trad. port., Lisboa, Europa-América, 2000.

⁶⁸ Cf. Annie Fouquet *et alii* (Coordination de), *Le syndicalisme dans la mondialisation*, Paris, Les Éditions de l’Atelier, Paris, 2000: 77 (itálico nosso).

Uns mantêm-se ainda confiantes ao leme da nau liberal, mas já sem saberem se encontrarão ao largo um mar de acalmia ou de tormentas⁶⁹.

Outros preconizam a criação de autoridades mundiais de regulação⁷⁰, ou a formação de “alianças transnacionais entre ONG, movimentos sociais, partidos políticos e confederações sindicais” agindo no próprio seio da OMC.⁷¹

Mas talvez uma das originalidades do período actual seja a presença do elemento “*contestabilidade*” das políticas públicas, que se expande desde Seattle.

O que demonstra, aliás, que a *globalização*, submetida a interpretações diversas e frequentemente contraditórias, não é em todo o caso uma situação unívoca ou fechada sobre si própria, donde a complexidade e ambiguidade do conceito.⁷² Não sem razão, Giorgio Colli anotava que “a nossa visão está já modificada pelos nossos conceitos. Os conceitos são relações, não abstracções.”⁷³

Relativamente à origem das firmas transnacionais que actuam na economia mundial, as estatísticas de 1997 mostram a preponderância dos EUA entre as 100 maiores FTN do mundo: quase um terço delas são de origem norte-americana. Nesse grupo só figuram duas FTN provenientes do Sul: uma da Venezuela e outra da Coreia do Sul. A maior do mundo em termos do total de activos é a americana General Electric (indústria electrónica) com 304 mil milhões de USD.

No total das 100 maiores FTN do mundo, 98 pertencem a países do Norte e 76 a apenas 5 países: EUA, Japão, França, Alemanha e Reino Unido.

Se examinarmos, por outro lado, as 50 FTN mais importantes dos países do Sul (quadro 1), surge em primeiro lugar uma FTN proveniente da Venezuela (Petroleos de Venezuela, S.A.), a qual possui um total de activos de 47 mil milhões de USD, correspondendo a cerca de 15 % da maior FTN do Norte (General Electric).

Podem observar-se as seguintes características:

⁶⁹ George Soros, conhecido financeiro internacional, habitual frequentador do Forum Económico Mundial de Davos, participou desta vez (2001) no Forum Social Mundial de Porto Alegre onde defendeu reformas. A sua iniciativa, mal compreendida por alguns, merece atenção, tanto mais que a intuição ou capacidade de previsão do bem informado Soros não precisam ser comprovadas...

⁷⁰ Jean-Marie Chevalier, “La concentration économique et ses limites”, in: Michaud 2000: 646-654.

⁷¹ Cf. Annie Fouquet 2000, *op. cit.*

⁷² Vd. José Carlos Venâncio, *O facto africano: elementos para uma sociologia de África*, Lisboa, Vega, 2000: 128-133; Luís Lobo Fernandes, “O modelo Global: espaço de teste da paz e segurança internacionais”. Dactilografado. Manuscrito inédito facultado pelo autor (Fevereiro 2001), a publicar na revista *Nação e Defesa* (Lisboa); Adelino Torres, “Prefácio” in: Romano Entzweiler, *Os desafios de tributar na era da globalização*, Florianópolis/Brasil, Editora Diploma Legal, 2000.

Dos 16 países do Sul donde são provenientes FTN, 5 são latino-americanos e 8 asiáticos. A África só está representada pela República da África do Sul e o Médio Oriente pela Arábia Saudita.

QUADRO 1
As 50 maiores FTN dos Países em Desenvolvimento
classificadas por activos no estrangeiro

País de origem e número de FTN por país	Montante total agregado dos activos das FTN de cada país em 1997 (em milhões de USD)
Hong Kong (8 FTN)	58 808
China (6)	26 488
Coreia do Sul (6)	91 239
Brasil (5)	56 375
Singapura (4)	18 653
Chile (4)	28 303
África do Sul (3)	11 307
México (3)	15 217
Argentina (2)	17 211
Malásia (2)	36 330
Taiwan (2)	6 796
Hong Kong/Bermudas (1)	11 970
Venezuela (1)	47 148
Filipinas (1)	3 020
Índia (1)	6 175
Arábia Saudita (1)	18 187
China + Hong Kong + Hong Kong/Bermudas (15)	97 266

UN, 1999, p. 86 sgs. (cálculos nossos)

NOTA: Se compararmos a classificação referente às 100 maiores Firms Transnacionais dos países desenvolvidos com a classificação das 50 maiores provenientes dos países em desenvolvimento, constatamos que o desfasamento é considerável. Basta referir que o total dos activos da primeira FTN dos países do Sul, que é indústria petrolífera da Venezuela (47 mil milhões de USD) corresponde a pouco mais do que 15 % dos activos totais da primeira classificada dos países do Norte, ou seja a General Electric dos EUA (304 mil milhões de USD).

Mas se, apenas para fixar ideias, medíssemos a “capacidade financeira” de cada país agregando os activos totais das firmas transnacionais dele provenientes, verificaríamos – o que passa por vezes despercebido - que a China se sobrepõe aos restantes na medida em que Hong Kong integra agora aquele país. Ou seja, as FTN da China continental (6 FTN) mais as FTN de Hong Kong (8 FTN) a que se acrescenta a FTN que é copropriedade de Hong Kong e Bermudas, formam 15 firmas transnacionais chinesas com activos totais no valor de 97 266 milhões de USD. Se agregarmos da mesma forma o número e correspondentes activos das FTN latino-americanas, obteríamos 19 FTN com um total de activos correspondente a 120 126 milhões de USD. A assinatura do acordo entre a China e os EUA em 15 de Novembro

⁷³ Giorgio Colli, *Nietzsche: Cahiers posthumes III*, Paris, Éditions de l'Éclat, 2000: 103.

de 1999, abriu àquele país a porta para a adesão à OMC. O acordo que assinou posteriormente com a União Europeia, em 19 de Maio de 2000, sobre a abertura recíproca dos mercados, confirma essa orientação. Falta saber quais as consequências da irrupção da China na economia mundial e quais os meios de “pressão” que poderão ser utilizados para afrontar o rude desafio de levar a China a abandonar o regime autocrático vigente, o trabalho de prisioneiros que não é excessivo assimilar ao trabalho escravo, o “dumping” social, etc.

Quanto à África do Sul, os activos das suas 3 FTN somam 11 307 milhões de USD.

É evidente que a proveniência geográfica de uma firma não é suficiente para a considerar de determinada nacionalidade, tanto mais que a circulação mundial dos capitais bem como o seu anonimato (sem falar dos “paraísos fiscais”) não facilitam a identificação da sua real propriedade. Podemos no entanto considerar aquele indicador um elemento de trabalho útil.

A existência de firmas poderosas que surgiram nos países do Sul permite chamar a atenção para dois pontos:

Se a actividade de grandes e modernas empresas transnacionais tem naturalmente as vantagens da dimensão e, teoricamente, de uma maior “eficiência”, não é menos verdade que elas estão a contribuir, ao nível mundial, para um vazio político e para uma flagrante ausência de projecto, na medida em que, como já se disse, não há organização política que exerça uma soberania supranacional e imponha uma ordem jurídica digna desse nome.

Muitos autores interrogam-se também sobre o declínio africano comparado com o de outros continentes. A observação tem razão de ser se nos lembrarmos que o estágio de desenvolvimento em que se encontrava a África nos anos 60 era pelo menos equivalente ao da maioria dos países asiáticos. A distância entre a Ásia e a África é hoje considerável, o que parece demonstrar que as políticas asiáticas terão sido mais apropriadas do que as aplicadas em África.

Por outro lado, embora o desnível de poder económico entre as FTN do Norte e do Sul seja importante, a mesma tendência ao crescimento e à concentração parece delinear-se em ambos os hemisférios. O caso da China é particularmente evidente.

Mas seria excessivo interpretar esta aparente “convergência” como um elemento “nivelador” (ou de junção) entre os Estados do Norte e do Sul, susceptível

de os aproximar num mesmo *élan* de desenvolvimento interdependente e de pacífica solidariedade.

Uma tese aparentada, embora de conteúdo distinto, foi outrora defendida por Raymond Aron relativamente a uma pretendida semelhança na evolução “técnico-económica” dos regimes capitalista e comunista dentro do que R. Aron chamava a “*sociedade industrial*”, chegando a ter alguns convictos defensores, entre os quais um empresário americano, Samuel Pizar⁷⁴, mas é por de mais conhecido que se revelou uma ilusão.

Também por razões diferentes, poder-se-ia talvez dizer algo de semelhante no caso das relações entre “*ex-colonizadores*” e “*ex-colonizados*” o que, pelos vistos, ainda tem sentido integrar nas análises Norte-Sul ou relativas à CPLP⁷⁵.

O “Consenso de Washington”

A maneira como os espaços regionais se inserem no contexto mundial é, em grande parte, condicionada pela percepção que as instituições internacionais – em

⁷⁴ É aliás curioso que um intelectual tão lúcido e bem informado como Raymond Aron tenha incorrido nesse erro sobre cujas raízes filosóficas valeria ainda a pena voltar discutir um dia... Nessa matéria, Karl Popper viu melhor a origem da clivagem e mais fundo a incomensurabilidade das matrizes disciplinares subjacentes à “democracia ocidental” por um lado, e ao “comunismo soviético” por outro lado. Aliás, para adoptar a linguagem de Feyerabend, os casos concretos em epígrafe são menos “teorias” do que “enunciados de observação”, confusão que nem sempre foi deslindada nesta velha discussão...

⁷⁵ Não é este o lugar para desenvolver o assunto. Mas não podemos deixar de chamar a atenção para certas análises sobre o chamado “Terceiro Mundo” que repousam em meros equívocos. Com efeito, o problema dos intelectuais e cientistas ocidentais reside, com honrosas excepções, em lerem quase sempre a realidade da África ou da Ásia com os critérios da sua própria cultura num sempiterno “etnocentrismo” cuja monotonia é pouco recreativa... O desinteresse das editoras europeias pelos autores do Terceiro Mundo contribui também em grande medida para esta ignorância. Relembra-se que um dos primeiros livros publicados há quase 50 anos sobre os problemas do “desenvolvimento” e da história asiática foi o de um intelectual indiano, ainda hoje citado: K. M. Panikkar, autor de *Asia and Western Dominance* (1953). Panikkar dá-nos um duro e (para muitos) surpreendente exemplo de como os ocidentais e a sua história são vistos por intelectuais asiáticos. Embora num outro contexto, o mesmo se poderia dizer, no que se refere ao continente africano, de Franz Fanon. Ver também: Alfredo Margarido, 2000, *op. cit.* Quer se admita ou não, as questões históricas (para não falar das “raciais”) irão ensombrar durante muito tempo as relações entre o Norte e o Sul, especialmente quando são aproveitadas com demagogia e má fé, como o demonstra a entrevista dada à revista *Lusofonia* (*op. cit.*, Outubro-Novembro 2000) pelo Embaixador brasileiro Elim Dutra, Director-Geral da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Este, ao citar o Presidente F. H. Cardoso segundo o qual o “Brasil não é um país pobre: é um país injusto”, achou útil acrescentar da sua própria lavra que “**esta injustiça não é de hoje, vem de 500 anos atrás**”, curiosa frase que é lícito interpretar como sendo uma maneira de dizer aos africanos que *estamos todos (Brasil e PALOP) contra o antigo colonizador*... O que dá uma ideia das dificuldades que esperam a CPLP se este tipo de mentalidade prevalecer... Só chamamos a atenção para o assunto em contraponto ao optimismo *acrítico* com que a CPLP é por vezes encarada, o que não ajuda em nada a prossecução de uma política onde prevaleça um espírito comunitário de progresso – ou seja, virado para o futuro e não para o passado - que se sobreponha a slogans de circunstância e a certas modalidades já desfasadas da “liturgia nacionalista” ...

particular o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) - têm da conjuntura internacional⁷⁶. As duas instituições criadas em 1944 em Bretton Woods conjugam geralmente o essencial das suas ideias e esforços formando o que se chamou o “*Consenso de Washington*”⁷⁷.

O “Consenso de Washington”, que tem estruturado nos últimos vinte anos as relações entre as instituições de Bretton Woods e os países do Sul, tem tido como principais palavras de ordem a privatização, a liberalização e o respeito dos grandes equilíbrios económicos. Estas orientações foram vivamente criticadas por diversos autores. O ex-vice-presidente do Banco Mundial, Joseph Stiglitz⁷⁸, por exemplo, defendeu a necessidade de ultrapassar essa perspectiva, porque “os objectivos do desenvolvimento são mais vastos do que os que são tomados em consideração nesse *consenso*, as políticas que este preconiza são insuficientes e, na prática, certos actores do desenvolvimento que tiveram sucesso fizeram pouco caso dessas proposições. Tal *consenso* confundiu demasiadas vezes os meios com os fins: tomou a privatização e a liberalização das trocas como fins em si, em vez de como meios de um crescimento mais duradouro, equitativo e democrático”. Por outro lado, o Consenso de Washington “concentrou-se em demasia sobre a estabilidade dos preços, em lugar do crescimento e estabilidade da produção”. Também não soube reconhecer que o reforço das instituições financeiras é tão importante para a estabilidade económica como o controlo dos défices orçamentais e da massa monetária. Concentrou-se sobre as privatizações mas não deu importância à infra-estrutura institucional necessária ao bom funcionamento dos mercados e, particularmente, à concorrência”.

A chegada à presidência do Banco Mundial de James Wolfenshon em 1995 contribuiu até certo ponto para algumas mudanças positivas. Na verdade subsistem fortes dúvidas que J. Wolfenshon, submetido a pressões várias, possa levar a cabo esta “nova doutrina”, como o mostra o facto de ter sacrificado o vice-presidente Joseph Stiglitz. A mais recente eleição de um novo presidente dos EUA cujo conservadorismo é conhecido, também não incita ao optimismo nesta matéria. Por isso nos parece exagerado falar, como alguns, de “nova doutrina” do Banco Mundial

⁷⁶ Vd. SINGER 1995

⁷⁷ O “Consenso de Washington” designa um conjunto de recomendações neoliberais emanando das duas instituições de Bretton Woods: FMI e BM.

⁷⁸ Jose Stiglitz, Discurso pronunciado na CNUCED no quadro das “Conferências Prebisch” em 19 de Outubro de 1998. Traduzido em francês pela revista *L'Économie Politique* (Paris), 5, 2000, com o título «Vers un nouveau paradigme pour le développement».

para o século XXI num quadro de “desenvolvimento integrado” de “combate à pobreza”.

Tanto esta instituição como o FMI puseram ultimamente o acento tónico no problema da “pobreza” e não tanto na estabilização e crescimento. Aparentemente é uma mudança de atitude encorajadora que dá aos países do Sul oportunidade de iniciativas. Mas que não se traduz necessariamente em boas notícias para os pobres, diz J. Madeley: em muitos casos as exigências dos planos de ajustamento estrutural dos Banco Mundial-FMI são bem mais duras do que as exigidas pelos regulamentos da OMC, e os países em desenvolvimento ficam com obrigações que vão para lá dos compromissos que assumem com a OMC⁷⁹.

Enfim, é útil não perder de vista que o artigo 1º dos estatutos do Banco Mundial foi escrito em Julho de 1944 e mantém-se inalterado desde então. Para além de generalidades sobre “desenvolvimento” esse artigo apresenta, em duas alíneas, aquilo que são os objectivos fundamentais desta instituição: **a expansão do comércio e a expansão do investimento privado internacional**⁸⁰. Não se vê, com excepção de inflexões sem consequências decisivas ou de retóricas cosméticas, por que razão seriam radicalmente alterados princípios que formam, ainda hoje, o núcleo duro de uma filosofia que continua consignada estatutariamente...

É actualmente claro que as estratégias económicas da última década, encorajadas pelas instituições financeiras multilaterais, tiveram, tal como as suas congéneres dos anos 60-70 por razões diferentes, efeitos limitados ou negativos sobre o processo de desenvolvimento, especialmente devido à “*financeirização*” da economia global e ao consequente endividamento externo dos países do Sul desde os anos 80.

No seu último relatório intitulado *Combater a pobreza* (2000), o Banco Mundial pretende agora demarcar-se de um discurso baseado nas virtudes das políticas macro-económicas e do ajustamento estrutural, concretizando uma mudança que começara a delinear-se desde meados dos anos 90, quando os estragos sociais provocados pelo ajustamento e a sucessão de crises financeiras abalaram os “bons alunos” asiáticos. Daí a reabilitação de um certo número de ideias quanto ao papel do Estado, das instituições e da necessidade de lutar contra as desigualdades, ideias que

⁷⁹ John Madeley, *Hungry for Trade*, Londres, Zed Books, 2000: 59

⁸⁰ Christian Comelieu, *Les impasses de la modernité*, Paris, Seuil, 2000: 171.

tinham sido afastadas pela vitória das teses ultraliberais desde o início dos anos 80. Mas para ajudar os PED a prevenir e a ultrapassar os incidentes negativos da globalização económica e financeira, tirando proveito dessa globalização e adaptando-se às novas regras do jogo e às oportunidades eventualmente oferecidas, a comunidade internacional terá que ir mais longe. Não apenas repensando “estratégias e políticas de desenvolvimento que tenham em conta os aspectos sociais, humanos e ambientais do desenvolvimento”⁸¹, mas reformando profundamente as velhas instituições de Bretton Woods. Infelizmente, pelo menos nos próximos anos, pensamos que se trata de uma tarefa improvável...

Como já se disse as primeiras controvérsias no seio destas organizações surgiram no início dos anos 90 por ocasião do relatório sobre o “milagre” asiático. O Banco Mundial reconheceu então a divergência sobre o papel do Estado entre os que ele próprio denominava “revisionistas” e “neoclássicos” mas decidiu em favor dos segundos. O seu *Relatório do desenvolvimento no mundo* (1997), consagrado à “intervenção” do papel do Estado no desenvolvimento, apenas concedeu a este uma (tímida) participação numa política mista de *partnership* e de incitação ao investimento do sector privado.

No essencial são as ideias de um liberalismo ortodoxo e rígido, especialmente na sua vertente financeira, que continuam a impor-se, em especial no que se refere à circulação dos movimentos de capitais, incluindo os de curto prazo, apesar das inúmeras críticas a esses movimentos erráticos e especulativos que nada acrescentavam ao crescimento das economias asiáticas. A crise dos países asiáticos a partir de 1997 veio confirmar as razões dessa inquietação, mas a liberalização da economia continua incluída nas *condicionalidades* das instituições de Bretton Woods, especialmente do Fundo Monetário Internacional.

Apesar das críticas fundamentadas de que tem sido alvo o FMI continua – com o consentimento dos governos que nele participam e cuja responsabilidade não pode ser escamoteada ou endossada ao FMI, como o seu próprio ex-Director-Geral, Michel Camdessus, o denunciou recentemente⁸² – a aplicar as mesmas receitas sejam quais

⁸¹ Cf. CNUCED, *op. cit.*, *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur le Commerce et le Développement sur sa dixième session – Tenue à Bangkok du 12 au 19 février 2000*, UN, Genebra, Doc. TD/390 de 21 septembre 2000.

⁸² Henri Tincq, «Michel Camdessus, ancien directeur général do FMI: “Être chrétien, c’est rechercher le bien public”», *Le Monde* (Paris), 16 de Janeiro de 2001.

forem as circunstâncias e a diversidade dos casos, factor também apontado por Joseph Stiglitz. Num dos seus mais recentes escritos, este refere que o FMI “apoia as instituições democráticas dos países que auxilia. Na prática, ele enfraquece o processo democrático com a sua imposição de políticas”. De facto, prossegue, “os críticos acusam a instituição de adoptar uma abordagem “fábrica de salsichas” para lidar com a economia, e eles estão certos (...). Os especialistas do FMI acreditam que são mais brilhantes, que têm melhor formação e que são menos politicamente motivados do que os economistas dos países que visitam. Na realidade os líderes económicos daqueles países são muito bons – em muitos casos mais brilhantes ou têm melhor formação do que o *staff* do FMI, que frequentemente consiste em estudantes de terceira categoria de universidades de primeira categoria (...). Falando francamente, se eu perguntasse num exame “*Qual deve ser a postura fiscal da Tailândia*”, e se um aluno meu escrevesse a resposta dada pelo FMI, apanhava um zero.”⁸³

Para os heterodoxos, se de facto o Estado não deve ter como missão nem reparar as falhas do mercado nem substituir os agentes privados investindo no seu lugar, tem todavia, numa perspectiva politicamente moderada, um papel essencial: oferecer aos agentes privados, por intermédio de incitações diversas, um quadro de acção seguro que lhes permita investir no longo prazo (Stiglitz). A política mista consistiria então numa relação contratual entre o privado e o público e não numa definição *a priori* da produção de bens e serviços relevando de uma esfera ou de outra.

Ética num mundo global

No entanto, como defende um número cada vez maior de analistas⁸⁴, falta ainda debater as normas e dimensões éticas que devem estar na origem (e nos resultados) das escolhas públicas, pois não basta subscrever o compromisso das instituições internacionais em desenvolver “capacidades de intervenção eficazes de um ponto de vista social”. Resta saber quem define, e com que legitimidade, as normas de eficácia que contemplem o social e as regras de justiça que se inscrevam na eticidade. Como escreveu o filósofo Hans Jonas, é preciso uma “*ética do futuro*”, no

⁸³ Joseph Stiglitz, “O que eu aprendi com a crise mundial”, *op. cit.*, 2000

⁸⁴ Um dos mais conhecidos é o Prémio Nobel da Economia Amartya Sen que debate a questão nomeadamente no seu notável: *On Ethics and Economics*, Oxford, 1991. Entre outros autores

sentido de “uma ética de hoje que se preocupe com o futuro e entenda proteger os nossos descendentes das consequências das nossas acções presentes. A necessidade disso impôs-se porque a nossa acção de hoje, sob o signo de uma globalização da técnica, sugere um futuro tão ameaçador, que a responsabilidade moral obriga a tomar em consideração, no decurso das nossas decisões quotidianas, o bem daqueles que serão ulteriormente afectados por elas sem ter sido consultados.”⁸⁵

A defesa da ética pressupõe a existência de *valores universais ou universalizáveis*⁸⁶ e implica a necessidade de recusar um relativismo descomprometido de valores que tudo justifica, incluindo o injustificável e que, em certos aspectos, é ilustrado pela famosa declaração de nihilismo de Nietzsche: “*Não há factos, só interpretações*”⁸⁷. É a razão porque devem ser aplicadas ao comércio internacional normas (universais) relacionadas, por exemplo, com a utilização do ambiente, com os produtos fabricados por prisioneiros, com o tráfico de emigrantes clandestinos ou com o trabalho das crianças...

Num plano mais alargado, ao nível mundial, as organizações não-governamentais e outras entidades têm-se batido igualmente pela aplicação de princípios éticos que atenuem parte das injustificadas (e crescentes) desigualdades entre países ricos e pobres. Por exemplo, com a proposta da chamada “Taxa Tobin” (uma taxa irrisória sobre os movimentos de capitais especulativos) como forma de introduzir uma certa moralização nas relações internacionais.

Numa entrevista ao jornal francês *Le Monde*, o antigo director-geral do Fundo Monetário Internacional contesta a proposta da “taxa Tobin” por ser “*simplesmente irrealizável na sua versão internacional*” e porque se arriscaria a “*fazer a fortuna dos centros off shore, esses buracos negros do sistema financeiro mundial que tragam o dinheiro sujo. Começemos por submeter estes últimos à lei comum da transparência e da boa conduta bancária. Se há alguma coisa a tributar, no plano mundial, serão sobretudo as exportações de armas! Matavam-se dois coelhos de uma só cajadada: obtinham-se recursos para os países pobres e responder-se-ia a essoutro objectivo*

recentes, ver na bibliografia: L.W. Summer, 1999; J.P. Maréchal, 2000; Henri de France, 2000; Henri Bartoli, 1999; René Passet, 2000; Vanderluis and Yeros 2000a

⁸⁵ Hans Jonas, *Pour une éthique du futur*, trad. fr., Paris, Payot & Rivages, 2^a ed., 1999: 69.

⁸⁶ Comelieu 2000: 211.

⁸⁷ Citado por Roger Kimball in «“The Killing of History”: why relativism is wrong», *New Criterion* (USA), Vol. 15, n^o 1, Setembro 1996. Reproduzido em; www.newcriterion.com Vd igualmente Keith Windschuttle, *The Killing of History: How a Discipline is Being Murdered by Literary Critics and Social Theorists*, Macleay Press, 1996.

*que pretende que a paz seja o outro nome do desenvolvimento. Veja-se a África: se não pararmos as guerras alimentadas pelas nossas vendas de armas – que, relembro, provêm em 90 % dos oito países mais avançados – desfazemos com uma mão o que tentamos fazer com a outra na ajuda ao desenvolvimento.”*⁸⁸

Passemos sobre o facto de não nos termos apercebido que Michel Camdessus, nos anos em que foi director do FMI, alguma vez tivesse posto a sua autoridade em jogo para, pelo menos, defender essas ideias. Mas se há alguma razão nas suas palavras, também nos parece que passa demasiadamente depressa sobre a questão prioritária dos centros *off shore* que, segundo ele próprio reconhece, reciclam “o dinheiro sujo”. É curioso que, com alguma candura, o raciocínio linear de M. Camdessus aponte sobretudo para as “vendas de armamento”, campo da acção política dos governos, onde as instituições de Bretton Woods não têm possibilidades de exercer um controlo directo (logo não se lhes pode atribuir responsabilidades), e se limite a uma mera “profissão de fé” sobre os centros financeiros *off shore*, domínio onde, precisamente, aquelas instituições têm competências específicas e para as quais não seria certamente difícil conceber meios de intervenção...

Em contrapartida, quanto às dificuldades bem conhecidas dos países africanos, manda a verdade dizer que o “*subdesenvolvimento*” não chega para tudo justificar⁸⁹. Visto exclusivamente como causa exógena única das dificuldades pós-independência, aparece como um argumento incompleto quando se analisa a crise nos PALOP. Especialmente nos casos de Angola e, até certo ponto, de Moçambique, países que, mais do que os restantes PALOP, dispunham nas vésperas da independência de estruturas económicas e de recursos humanos que, em determinada medida, eram suficientes para assegurar uma transição aceitável. Sabe-se que os acontecimentos posteriores ajudaram a liquidar por muitos anos os trunfos e esperanças que restavam nestas duas regiões. Esses acontecimentos resultaram tanto de políticas internas executadas – como é hoje particularmente visível em Angola – como de causas externas – porventura mais decisivas ainda – especialmente as que se prendiam com

⁸⁸ Henri Tincq, «Michel Camdessus, ancien directeur général du FMI: “Être chrétien, c’est rechercher le bien public”», 2001, *op. cit.*

⁸⁹ Cf. Laurent Monnier, «La tradition de l’histoire immédiate en République Démocratique du Congo», in JACOB 2000: 201-216.

condicionalidades e oportunismos – digamos, para abreviar razões - da *guerra fria* de que os PALOP foram actores e vítimas⁹⁰.

A verdade porém é que as vulgatas sobre as origens do “subdesenvolvimento”, unívocas e frequentemente simplistas, continuam a segregar uma lógica própria, no interior da qual se repetem ideias feitas, interiorizadas por demasiados intervenientes. Essas constantes repetições *confirmacionistas* (aqui também se evita a metodologia *falsificacionista* popperiana, inclusivamente em trabalhos de investigação científica) acabaram por criar uma metalinguagem do (e sobre o) “subdesenvolvimento” ...

A esse propósito é indispensável chamar a atenção para um ponto fundamental que aponta para uma realidade um pouco mais complexa do que, por vezes, as aparências levam a pensar: é hoje possível, devido aos meios tecnológicos disponíveis a nível mundial e à facilidade de circulação de conhecimentos técnico-científicos, de ideias e de pessoas, “saltar etapas” em períodos de tempo cada vez mais curtos, inimagináveis até há poucas décadas.⁹¹

Quanto às “*capacidades individuais*”, não há razão nenhuma para que os africanos não possam fazer o mesmo e com igual talento, se tiverem acesso às condições materiais adequadas, o que não é o caso actualmente.

De modo geral cremos que as “explicações” deterministas do “fracasso africano” (a nosso ver, temporário, se forem preenchidas determinadas condições) são, em termos científicos, irrelevantes, e o “*afropessimismo*”, que muitos alimentam e outros interiorizam, mais do que um erro é uma falsidade algo perversa.⁹²

Importa ainda não esquecer que um significativo número de africanos qualificados exerce a sua profissão na Europa e no continente americano, e não em África como, provavelmente, muitos deles teriam preferido. Trata-se de uma questão complicada com múltiplas causas, ligadas por sua vez ao problema mais vasto das

⁹⁰ Vd. Manuel Ennes Ferreira, *A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-91)*, Lisboa, Cosmos/IDN, 1999.

⁹¹ Cf. Esse processo, ainda que variável conforme as circunstâncias, nichos de mercado ou sectores de especialidade, não pode ser ignorado. Por exemplo o número de *sites* internet, entre 1994 e 1996, em dois anos apenas, passou, na China, de 2 a 2 500 e, na Argentina, de 1 a 5 312. Vd. Josepha Laroche, *Politique internationale*, Paris, L.G.D.J./Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 2000: 414.

⁹² Vd. por exemplo: Adelino Torres, *Horizontes do desenvolvimento africano no limiar do século XXI*, Lisboa, Vega, 2ª ed. 1999.

migrações internacionais⁹³, cuja solução não se encontra à vista. Não pretendemos analisar aqui este problema, mas unicamente assinalar, para fixar ideias, que a África não está tão desprovida de capacidades, efectivas ou potenciais, como por vezes se julga. O que acontece é que ela não soube, ou não pôde, aproveitá-las.

Paralelamente, e estreitamente imbricada com o anterior mas menos visível porque se insere no sistema social interno dos países, é a actual “*subutilização*” ou mesmo a “*não utilização*” em muitos países, do trabalho das pessoas mais qualificadas para exercerem determinadas funções de responsabilidade. Não raro, esse desperdício interno de competências tem a ver com o tipo de regime político e com a questão – remediável em prazos realistas - da “*good governance*”, que tanto tem preocupado as instituições internacionais.

Estas observações apenas procuram chamar a atenção para certas formas de simplismo indutivo que, demasiadas vezes, dão lugar a “evidências” axiomáticas e a preconceitos indefensáveis.

Não se pretende, é claro, minimizar os sérios perigos que ameaçam a África. O atraso dos países africanos é real e pode ainda acentuar-se nos próximos anos⁹⁴.

No domínio das novas tecnologias a África conhece dificuldades maiores do que o resto do mundo.

É pouco provável que as “*autoestradas da informação*”, apresentadas frequentemente como o projecto político-industrial do 3º milénio e vector fundamental do desenvolvimento moderno, respondam, num horizonte temporal previsível, às expectativas do continente, contrariamente a uma concepção tecnicista partilhada pelos homens políticos.

Neste paradigma tecnocrático, a utopia, nas palavras de António Marques Bessa, “dispensa a História e elabora a sua própria justificação” reclamando-se “sobretudo de um discurso científico e amplamente sistemático”⁹⁵.

⁹³ Ver por exemplo: OCDE, *Migration et développement – Un nouveau partenariat pour la coopération*, Paris, OCDE, 1994, e igualmente a revista *International Migration*, Oxford, Blackwell Publishers.

⁹⁴ Devemos sublinhar, no entanto, que há soluções disponíveis para combater as crescentes desigualdades mundiais. Estas não dependem de “leis” económicas mas sim de escolhas políticas. O fatalismo ambiente segundo o qual “leis” económicas deterministas pesam inelutavelmente sobre o destino dos homens é altamente contestável: por detrás das orientações económicas, há escolhas políticas aceites ou recusadas e toda a estratégia “depende de um julgamento de valor sobre o que é justo e injusto” (Vd. Jacques Généreux, *Une raison d’espérer*, Paris, Plon, 1998, citado em AAVV, *L’économie repensée*, Paris, Editions Sciences Humaines, 2000: 73).

Pretensão que releva da ideologia por duas ordens de razões pelo menos:

- Porque ignora que o espaço liberalizado das telecomunicações, em vias de mundialização, continua profundamente desigual; enquanto não se resolver essa desigualdade material, o resto é pouco mais do que miragem;
- Porque a tecnocracia vigente fabrica uma espécie de “*homem unidimensional*” que, identificando a ilusão com a realidade, é cada vez mais incapaz de distinguir “*o que é*” do que “*deve ser*”⁹⁶.

Enfim, no contexto mais amplo das relações internacionais, se não houver alteração nas modalidades de cooperação e ajuda – ou seja nas políticas - a hegemonia cultural das potências ocidentais só poderá reforçar-se⁹⁷ relegando para o museu das velharias as pretensões a uma “interdependência”, substracto da “modernidade” global...

Em suma, o aproveitamento da internet por parte das diferentes regiões do globo está longe de corresponder ao optimismo de alguns, apesar do rápido crescimento em número de computadores pessoais (PC) em certos países, como assinalámos a título ilustrativo nos casos da China e da Argentina.

Relembra-se que no início deste terceiro milénio há cerca de 250 milhões de PC para uma população global de 6 mil milhões: só 3 % das pessoas têm acesso a este meio de comunicação. A desigualdade é ainda mais evidente se nos lembrarmos que, no sector das “*super-calculadoras*” os países do G7 representam globalmente entre 90 % e 95 % da potência instalada, sublinhando uma vez mais a relação estreita existente entre capacidade industrial, nível de desenvolvimento e cálculo dito de “*alto desempenho*” (*haute performance*).⁹⁸

Se é certo que, numa visão apressada, a internet “*já chegou*” aos mais remotos lugares do planeta, em termos concretos a realidade é algo diferente: só 12 dos 54 países africanos (22%) têm actualmente ligações à rede (*web*).

⁹⁵ Cf. António Marques Bessa, *Utopia, uma visão da engenharia de sonhos*, Lisboa, Europa-América, 1998: 224.

⁹⁶ Vd. Herbert Marcuse, *L'homme unidimensionnel*, trad. fr., Paris, Minuit, 1968; Henri Lefebvre, “Société close ou société ouverte?: l'homme unidimensionnel d'Herbert Marcuse”, *Le Monde* (Paris) 16-17 de Junho 1968: 9.

⁹⁷ Cf. J. LAROCHE 2000, *Ibidem*.

⁹⁸ O cálculo de “*alto desempenho*”, que era representado pela máquina dita *Cray-1* em 1970, tornou-se num instrumento crucial em numerosas aplicações industriais e comerciais nas quais a capacidade de cálculo é indispensável à exploração de sistemas,. Ele permite uma redução dos “tempos de desenvolvimento dos novos produtos e o recurso menos frequente à validação em

Segundo o Instituto Panos⁹⁹ (agência internacional de informação), 80% da população mundial seria deficitária em matéria de telecomunicações. Nas zonas rurais dos PED as condições são bem piores.

Ora sem dispendiosas infra-estruturas (por exemplo, a internet depende de linhas telefónicas, e estas escasseiam) será particularmente difícil para os PED utilizar rápida e eficazmente as novas tecnologias.

As estatísticas sobre o número de linhas telefónicas por cada 1 000 pessoas em 1998 são reveladoras:

- ☞ Países da OCDE: 490 linhas;
- ☞ Países em desenvolvimento: 58 linhas;
- ☞ África Subsaariana: 14 linhas.

Comparando essas médias com a situação nos países da CPLP:

- ☞ Portugal: 413 linhas;
- ☞ Brasil: 121 linhas;
- ☞ Cabo Verde: 98 linhas;
- ☞ São Tomé e Príncipe: 22 linhas;
- ☞ Guiné-Bissau: 7 linhas;
- ☞ Angola: 6 linhas;
- ☞ Moçambique: 4 linhas¹⁰⁰

A temática é tanto mais relevante quanto se sabe – já todos os estudos prospectivos da OCDE o demonstraram - que *há uma correlação directa entre as expectativas de desenvolvimento económico de um país e a densidade da sua rede de telecomunicações*.

Como acabamos de ver o problema atinge em especial os PALOP, pondo em evidência os fortes desequilíbrios intra-CPLP, que referimos noutros pontos deste trabalho, apesar de também subsistirem dificuldades no Brasil e, embora por razões diferentes, algumas em Portugal.

Neste último, o *estrangulamento* não resulta, no essencial, da falta de infra-estruturas, da escassez de *know how* ou da insuficiente capacidade de financiamento,

tamanho natural”. Cf. Jean-Claude André, “Le calcul à haute performance: un enjeu de puissance”, in: *Géopolitique* (Paris), n° 71, septembre 2000: 121-124.

⁹⁹ Citado por J. Laroche 2000: 415. Vd. www.oneworld.org

¹⁰⁰ Cf. PNUD, *Relatório do desenvolvimento humano 2000*, Lisboa, 2000.

mas tem mais a ver com a anormal “política de preços” aplicada até aqui essencialmente pela *Portugal Telecom*¹⁰¹.

A despeito dos obstáculos as novas tecnologias oferecem – a mais ou menos longo prazo - um apreciável campo de acção em determinadas vertentes da cooperação intra-CPLP¹⁰².

Retomando a questão da “ética” que vínhamos referindo anteriormente, é conveniente esclarecer que, no plano institucional, a desejável cooperação entre os Estados não resulta de uma repentina conversão à moral, mas sim da possibilidade eventual de “transformar uma vaga ideia moral, sem consistência real, em regra de direito com a sanção do seu não-respeito.”¹⁰³

No plano das instituições internacionais, o tema tem também oportunidade. Contudo, apesar da agitação havida no seio das instituições de Bretton Woods no final dos anos 90 e de se falar em reestruturações vindouras tanto no BM como no FMI¹⁰⁴, é pouco provável que, a breve prazo, assistamos a alterações profundas na filosofia de ambos. A “ética” continuará a ser o parente pobre e as proclamações sobre “justiça”, “igualdade de oportunidades”, cooperação para um “desenvolvimento sustentado”, etc., terão, durante muito tempo ainda, pouca correspondência na acção...

Não devemos, é certo, perder de vista que o poder de decisão de tais instituições se inscreve numa teia complexa de relações: independentemente dos poderes tanto do BM e FMI como dos Governos que participam nestas instituições, há que atender ao poder próprio das grandes firmas transnacionais (FTN), o qual não resulta nem de uns nem de outros, podendo ser exercido à margem de qualquer

¹⁰¹ A imprensa portuguesa denunciava, em finais de 2000, que o acesso à *web* era o mais caro da Europa devido, em parte, à estratégia empresarial dominante da *Portugal Telecom*.

¹⁰² A utilização de uma língua comum internacional, para a qual não existe alternativa, como Edward W. Said observa com realismo no caso dos países do Sul (E.W. Said, *Representações do intelectual*, Lisboa, Colibri, 2000: 41) facilita convergências e proporciona vantagens para todos os intervenientes, o que não pode ser ignorado. Mas deve também observar-se que é recomendável não alimentar ilusões nesta matéria: o realismo político ensina que os “interesses de Estado” (ou recôndidos pretextos por ele dissimulados) podem facilmente sobrepor-se às “afinidades” (linguísticas ou outras). Se, num prazo razoável, a CPLP não conseguir definir conteúdos nem conduzir a resultados concretos, de ordem material ou política, os sucessivos encontros e cimeiras redundarão em circunlóquios inúteis e o projecto esboroar-se-á sem glória...

¹⁰³ Raymond Forni, “Morale et relations internationales”, in Pascal Boniface (Sous la direction de), *Morale et relations internationales*, Paris, PUF/IRIS, 2000.

¹⁰⁴ Já em 1977 Fred Block escrevia que “a batalha dos Estados Unidos para alargar a sua liberdade de acção internacional no campo monetário destruiu o velho sistema de Bretton Woods”. Cf. Fred Block, “The International Monetary Order in Crises (1977)” in Dahms 2000b: 317

supervisão ou controlo, o que coloca sérios problemas. É verdade que as FTN podem não ter, teoricamente, poder para coagir directamente os governos a cumprir as suas directivas, mas, como observa Harry Dahms, usufruem certamente de capacidade para ditar as regras do jogo da concorrência internacional¹⁰⁵, as quais condicionam as políticas económicas desses mesmos governos... Recentemente o director do Forum Internacional sobre a Globalização, Edward Galdsmith, declarava que “*já não se pode distinguir a política dos governos da política das multinacionais*” (*Le Monde*, 23 Janeiro 2001).

Se, de uma maneira geral, o conteúdo social das políticas acabasse por ser esvaziado em benefício do “económico” e da “*mercadorização*” dos homens e das coisas, as abstracções e “*ideal-tipos*” à maneira de um Gary Becker¹⁰⁶ poderiam transformar-se em realidade quotidiana banal onde a última réstia de “ética” seria evacuada.

A hipótese não pode ser afastada. Para o bem e para o mal, a manipulação genética e a clonagem como formas de actividade lucrativa, a comercialização de órgãos humanos, a destruição do ambiente para acumulação de riquezas particulares, etc., já não pertencem ao reino do imaginário. Se muitas dessas descobertas e inovações são, sem dúvida, susceptíveis de abrir caminho a grandes benefícios para a humanidade, podem igualmente semear esta via de alçapões e ciladas sem retorno. Sabemos pelo menos desde Hiroshima que se a política não é inocente, a ciência também não...

É evidente que a “globalização” não é nem uma ideologia nem uma conspiração, mas tão somente um processo. Como tal, dependente do projecto político que lhe dará sentido e da acção que a moldará. As suas consequências não dizem unicamente respeito aos países cientificamente avançados mas a todo o mundo, desenvolvido e em desenvolvimento a Norte e a Sul do planeta. A economia global não é separável da sociedade global.¹⁰⁷

Forças centrífugas e linhas de rumo da CPLP

Não é possível deixar de tomar em consideração estes elementos, por muito distantes que eles nos possam parecer no estado actual das coisas, quando se reflecte

¹⁰⁵ Harry Dahms 2000a:428.

¹⁰⁶ In por exemplo: Gary S. Becker, *Human Capital*, Chicago, 3ª ed. 1993

sobre os rumos da CPLP, o compromisso moral que esta implica, e a sua admissível capacidade de intervenção no espaço mais alargado da “*economia-mundo*” de que falava F. Braudel.

Mas para poder manobrar no contexto alargado da “*globalização*” a CPLP necessita ser forte e coesa, pelo menos politicamente, tanto mais que não se descortinam os limites da lógica financeira dominante à qual a comunidade lusófona também está submetida, lógica financeira global que obedece a interesses privados sobre os quais a “*coisa pública*” parece não ter (ou não querer ter) qualquer controlo.

Um dos problemas que a globalização económico-financeira coloca resulta da difícil coexistência entre dois conceitos jurídicos cujas lógicas são divergentes. O primeiro é o conceito de *soberania* sobre o qual se edificou o Estado-nação a partir de um arsenal jurídico que favoreceu a construção de uma economia nacional enquadrada por um direito interno defensivo. O segundo é o conceito de *livre comércio internacional* ou de *liberalismo*, cujo objectivo é a criação de um mercado mundializado pela adopção de um direito puramente económico destinado a ultrapassar as fronteiras dos Estados-nações¹⁰⁸. A aplicação deste segundo conceito no quadro da Organização Mundial de Comércio, por exemplo, tem várias consequências: a falta de um *direito da concorrência intenacional* provoca uma desregulação do *direito da concorrência interna* dos Estados-nações; a recusa da maioria dos Estados membros da OMC em tratar seriamente o problema da “*cláusula social*” – especialmente os países em desenvolvimento (PED) – acaba por criar um *dumping* social planetário; a recusa em tratar a cláusula monetária falseia igualmente a jogo concorrencial ao nível mundial, o mesmo podendo ser dito a propósito da questão ambiental¹⁰⁹. Todos estes factores impedem que se alcance o mínimo de igualdade, de equidade e de lealdade necessárias a uma progressão, em termos aceitáveis, das relações económicas internacionais. O argumento segundo o qual a globalização ajuda os PED a conseguir o seu desenvolvimento, é desmentido pelos factos. Uma das possibilidades dos países mais vulneráveis atenuarem a violência do impacto, é juntarem-se num movimento de integração regional ou congregarem os seus esforços em comunidades a que uma estratégia dê coesão.

¹⁰⁷ George Soros 2000, *op. cit.*

¹⁰⁸ Cf. Christophe Leroy, “La mondialisation par le vide politique”, *Le Monde* (Paris), 12 sept. 2000

¹⁰⁹ Cf. Christophe Leroy 2000, *ibd.*

Na declaração final que encerrou a sua décima conferência em Bangkok, em Fevereiro de 2000, o Secretário Geral da CNUCED observou que «o acontecimento marcante da nossa época foi o fim da guerra fria que suscitou a nova tomada de consciência do fenómeno da mundialização (...). Desde então os países do Terceiro Mundo devem posicionar-se em relação a este fenómeno, quer dizer que as suas escolhas estratégicas só podem ser de aceitar ou de rejeitar uma integração crescente num sistema único de relações comerciais e financeiras no qual os EUA surgem como a primeira potência (...). Uma das consequências da derrocada dos regimes socialistas na Rússia e na Europa de Leste é que doravante mais ninguém pensa que o facto de se isolar, comercialmente e financeiramente, do resto do mundo favorecerá o “*verdadeiro desenvolvimento*”. O debate incide agora sobre as condições em que os países deverão inserir-se na rede comercial e financeira mundial.»¹¹⁰

Embora esta última asserção seja exacta, cremos que ela é insuficiente na medida em que o debate não se resume às condições de integração comercial e financeira mas, como já apontámos, ultrapassa esses aspectos para assumir o significado político da própria sociedade. Num mundo em que o saber assume cada vez maior importância, para que os PED participem realmente na economia mundial, é necessário apoiar um desenvolvimento baseado no saber”¹¹¹. Por isso a Conferência de Bangkok em Fevereiro de 2000 insistiu particularmente na necessidade de coerência da acção nos planos nacional e internacional, apontando para a complementaridade indispensável entre as políticas macro-económicas e sectoriais ao nível nacional e entre as políticas aplicadas tanto no plano nacional como internacional, o que implica cooperação e coordenação entre as instituições multilaterais através do reforço dos quadros institucionais. Para a comunidade internacional, tal como para cada sociedade nacional, o critério último é a maneira como trata os seus membros mais fracos.¹¹²

Também a democracia, a primazia do direito, uma gestão e uma administração transparentes e responsáveis, incluindo a luta contra a corrupção, são condições imperativas de um desenvolvimento sustentável. Os direitos do homem e as liberdades fundamentais têm de ser encorajados e protegidos. Do mesmo modo, a

¹¹⁰ Cf. CNUCED, *op. cit.*, Annexe VI

¹¹¹ CNUCED 2000, *op. cit.*

¹¹² CNUCED 2000, *op. cit.*

estabilidade macro-económica é um factor preponderante no crescimento económico e na atenuação da pobreza.¹¹³

Contextualização da CPLP na economia mundial

A actividade ou potencialidades dos países em relação à economia mundial podem ser apreendidas pela posição que ocupam na circulação dos capitais internacionais segundo as estatísticas das Nações Unidas¹¹⁴

Duas importantes constatações merecem, desde já, ser sublinhadas: a primeira, refere-se aos investimentos directos internacionais que aumentaram mais depressa do que a produção e as trocas mundiais desde o início dos anos 80. Os investimentos internacionais e mais particularmente os IDE tornaram-se “um dos motores da economia mundial, contribuindo não somente para a integração dos mercados, mas também, e cada vez mais, para a integração dos sistemas nacionais de produção.”¹¹⁵

A segunda, diz respeito à composição dos fluxos de capitais que se modificou nos últimos anos. Os investimentos directos estrangeiros (IDE) e os investimentos estrangeiros de carteira (IEC) representam hoje a maior parte do total dos fluxos de recursos líquidos direccionados para os países em desenvolvimento. Mas se os IDE nos países em desenvolvimento aumentaram desde 1980, em contrapartida concentraram-se num pequeno número de países. As nações que não recebem IDE suficientes ficam privadas não apenas de capitais mas igualmente de outros recursos materiais e imateriais que são essenciais ao desenvolvimento.¹¹⁶

Se nos detivermos, agora com mais pormenor, sobre os fluxos de investimento directo estrangeiro (IDE) entrados nas diversas regiões entre 1987 e 1998, consignados no quadro 2, verificamos em primeiro lugar que o total mundial desses fluxos em 1998 quadruplicou em relação à média anual do período 1987-1992, passando de 173 530 milhões de USD para 643 879 milhões de USD. Em 1998, quase 72 % dos fluxos de capitais dirigiram-se para os países desenvolvidos (460 431 milhões de USD) e apenas 26 % (165 936 milhões de USD) para os países em desenvolvimento.

¹¹³ CNUCED 2000, *op. cit.*

¹¹⁴ UN, *World Investment Report 1999*, New York, 1999.

¹¹⁵ CNUCED 2000, *op. cit.*

¹¹⁶ CNUCED 2000, *op. cit.*

Dos 165 936 milhões de USD investidos nos PED, apenas 5 % foram para o continente africano (incluindo a África do Sul). Mesmo a Europa Central e Oriental beneficiou de mais do dobro do IDE do que a África inteira. Deve igualmente notar-se que os fluxos de IDE recebidos pelo continente africano são desigualmente distribuídos na medida em que os maiores recipiendários africanos foram o Egito e a Nigéria.

O IDE entrado nos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) atingiu 632 milhões de USD em 1998, ou seja 7,6 % dos fluxos de IDE enviado para o continente africano.

O conjunto dos sete países da CPLP (os cinco PALOP, mais o Brasil e Portugal) recebeu em 1998 cerca de 31 121 milhões de USD, soma dez vezes mais importante da que tinha recebido em média anual no período 1987-1992 e no ano de 1993. Esse crescimento foi superior ao crescimento dos fluxos registados no mundo, mas deveu-se quase exclusivamente ao Brasil.

Aliás no contexto da CPLP o Brasil ocupa um lugar particularmente destacado: dentro da CPLP, 92 % dos fluxos de IDE dirigiram-se em 1998 para o Brasil, quase 6 % para Portugal e apenas 2 % para os cinco PALOP (cf. Quadro 2).

Os dados do quadro 2 registam um crescimento do IDE entrado em Angola (que mais que duplicou entre 1987-1992 e 1998, claramente concentrado no sector petrolífero e, em menor montante, no diamantífero) e em Moçambique (que viu o IDE triplicar em relação a 1996 e subir exponencialmente face à média annual de 1987-1992). As alterações positivas verificadas em Cabo Verde e Guiné-Bissau, se importantes do ponto de vista de cada um destes países devem, porém, ser relativizadas face aos montantes absolutos envolvidos.

Quanto aos fluxos de IDE saídos do continente africano em 1998, estes tiveram a sua origem, no essencial, na República da África do Sul (1 531 milhões de USD), fluxos que atingiram, nesse ano, o triplo dos IDE saídos dos restantes países de África (511 milhões de USD). Os IDE sul africanos destinaram-se aos países vizinhos da África Austral.

No que se refere à CPLP só se registam saídas de IDE com algum relevo oriundas de Portugal (2 946 milhões de USD) e do Brasil (2 609 milhões de USD). Os fluxos de IDE provenientes dos cinco PALOP foram inexistentes ou negligenciáveis, apenas atingindo 0,02 % do IDE total saído da CPLP.

Os *stocks* acumulados de IDE entrados na CPLP registam a mesma disparidade entre os PALOP e os dois restantes países, ocupando o Brasil, de longe, o primeiro lugar. Esta polarização em torno de Portugal e do Brasil repete-se quanto à acumulação de *stocks* de IDE saídos dos países.

QUADRO 2
Fluxos líquidos de IDE entrado nas regiões ou países de 1987 a 1998
(milhões de dólares US)

Regiões e países	1987-1992 (média annual)	1993	1996	1997	1998
Mundo	173 530	219 421	358 869	464 341	643 879
Países desenvolvidos	136 628	133 850	211 120	273 276	460 431
União Europeia	72 651	76 754	108 922	126 194	230 009
Europa Central e Or. ¹	1 576	6 757	12 406	18 532	17 513
PED ²	35 326	78 813	135 343	172 533	165 936
Ásia	19 613	54 835	82 035	95 505	84 880
África (sem RAS)	3 010	3 469	5 907	7 657	7 931
RAS ³	-24	-17	760	1705	371
América Latina e Carábas	12 400	20 009	46 162	68 255	71 652
CPLP:					
- Portugal	1 676	1 534	1 368	2 544	1 771
- Brasil	1 513	1 294	10 496	18 745	28 718
- Angola	178	302	181	412	396
- Moçambique	12	32	73	64	213
- Cabo Verde	1	4	29	12	15
- Guiné-Bissau	2	-	1	10	8
- S. Tomé e P.	-	-	-	-	-
Total da CPLP	3 382	3 166	12 148	21 787	31 121
Total dos 5 PALOP	193	338	284	498	632
% dos PALOP em relação à CPLP	5,7 %	10,7 %	2,3 %	2,3 %	2,0 %

Fonte: UN, *World Investment Report 1999*, New York 1999, pp. 477-481

Notas: 1. Albânia, Belarus, Bulgária, Rep. Checa, Estónia, Hungria, Lituânia, Moldávia, Polónia, Roménia, Federação Russa, Eslováquia, Ucrânia.

2. PED: Países em Desenvolvimento

3. RAS: República da África do Sul

É igualmente possível relacionar, em percentagem, o total do IDE com o Produto Nacional Bruto de cada país, tornando mais evidente a importância do IDE entrado em proporção da riqueza nacional criada. Ou seja, e de acordo com o quadro 3, a relação IDE/PNB é mais elevada em Angola (8,6%) e em Moçambique (6%) quando comparada quer com a dos restantes países africanos de língua portuguesa

(Cabo Verde, 3% e Guiné-Bissau, 4%) quer com Portugal (1,6%) quer ainda com o Brasil (3,7%).

QUADRO 3
Relação entre o IDE líquido e o PNB em 1998
(milhões de dólares USD)

Países e regiões:	PNB	IDE	IDE/PNB
CPLP:			
- Angola	4 600	396	8,6%
- Cabo Verde	500	15	3%
- Guiné-Bissau	200	8	4%
- Moçambique	3 500	213	6%
- Brasil	767 600	28 718	3,7%
- Portugal	106 400	1 711	1,6%
PVD	5 698 500	155 225	2,7%
ASS	310 800	5 432	1,7%
OCDE	23 008 000	483 951	2,1%

Fonte: PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2000*, Lisboa, 2000 pp, 210-213 3 pp. 219-222

Este facto mostra a importância dos capitais externos nos processos de desenvolvimento interno dos países, nomeadamente nos menos desenvolvidos, o que é dizer nos PALOP, onde a taxa interna de poupança bruta relativamente ao PIB é baixa (Cabo Verde), extremamente reduzida (Moçambique) ou mesmo negativa (Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), conforme se pode ver no quadro seguinte (quadro 4):

QUADRO 4
Poupança interna bruta em percentagem
do PIB em 1998

Países e regiões:	PNB
CPLP:	
- Angola	30,4%
- Cabo Verde	8,3%
- Guiné-Bissau	- 8,9%
- Moçambique	1,7%
- São Tomé e P.	- 15,9%
- Brasil	18,6%
- Portugal	16,9%
PVD	25,6%
ASS	14,8%
OCDE	21,5%

Fonte: PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2000*, Lisboa, 2000, pp.206-209

No que concerne as oportunidades oferecidas aos investimentos directos estrangeiros nos PALOP, por sectores industriais, no período relativo a 1996-1998, verifica-se que dos cinco PALOP só Moçambique e Cabo Verde ocupam posições nos diversos sectores económicos, com especial relevo para Moçambique. Não deixa de ser assinalável que Cabo Verde – cujos recursos naturais são escassos - tenha conseguido fazer-se representar nos têxteis e vestuário e no turismo. Nem Angola, nem a Guiné-Bissau, nem S. Tomé e Príncipe mereceram registo no relatório das Nações Unidas sobre investimentos, o que confirma tanto a fraqueza das suas estruturas económicas como as dificuldades que atravessam.

Se fizermos aqui um breve parêntese e passarmos para o plano internacional, podemos observar que os investimentos directos internacionais aumentaram mais depressa do que a produção e as trocas mundiais desde o início dos anos 80. Os investimentos internacionais e mais particularmente os IDE tornaram-se “um dos motores da economia mundial, contribuindo não somente para a integração dos mercados, mas também, e cada vez mais, para a integração dos sistemas nacionais de produção.”¹¹⁷

Note-se todavia que o aumento dos investimentos directos (privados) contrasta fortemente com a diminuição da ajuda ao desenvolvimento (como se constata também no quadro 5, mais adiante), a qual é agora denunciada pelo próprio ex-director-geral do FMI, Michel Camdessus: “Durante os anos 1990, quando os países ocidentais já não tinham necessidade de aumentar as suas despesas militares e recebiam dividendos da paz, nem um só tostão das economias assim realizadas foi consagrado à ajuda pública ao desenvolvimento dos países pobres. Pelo contrário, a ajuda ao desenvolvimento – que deveria aumentar até 0,70 % do PIB – baixou de 0,37 % em 1990 para 0,22 % em 1999.”¹¹⁸

Também a composição dos fluxos de capitais se modificou nos últimos anos. O investimento directo estrangeiro (IDE) e os investimentos estrangeiros de carteira (IEC) representam hoje a maior parte do total dos fluxos de recursos líquidos direccionados para os países em desenvolvimento. Mas se os IDE nos países em

¹¹⁷ CNUCED 2000, *op. cit.*

¹¹⁸ Entrevista realizada por TINCQ (Henri), 2001, *op. cit.*

desenvolvimento aumentaram desde 1980, em contrapartida concentraram-se num pequeno número de países. As nações que não recebem IDE suficientes ficam privadas não apenas de capitais mas igualmente de outros recursos materiais e imateriais que são essenciais ao desenvolvimento.¹¹⁹

Dentro da CPLP propriamente dita, o Brasil e Portugal recolheram o essencial dos IDE dirigidos a este espaço, com especial relevo para o Brasil a partir de 1996. A situação política, o problema dos recursos humanos qualificados e a questão da “governança”, em suma, o *risco-país*¹²⁰, aliado à pequena dimensão e dinâmica dos mercados internos dos PALOP, são talvez as razões mais frequentemente evocadas para explicar o desinteresse dos IDE por estes últimos países.

Uma palavra impõe-se a este respeito. No caso de Cabo Verde, embora os três primeiros *itens* referidos no parágrafo anterior não apresentem grande poder explicativo para o diminuto IDE no país, já a ausência de recursos naturais e a reduzida dimensão do mercado interno ajudam a explicar tão fraco desempenho na captação de investimento estrangeiro. Ao invés, em Angola, onde à fraca capacidade de crescimento evidenciado por praticamente todos os sectores da actividade económica se associa um elevado risco político derivado da situação de conflito interno em que o país está mergulhado, a entrada cada vez mais acentuada de investimento estrangeiro dirige-se na sua quase totalidade para o sector petrolífero. Sendo uma *actividade-enclave*, onde o cálculo do risco-sectorial apresenta características muito particulares, o IDE líquido acaba por ser dominante ao nível dos países africanos de língua portuguesa e significativo no conjunto da África Subsaariana (ASS): 8,4% em 1996, só ultrapassado pela Nigéria e pela África do Sul¹²¹ e 7,3% em 1998, novamente na 3ª posição, mas agora tendo à sua frente a Nigéria e o Zimbabwe¹²².

¹¹⁹ CNUCED 2000, *op. cit.*

¹²⁰ Embora existam várias metodologias de cálculo do ‘risco-país’, elas apresentam em comum uma valoração do risco político, do risco de política económica, do risco de estrutura económica e do risco de liquidez ao que se adiciona o risco de exposição específico associado ao investimento, o qual contempla o risco cambial, o risco de dívida soberana e o risco do sector bancário. Pelo facto de ele traduzir uma apreciação sobre a presente situação de um país e aquela que se espera venha a ocorrer no futuro, este indicador é tomado seriamente pelos grandes investidores internacionais. A este respeito ver, entre outros, The Economist Intelligence Unit, *Risk Ratings Review – Country Risk Service*, 1997.

¹²¹ World Economic Forum, *The Africa Competitiveness Report 1998*, Geneva, 1998, p.37

¹²² PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2000*, Trinova Editora, Lisboa, 2000, pp.210-213

QUADRO 5
APD líquida recebida e IDE líquido recebido, na CPLP
(milhões de dólares USD)

	APD		IDE		APD/IDE (em %)	
	1992	1998	1992	1998	1992	1998
Angola	346,1	352,2	178	396	194,4 %	88,9%
Cabo Verde	119,0	129,8	1	15	11 900 %	865,3 %
Guiné-Bissau	104,2	95,7	2	8	5 210 %	1 196 %
Moçambique	1 462,9	1 039,3	12	213	12 190 %	487,9 %
Brasil	- 253,9	392,1	1 513	28 718	-	30,3 %
PVD	45 205	34 449	31 786	155 225	142,2 %	22,1 %
ASS	16 759	12 580	1 575	5 432	1 064 %	231,6 %

Fonte: elaborado a partir de PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2000*, Editora Trinova, Lisboa, 2000

Assim, apesar do rigor com que Cabo Verde tem gerido o seu desenvolvimento, numa experiência considerada exemplar em África, e a despeito dos progressos alcançados, este país continua a debater-se com grandes dificuldades e permanece ainda muito dependente das remessas dos emigrantes, das receitas de turismo e da APD. Aliás, esta última forma de financiamento externo acaba por desempenhar um papel de primeira grandeza em qualquer um dos PALOP, verificando-se uma forte correlação entre as potencialidades e o desempenho económico dos países da CPLP e a importância da APD quando comparada com o IDE recebido (ver quadro 5):

Duas notas relativamente à leitura deste quadro: em primeiro lugar, verifica-se uma diminuição acentuada da importância da APD quando comparado com o IDE recebido, o que pode denotar uma melhoria, mesmo que muito aquém do desejável e necessário, nas condições internas dos países. A ser assim, os países doadores de APD diminuem as suas transferências ao mesmo tempo que aumentam o investimento. Ora esta asserção parece ter alguma validade na medida em que a importância da relação APD/IDE vai aumentando à medida que passamos do nível de país mais desenvolvido no seio da CPLP – o Brasil – até chegarmos ao mais carente – a Guiné-Bissau. Portugal não entra nesta análise porquanto é considerado um país doador de APD e por esse facto, enquadra-se no chamado CAD da OCDE, isto é, o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento.

Po seu turno o FMI tem, evidentemente, um papel activo nas economias dos países da CPLP, mas a influência destes no seio daquela organização pode considerar-se pequena se a medirmos em termos do número de votos de que dispõem. Para fixar ideias sobre este facto, o quadro seguinte (quadro 6) compara a repartição actual (Agosto 2000) dos direitos de voto no Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional entre os países mais importantes e os países da CPLP.

O total dos votos do conjunto de países que fazem parte do Conselho de Administração do FMI é de 2 134 286 votos, o que corresponde a 99,9%, dado que não estão aqui incluídos, por razões diversas, o Afeganistão, a Somália, a República Democrática do Congo e o Sudão¹²³

Verifica-se, antes de mais, que com a sua quota-parte de 17,5 %, os EUA podem sozinhos bloquear qualquer decisão do FMI.

Quadro 6
Repartição actual dos direitos de voto
no Conselho de Administração do FMI
(extracto)

Países	Nº de votos por país	% do total das quotas-partes
EUA	371 743	17,40
Japão	133 378	6,24
Alemanha	130 332	6,10
França	107 635	5,04
Reino Unido	107 635	5,04
CPLP:		
Brasil	30 811	1,44
Portugal	8 024	0,38
Angola	3 113	0,15
Moçambique	1 386	0,06
Guiné-Bissau	392	0,018
Cabo Verde	346	0,016
S.Tomé e Pr.	324	0,015
TOTAL CPLP	44 396	2,08

Fonte: Aglietta et Moatti 2000: annexe 2

No que concerne a CPLP, o Brasil é neste capítulo o país mais influente e possui uma “capacidade de manobra” incomparavelmente maior do que os restantes 6

¹²³ Cf. M. Aglietta et S. Moatti, *Le FMI de l'ordre monétaire aux désordres financiers*, Paris, Economica, 2000, annexe 2.

membros da comunidade lusófona. As quotas-partes de que dispõe equivalem a cerca de 70 % do total das quotas-partes da CPLP.

Aliás os autores citados (Aglietta e Moatti) entendem mesmo que, no plano monetário, as novas grandes potências que despontam, entre as quais mencionam o Brasil, num futuro mais ou menos próximo, não ficarão ligadas, provavelmente, nem ao euro nem ao dólar: “As relações monetárias vão ser multipolares e a concorrência das divisas será oligopolística”¹²⁴, o que vai de certo modo ao encontro das suposições que fizemos no início deste texto quanto a uma eventual orientação futura do Brasil.

As dificuldades de multilateralização na CPLP

Um dos principais desafios que se colocam à CPLP, no domínio económico, diz respeito à multilateralização das suas relações económicas e financeiras. Para que se possa atribuir-lhe algum sentido e conteúdo económicos inovadores, a ‘velha’ ordem em que assentaram quer o comércio externo quer o investimento deve abandonar o carácter bilateral que foi a norma até à criação desta comunidade.¹²⁵

Será que passados mais de quatro anos é possível detectar alguma alteração naquele padrão de comportamento bilateral?

Adiantando-nos desde já à interpretação dos quadros 7 a 10, e ao contrário do que foi aprovado na Declaração de Maputo na sequência da III Conferência da CPLP, de 17 e 18 de Julho de 2000, onde os Chefes de Estado e de Governo “tomaram boa nota da exposição de Portugal sobre *o desenvolvimento das relações económicas no quadro da CPLP, que revela o respectivo incremento após a criação da Comunidade*”¹²⁶, não se nota nem aumento nem diversificação nas relações intra-CPLP.

Pelo contrário, manteve-se aquilo que era anteriormente a tónica dominante do relacionamento económico, a saber, o predomínio esmagador de Portugal e o carácter bilateral das relações quase que exclusivamente confinadas a um direccionamento

¹²⁴ Aglittera et Moatti, *op. cit.*: 215.

¹²⁵ É neste sentido que deve ser interpretado, por exemplo, um dos objectivos constante da Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa de Julho de 1996: “*desenvolver a cooperação económica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes, através da definição e concretização de projectos de interesse comum*, explorando nesse sentido as várias formas de cooperação, bilateral, trilateral e multilateral”, CPLP, *Documentos*, 1999, Lisboa, p.13.

¹²⁶ CPLP, *Declaração de Maputo da III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP*, 17 e 18 de Julho, Maputo, ponto 10.

unívoco de Portugal face aos restantes membros da comunidade, conferindo àquele a característica de um pólo gravitacional no domínio económico da CPLP, manteve-se. E se o reforço avassalador do investimento português no Brasil é a única e importante nota a destacar, o mesmo não aconteceu em sentido inverso ou ao nível do comércio externo entre os dois países. Quebrar aquele padrão deveria ser uma das principais apostas e desafios que se colocava, e se coloca ainda, à CPLP, como anteriormente já havia sido realçado por Ferreira e Almas (1996; 1997)¹²⁷ e Torres (1999)¹²⁸.

Como entender então a congratulação atrás referida dos Chefes de Estado e de Governo dos países membros da CPLP? A resposta mais plausível é de que se trata, uma vez mais, de uma declaração de fé própria da linguagem diplomática destes eventos, vazia de conteúdo e sem qualquer substrato estatístico que possa levar àquela conclusão. Mas, por outro lado, e esta questão tem implicações um pouco mais gravosas, a menos que se considere e assumamos que Portugal é o referido pólo aglutinador do relacionamento económico intra-CPLP, então aquela declaração é destituída de qualquer sentido e aderência à realidade do relacionamento económico intra-CPLP. Mas terá isso alguma coisa a ver com os propósitos de multilateralização na CPLP?

Para dar conta do evoluir do comércio externo e do investimento intra-CPLP, os quadros que se seguem são elucidativos.

Começamos pela análise das **exportações** registadas entre os países membros da Comunidade (quadro 7, no fim do texto).

A comparação dos períodos pré-CPLP e pós-CPLP, mesmo quando se tem em mente que as estatísticas apenas traduzem três anos subsequentes à sua constituição, indicam claramente que não houve reforço da importância relativa dos mercados internos de cada um dos países nas exportações intra-comunitárias. As variações percentuais, quer em sentido positivo quer negativo, têm pouco significado visto que se parte de um valor-base extremamente reduzido, quase estatisticamente irrelevante. Isto é verdade tanto para as exportações oriundas de Portugal quanto para as saídas dos restantes países, salvo, nalgumas situações, quando elas se dirigem a Portugal.

¹²⁷ Manuel Ennes Ferreira e Rui Almas, “Comunidade Económica ou Parceria para o Desenvolvimento: o Desafio do Multilateralismo na CPLP”, *Política Internacional*, nº13, 1996, Lisboa, pp.35-71; Manuel Ennes Ferreira et Rui Almas, “Les Contours Économiques de la CPLP”, *Lusotopie*, 1997, Paris, pp.11-33.

Neste caso, o mercado português funciona como um significativo destino para produtos moçambicanos (8,7% em 1999) embora a tendência seja para a diminuição da importância do mercado português, o que é claramente visível desde 1992 e que se irá agravar significativamente em termos relativos, mas não necessariamente em termos absolutos, quando a unidade industrial de alumínio da Mozal começar a exportar os seus produtos. Entre os produtos moçambicanos exportados para Portugal, encontram-se basicamente o algodão não cardado nem penteado (cerca de 64% em 1997 e 45% em 1999% das exportações para Portugal) e os crustáceos (23% em 1997 e 42% em 1999).¹²⁹

Mais recentemente, as exportações são-tomenses para Portugal, que indiciam uma tendência de subida, atingiram 26,6% das exportações totais de S. Tomé em 1998, graças ao incremento das vendas de peixes congelados, cujo valor exportado para Portugal, entre 1997 e 1999, foi multiplicado por mais de 10 vezes.¹³⁰

Por outro lado, no caso de Cabo Verde, o mercado português denota uma situação de quase monopólio no destino das suas exportações e com uma tendência para a sua subida: 48,8% em 1993 e 89,7% em 1999.

Esta última situação, como mais à frente se verá, é interessante e aponta um dos cenários possíveis de alteração de comportamento empresarial ao aliar investimento com exportações. Ou seja: desde pelo menos 1996 que artigos de vestuário (camisas para homem) e calçado (partes de calçado e calçado de borracha, plástico e de couro), provenientes de investimentos portugueses na área da indústria em Cabo Verde, são responsáveis por mais de 80% das exportações daquele país para Portugal¹³¹.

Em sentido oposto, a perda de importância do mercado português para as exportações guineenses deve ser atribuída ao crescimento das vendas de castanha de

¹²⁸ Adelino Torres, “La Nouvelle ‘Communauté de Pays de Langue Portugaise-CPLP’ et la Coopération de l’Union Européenne: Quelques Problèmes”, in Béraud *et alii*, 1999, pp. 152-166

¹²⁹ De acordo com as estatísticas do comércio externo do INE (Portugal).

¹³⁰ Ver nota anterior.

¹³¹ O calçado correspondeu a 57% das exportações para Portugal em 1998 e a 63% em 1999, enquanto o vestuário foi responsável, nesses mesmos dois anos, por 18% e 19% das vendas totais a Portugal, de acordo com as estatísticas de comércio externo do INE (Portugal).

caju (cerca de 90% das exportações totais do país desde 1994¹³²) que se destinam à Índia, país de destino de 59,1 % das vendas da Guiné-Bissau ao exterior em 1996¹³³.

Uma nota de destaque para o valor irrisório que o mercado português representa nas exportações angolanas e brasileiras, em ambos os casos inferior a 1% das exportações totais desses países. Para o primeiro deles, Angola, a explicação reside na concentração das suas exportações no petróleo bruto e nos diamantes em bruto; no segundo caso, pese embora toda a retórica em volta da importância, das vantagens ou da necessidade da reciprocidade entre os dois países mais desenvolvidos da CPLP, Portugal não é claramente a tão desejada e propalada oportuna porta de entrada dos produtos brasileiros na União Europeia. Em 1998, por exemplo, a Alemanha representou 5,9% das exportações brasileiras enquanto a Holanda absorveu 5,4% dessas vendas¹³⁴. E embora o nível de desenvolvimento e diversificação da actividade económica do Brasil não tenha paralelo com os países africanos de língua portuguesa, o certo é que as suas exportações direccionadas ao mercado português não são muito diversificadas, concentradas em torno de produtos primários que perfazem mais de 60% do total exportado.

Finalmente, uma referência para o facto de Angola representar uma diminuta parcela das exportações totais brasileiras, inferior a 0,5%, e igualmente uma muito reduzida parte nas vendas que o Brasil efectua em África: em 1992 atingiu 5,4% e em 1993 não ultrapassou os 3,3 % reforçando uma tendência decrescente desde 1989, ano em que essa quota de exportação atingiu os 11,9%¹³⁵. Em contraste, refira-se que Angola representou cerca de 70% e 45% das exportações portuguesas para África naqueles dois anos sucessivos.

Do ponto de vista das exportações dos PALOP para o Brasil, o único destaque vai para Angola: com um valor relativo mais assinalável (6,8% em 1993 e 2,6% em 1994), e bem mais significativo do que as vendas efectuadas a Portugal, essas exportações limitam-se aos óleos brutos de petróleo e ao gás de petróleo. Os restantes

¹³² Banco de Portugal, *Evolução das Economias dos PALOP 1999-2000*, Lisboa, 2000.

¹³³ De acordo com The Economist Intelligence Unit, *Guinea-Bissau – Country Report*, 4th quarter, 1999, citado em ICEP, *Guiné-Bissau: um país, um destino*, s/d, Lisboa.

¹³⁴ De acordo com The Economist Intelligence Unit, *Brazil – Country Report*, June, 2000, citado em INE, *Brasil: um país, um mercado*, s/d, Lisboa.

¹³⁵ Ministério das Relações Exteriores, *Angola: Quadros Sintéticos*, 1994, Brasília.

países vendem alguns produtos em valores não significativos, de tal modo que as próprias análises de mercado brasileiro não os especificam¹³⁶

Em suma, à parte o papel que o mercado português representa para as exportações de alguns países da CPLP, o mercado angolano para as exportações portuguesas (pouco mais de 1%) e eventualmente ainda o mercado brasileiro relativamente a Angola, o panorama das exportações intra-CPLP continua a manter a incipiência registada antes da formação daquela Comunidade.

Quanto às **importações intra-CPLP** (quadro 8, no fim do texto), as conclusões a retirar não são muito diferentes das relativas ao comércio de exportação.

Para lá do facto de Portugal ser, uma vez mais, o parceiro mais significativo da CPLP nas importações efectuadas pelos restantes países, há a destacar, no entanto, o peso de Angola nas importações totais de Cabo Verde (entre os 3% e os 4% em 1995 e 1996), essencialmente pelo fornecimento de combustíveis, situação essa que explica também a importância ainda maior de Angola enquanto fornecedor de S. Tomé e Príncipe: 4,5% em 1992, mais de 13% em 1996 e 11,5% em 1998.

Por outro lado, refira-se que Angola e Cabo Verde são os dois únicos mercados, de entre os PALOP, que absorvem produtos brasileiros com algum significado.

No caso de Angola, os produtos brasileiros apresentam uma importância crescente nas suas importações, tendo passado de uma quota de 2,6% em 1992 e de 1,9% em 1996 para valores entre os 4% e os 6% nos três anos seguintes. Embora não se tenha conseguido actualizar os dados estatísticos, tomando como referente anos anteriores, verifica-se que os açúcares e produtos de confeitaria, as gorduras e óleos animais e vegetais, as carnes e miudezas, os produtos da indústria de moagem e os veículos automóveis foram responsáveis por 54% e 67% das vendas totais a Angola em 1992 e 1993, respectivamente.

Relativamente a Cabo Verde, as importações provenientes do Brasil situam-se entre os 3% e os 5%, essencialmente constituídos por tecidos, barras de ferro, aparelhos eléctricos para telefonia, açúcares de cana ou beterraba e produtos de

¹³⁶ Ministério das Relações Exteriores, *Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe: Quadros Sintéticos*, 1994, Brasília.

confeitaria¹³⁷. Quanto aos restantes PALOP, como já foi referido, os montantes envolvidos são negligenciáveis.¹³⁸

Quanto ao peso relativo dos produtos brasileiros no mercado português ele tem vindo a diminuir desde a constituição da CPLP em 1996: neste ano o Brasil contribuiu para 1,3% das compras portuguesas, passando no ano seguinte para 1,8% e diminuindo em 1998 e em 1999 para apenas 1,4% e 0,7%. Os principais produtos envolvidos são os couros, a soja, a madeira em bruto e serrada, os açúcares, o café, o sisal e outras fibras têxteis, polímeros e partes de máquinas.

Em sentido inverso o mesmo acontece, isto é, as importações brasileiras provenientes de Portugal eram e mantiveram-se no período pós-criação da CPLP abaixo dos 0,5%, concentradas nas compras de azeite de oliveira, minérios de cobre, vinhos, moldes, livros e partes de motores¹³⁹, claramente suplantadas pelas importações de outros países europeus, nomeadamente da Alemanha (9,1%) e da Itália (5,6%) em 1998¹⁴⁰.

Mas como acima já foi referido, continua a caber a Portugal o papel central no comércio de importação intra-CPLP, nomeadamente para qualquer um dos países africanos de língua portuguesa, sendo o principal fornecedor destes países, com a excepção de Moçambique onde ocupa a 3ª posição.

Traduzindo estes elementos em quotas de importação desses países, Portugal preenche cerca de 20% do mercado angolano, cerca de metade do mercado cabo-verdeano, entre 20% e 30% do guineense, à volta dos 6% do mercado moçambicano e, finalmente, cerca de 40% do são-tomense.

Mantendo uma relação tipicamente clássica das trocas comerciais entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento, o que, em termos de análise, faria ainda hoje as delícias dos teóricos da *escola dependentista*, as importações oriundas de Portugal correspondem a todo o tipo de produtos manufacturados, desde agro-alimentares a produtos químicos e plásticos, passando pelo vestuário e calçado, e acabando nas obras de metais comuns, nas máquinas e aparelhos eléctricos e no material de transporte.

¹³⁷ Ministério das Relações Exteriores, *Cabo Verde: Quadros Sintéticos*, 1994, Brasília.

¹³⁸ A título de curiosidade refira-se que os principais produtos envolvidos são os açúcares e produtos de confeitaria, tractores, fogões de cozinha e cigarros, cf. Ministério das Relações Exteriores, *Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe: Quadros Sintéticos*, 1994, Brasília.

¹³⁹ ICEP, *Brasil: Informações Gerais sobre o Mercado*, s/d, São Paulo, Brasil.

¹⁴⁰ ICEP, *Brasil: um País, um Mercado*, s/d, Lisboa.

Tomando aqueles cinco países conjuntamente, as importações de máquinas e aparelhos (22% do total), produtos alimentares (14%), produtos agrícolas (8%) e produtos químicos (9%), representaram mais de 50% das compras que efectuaram a Portugal em 1999. Nos dois anos imediatamente anteriores a mesma estrutura de importação e peso relativo foi observada¹⁴¹.

Especificando por países¹⁴², e tendo em atenção o ano de 1999, Angola importou de Portugal essencialmente bens alimentares e agrícolas (23%) seguido de perto pelas máquinas e aparelhos (18%). Depois aparecem os produtos químicos, as obras de metais comuns e os veículos e outros meios de transporte. Quanto a Cabo Verde a ordem é a mesma, representando os primeiros 19% e os segundos 17%, seguindo-se-lhes os combustíveis (14%), muito embora estes últimos tivessem ocupado a primeira posição em 1997 (27%) e se tivessem mantido em segundo lugar, individualmente, nos dois anos seguintes.

A ausência de condições naturais em Cabo Verde que lhe permita ser auto-suficiente nesta matéria e, sobretudo, o facto de desempenhar um papel importante em certas rotas do tráfego internacional aéreo, explicam este tipo de importação.

No que respeita à Guiné-Bissau, uma vez mais os produtos agrícolas e alimentares destacam-se (40% em 1999 e acima dos 30% nos dois anos anteriores), seguido pelas máquinas e aparelhos (14%) e material de transporte (13%).

Relativamente a São Tomé e Príncipe, e para não variar, as importações de produtos agrícolas e alimentares destacam-se (37%), após o que aparecem as máquinas e aparelhos (14%) e o material de transporte (11%).

Para Moçambique, contudo, o “retrato” não é o mesmo que nos casos anteriores: as aquisições efectuadas junto do mercado português colocam em primeiro lugar e de forma clara, as máquinas e aparelhos (46% em 1999, depois de 36% em 1997 e 45% em 1998). Não sendo um movimento pontual, a razão radica na forte relação de investimento português no país que proporciona, por arrastamento, novas oportunidades de negócio ao nível das exportações portuguesas para aquele país. A mesma razão explica, por exemplo, a importância na estrutura de importação moçambicana com origem em Portugal, dos metais comuns e suas obras (9%) e dos produtos químicos (7%). Os produtos agrícolas e alimentares (cerca de 10% nos anos

¹⁴¹ Conforme estatísticas em Banco de Portugal, *A Evolução das Economias dos PALOP 1999-2000*, 2000, Lisboa.

de 1997 a 1999) ocupam igualmente um lugar de destaque, por razões diferentes das que afectam a generalidade os países africanos da CPLP.

Em contrapartida, produtos com fraco valor acrescentado, em bruto, raramente transformados industrialmente (a excepção são os artigos do vestuário e do calçado importados de Cabo Verde), caracterizam as importações portuguesas provenientes daqueles países africanos¹⁴³: petróleo, café e granitos de Angola (90% do total importado); algodão não cardado e crustáceos de Moçambique (igualmente 90%); peixes congelados, crustáceos, óleo de coco e café de São Tomé e Príncipe (entre 80% e 90% das importações); madeira em bruto, peixes congelados e sementes e frutos oleaginosos da Guiné-Bissau (cerca de 60%).

Investimentos intra-CPLP

A segunda e importante componente de análise nas relações económicas no espaço da CPLP diz respeito aos **fluxos de investimento directo que os países membros dirigem entre si**. Para além do montante absoluto associado a este movimento de capital, é necessário seguir a mesma metodologia empregue anteriormente na interpretação da importância do comércio externo entre os signatários desta Comunidade.

Começando pelos investimentos efectuados por cada um dos países no seio da CPLP, tendo em conta o seu peso relativo no investimento total efectuado no estrangeiro por cada um deles (Quadro 9, no fim do texto), a principal conclusão a extrair é que estamos de novo em presença de um papel mais activo desempenhado por Portugal.

Embora se constate a existência de alguns projectos de investimento do Brasil em Angola, nomeadamente na área da construção (por exemplo, a Odebrecht na barragem de Capanda ou em outras obras de engenharia civil como foi o caso da hidroeléctrica do Gove em 1987 ou de reabilitação de infraestruturas de saneamento básico), da exploração diamantífera (de novo envolvendo aquela empresa brasileira no quimberlito da Catoca na Lunda-Sul ou a Construtora António Gutierrez em Lucapa

¹⁴² Ver nota anterior.

¹⁴³ De acordo com as estatísticas do comércio externo do INE (Portugal).

na Lunda-Norte)¹⁴⁴ ou da pesquisa e prospecção de jazidas minerais (ferro, manganês e ouro, envolvendo a Odebrecht ou a Construtora Andrade Gutierrez em associação com a Companhia Mineira de Angola e a Ferrangol), nos restantes países, e de acordo com as publicações oficiais a que se teve acesso, nenhuma outra referência foi encontrada. Apenas manifestações de interesse na prestação de certos serviços (aeroporto da Praia e Porto Grande em Cabo Verde, por exemplo; aeroporto e porto de Maputo ou o projecto integrado de carvão de Moatize, em Moçambique; e aeroporto de S. Tomé, em S. Tomé e Príncipe).

Quanto aos investimentos brasileiros em Portugal, sabe-se que os 14 milhões de contos de 1994 equivaleram a 0,24% do investimento total daquele país no exterior. Tendo em conta que em 1997 esse montante foi, em termos líquidos, de 16,7 milhões de contos e em 1999 baixou para 11,1 milhões de contos, a conclusão que parece poder retirar-se é que Portugal não é destino prioritário nem importante para os empresários brasileiros. No entanto, como mais à frente se verá, na óptica de Portugal, país de destino desse investimento, o seu peso relativo já é significativo.

No que concerne a aplicação do investimento português nos países africanos de língua portuguesa, o seu peso relativo no IDE total português é muito reduzido. No período em análise nada se pode concluir sobre algum efeito indutor que a institucionalização da CPLP possa ter despoletado: o “*sobe e desce*”, sempre em percentagens reduzidas, é visível nas diversas situações, tendo atingido o seu máximo valor em 1999, em Angola, com 2,2% do IDE total português.

Em contrapartida, o mercado brasileiro tem vindo a tornar-se um pólo de atracção mais significativo para os empresários portugueses, tendo dado o primeiro salto em 1996, quando passou de 4,5% para 32,2% do total, reforçando estrondosamente em 1998 (93,1%) e mantendo-se em cima dos 50% em 1999. As várias oportunidades de negócio que se abriram, aliada aos processos de privatização de empresas brasileiras, à semelhança do que ocorreu em Cabo Verde e em Moçambique, explicam este movimento¹⁴⁵.

¹⁴⁴ É de admitir montantes de investimento brasileiro no mercado angolano, não só pelas notícias de actividade da empresa citada como de outras não referidas usualmente nos órgãos de comunicação social. O facto, por exemplo, da balança de capitais bilateral com Angola indicar a existência de um superávit de 14 milhões de USD em 1990 pode disso mesmo ser revelador, cf. Ministério das Relações Exteriores, *Angola: Quadros Sintéticos*, 1994, Brasília.

¹⁴⁵ Sobre este assunto e ainda sobre a análise do comércio externo bilateral, ver Joaquim Ramos Silva, “O Desenvolvimento Recente das Relações Económicas Luso-Brasileiras: Algumas

Quanto ao significado relativo dos investimentos recebidos pelos países da Comunidade e com origem nos países parceiros, o Quadro 10 (no fim do texto) dá conta desta realidade.

Primeira verificação: os investimentos com origem nos países africanos da Comunidade são ou inexistentes ou de reduzido valor absoluto e relativo nos mercados brasileiro e português.

No caso do Brasil, conseguiu-se apurar que o *stock* de capital investido por Angola no Brasil entre 1976 e 1986 foi de 38 milhões de USD (num projecto de pecuária), tendo sido nulo entre 1987 e 1995 e, se existente, estatisticamente insignificante entre 1996 e 2000¹⁴⁶.

No caso de Cabo Verde, embora não tenha sido possível apurar o montante e importância relativa, há que assinalar que a empresa estatal petrolífera angolana Sonangol adquiriu parte da sua congénere cabo-verdiana no processo de privatização da Enacol, onde está igualmente a empresa portuguesa Petrogal.

Por outro lado, sabe-se igualmente da participação de Angola em investimentos em S. Tomé e Príncipe, nomeadamente também aquando do processo de privatização ocorrido neste país.

Quanto ao IDE recebido por Portugal, o investimento brasileiro tem oscilado na sua importância relativa, atingido o seu máximo em 1999, valendo 10,7% do IDE aplicado em Portugal.

Reflexões”, comunicação apresentada ao *III Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*, Macau, 28-30 de Junho de 1998.

¹⁴⁶ Banco Central do Brasil, *Investimento e Reinvestimento Estrangeiro no Brasil*, 1995 e Banco Central do Brasil, *Investimentos Diretos – Distribuição por País de Origem dos Recursos*, 2000.

QUADRO-10

Em sentido inverso, os investimentos portugueses no Brasil foram responsáveis, em 1999, por 8,7% do IDE total entrado no Brasil, traduzindo um movimento anualmente crescente desde 1992.

Tendo um *stock* de capital de 106 milhões de USD até 1995, o que representava apenas 0,25% do total existente no país, o fluxo de investimento aumentou a partir desse ano, posicionando Portugal como 10º investidor em 1996 (atrás de países europeus como a França, a Espanha, a Holanda, o Luxemburgo e a Alemanha), como 6º investidor no ano seguinte (suplantado na Europa apenas pela Holanda e França), passando a ocupar o 5º lugar em 1998 (depois da Espanha e da França), o 3º em 1999 (atrás da Espanha) e o igualmente o 3º lugar no 1º semestre de 2000 (de novo atrás da Espanha)¹⁴⁷.

Por fim, importa indagar qual o significado do investimento português no IDE recebido pelos países africanos de língua portuguesa.

Não se dispõe de informação sobre S. Tomé e Príncipe, mas as notícias sobre a actividade empresarial neste país levam a crer que o peso relativo dos investimentos portugueses é elevado, à semelhança do que ocorre nos restantes quatro países.

Em Angola, a presença empresarial portuguesa é grande e diversificada, pelo que as elevadas percentagens apuradas nos anos anteriores à formação da CPLP (58,1 % em 1993 e 35,8% em 1995) se deverão manter. De notar que neste cálculo não se considera o investimento estrangeiro dirigido à indústria petrolífera.

Em Cabo Verde a situação do investimento português está ainda mais reforçada, tendo chegado a atingir os 100% em 1997. Certamente que o desenrolar das privatizações e a participação de Portugal deverá ter permitido que Portugal mantivesse lugar cimeiro, apenas ‘beliscado’ por investimentos italianos no sector hoteleiro.

O mesmo poderá ser dito sobre o significado do investimento português na Guiné-Bissau, como se vê no Quadro 10 (fim do texto)

Também com posição de destaque em Moçambique, Portugal foi, pelo menos até 1997, o principal investidor neste país, seguido de perto pela África do Sul e a Grã-Bretanha. No entanto, tomando um período decorrente entre 1985 e Abril de 2000, Portugal passa para 3º lugar, atrás daqueles dois países, considerando-se o

¹⁴⁷ *Ibidem*.

projecto Mozal no valor de 650 milhões de USD. Sem ele Portugal seria o primeiro investidor¹⁴⁸.

Portugal: o *omega* da CPLP?

A análise do que tem sido o relacionamento económico e financeiro no espaço intra-CPLP não deixou dúvidas quanto ao papel central que, do ponto de vista económico, Portugal desempenha em todo este processo. O facto não é de estranhar e pode talvez ser explicado pela resolução do que se poderia chamar um “*exorcismo político-económico*”¹⁴⁹ que ocorreu nos anos subsequentes à independência dos países africanos de língua portuguesa. Este “*exorcismo*”, procurando legitimamente diversificar as suas relações económicas com o exterior implicou, ou deveria implicar, uma diminuição do peso relativo do comércio e do investimento bilaterais, embora não necessariamente em termos absolutos (Kleiman, 1977)¹⁵⁰.

Ora se nalguns casos isso ocorreu, não foi contudo tão acentuado quanto seria de esperar. Ao invés, funcionou aquilo que Livingstone¹⁵¹ apelida de “*inércia negocial*” nas relações entre a ex-metrópole e as suas ex-colónias.

No entanto, esta “*inércia*” tem sido bem mais importante para os países africanos do que para Portugal, sublinhando o que está subjacente: a importância do *factor histórico* na explicação dos fluxos de comércio e de investimento bilaterais.

Tal factor não desempenha um papel tão diminuto, como vários autores pretendem. É assim, por exemplo, que Eichengreen and Irwin¹⁵² referem que “a teoria e a evidência sugerem que a história desempenha um papel no direccionamento do comércio internacional”, demonstrando através da aplicação de um modelo que “a omissão de factores históricos sobredimensiona o comércio dos países da Europa continental com as suas antigas colónias depois de 1940”.

No mesmo sentido, e com uma aplicação ao caso português, Dias demonstra que “no caso dos PALOP, os elementos de ligação que permanecem depois da

¹⁴⁸ CCPM (Câmara de Comércio Portugal-Moçambique), *Directório Moçambique 2000-2001*, 2000, Lisboa, p.46.

¹⁴⁹ Num estudo sobre as relações económicas entre a França e a Inglaterra e as suas ex-colónias africanas, E. Kleiman, “Trade and the Decline of Colonialism”, *The Economic Journal*, 86, 1976, pp.459-480, desenvolve este tema.

¹⁵⁰ E. Kleiman, “Heirs to Colonial Trade”, *Journal of Development Economics*, 4, 1977, pp.93-103.

¹⁵¹ I. Livingstone, “The Impact of Colonialism and Independence on Export Growth in Britain and France”, *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 38, nº3, 1976, pp.211-218.

¹⁵² Barry Eichengreen and Douglas A. Irwin, “The Role of History in Bilateral Trade Flows”, in *The Regionalization of the World Economy*, Jeffrey A. Frankel (ed.), UCP, 1998: 55-56.

descolonização têm ainda uma influência forte na orientação das exportações, constituindo forças de aproximação que se opõem às distâncias económica e geográfica”¹⁵³.

A explicação radica na análise da **dinâmica de crescimento e desenvolvimento interno** de cada um dos países, das suas estratégias, programas e projectos para o futuro. E aqui, claramente, Portugal optou pela integração prioritária da sua economia no espaço europeu, num primeiro momento, para depois se abalancar para o exterior. Do lado dos PALOP as dificuldades que cada um tem atravessado não têm permitido que se alicerce qualquer alternativa de relacionamento “preferencial”, de ordem regional ou mais global.

Este entendimento da dinâmica económica interna de cada um dos países membros da Comunidade explica em grande parte tudo quanto se disse a propósito das relações intra-CPLP. O caso do Brasil, bastante diferente do que ocorreu e ocorre nos PALOP, demonstra igualmente e à semelhança de Portugal, que, do ponto de vista estratégico, aqueles países africanos e até mesmo o mercado português, não foram os espaços mais atractivos nas suas relações com o exterior. O que não quer dizer que não haja espaço para relações bilaterais no âmbito da CPLP, com Portugal ou com os PALOP, conforme Clóvis Brigagão sublinha¹⁵⁴.

No entanto, e derivado de relações históricas e de laços económicos enraizados, Portugal nunca deixou de olhar para as suas ex-colónias como um importante prolongamento estratégico, embora de “*segunda linha*”, na vertente económica.

Donde, não pode causar surpresa para os analistas, o facto de se ter assistido a várias interpretações do que deveria ser a CPLP, tanto do ponto de vista económico como noutras vertentes¹⁵⁵. Essa discussão, mais forte em Portugal do que nos

¹⁵³ João Dias, *As Actuais Importações Portuguesas com Origem nos PALOP e a Importância da Anterior Ligação Colonial*, Documento de Trabalho nº 27, CesA/ISEG, 1993: 10.

¹⁵⁴ Clóvis Brigagão, “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Caminhos de Integração Fraternal”, *Política Internacional*, nº13, 1996, pp.13-24 e “Brasil & Portugal: Relações de Amizade e de Democracia, ou como Recuperar o Coração Partido”, comunicação ao *Colóquio ‘A Democracia e a Política Externa Portuguesa’*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 12-13 de Maio, 1999.

¹⁵⁵ Vd. Manuel Ennes Ferreira e Rui Almas, 1996, *op. cit.*. Com um enfoque mais centrado noutras vertentes ver igualmente Michel Cahen, “Des Caravelles pour le Futur? Discours Politique et Idéologie dans l’Institutionnalisation de la CPLP”, *Lusotopie 1997*, Paris, 1997, pp.391-433; Yves Léonard, “Da Descolonização à CPLP: as Relações Pós-Colonais”, comunicação ao *Colóquio ‘A Democracia e a Política Externa Portuguesa’*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 12-13 de Maio, Lisboa, 1999.

restantes países membros, ainda não está totalmente resolvida, como mais adiante se verá, e tem muito a ver com as condições económicas internas de cada um dos participantes desta Comunidade, associadas à interpretação que cada um faz e à maneira como tira as consequências políticas da pertença a essa comunidade.

Do ponto de vista económico não se vislumbram para o curto e médio-prazos alterações significativas nas estruturas económicas dos PALOP. Continuarão a ser países exportadores de matérias-primas ou de produtos quase sem transformação e por isso com pouco valor acrescentado nacional, importando todo o tipo de bens industriais, desde os produtos alimentares, o vestuário e calçado, até àqueles que sustentam à actividade económica, ou seja, os metais comuns e suas obras, os produtos químicos, as máquinas e o material de transporte.

Tendo em atenção o nível de desenvolvimento em que se encontra a economia brasileira, bem como a sua postura virada para o seu espaço regional, nada indica que, pelo menos num horizonte previsível, os países africanos possam representar para o Brasil um interesse económico muito significativo.

É evidente que aspectos específicos poderão ter grandes desenvolvimentos, até pelos montantes envolvidos. Estamos a pensar, em particular, quanto ao mercado angolano, nos sectores diamantífero e petrolífero, e em obras de engenharia civil e construção. Relativamente às suas relações com Portugal, estas poderão conhecer, quando muito, algum crescimento.

Resta assim a posição de Portugal. Como já foi referido, a opção económica portuguesa foi o mercado europeu, tendo as próprias circunstâncias conduzido a que os PALOP acabassem por perder peso relativo na economia portuguesa.¹⁵⁶

Como se pode observar da leitura do Quadro 11, relativamente à situação anterior às independências daqueles países africanos e à instauração do regime democrático em Portugal (1974), não há nenhum caso em que as exportações dirigidas aos restantes membros da CPLP e as importações deles provenientes tenha registado

¹⁵⁶ Sobre a evolução do relacionamento económico entre Portugal e os PALOP desde a independência destes últimos até à actualidade, ver Adelino Torres (coord.), *Portugal-PALOP: as Relações Económicas e Financeiras*, Ed. Escher, Lisboa, 1991, que abarca o período de 1976 a 1989; Manuel Ennes Ferreira, “Relações entre Portugal e África de Língua Portuguesa: Comércio, Investimento e Dívida (1973-1994)”, *Análise Social*, vol.xxix, nº129, 1994, respeitante ao período de 1973 e 1994; Manuel Ennes Ferreira, “Do Modelo Gravitacional ao Modelo dos Polos de Difusão Regional? 25 anos de Política Externa Africana”, comunicação ao *Colóquio ‘A Democracia e a Política Externa Portuguesa’*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 12-13 de Maio, 1999, que aborda os anos de 1974 a 1999.

uma melhoria da situação relativa no comércio externo português. As quebras mais significativas ocorrem com Angola, nas exportações para a Guiné-Bissau, com Moçambique e nas importações oriundas do Brasil.

Se se tomar agora em consideração a tendência anterior à constituição da CPLP e os três anos que se lhe seguiram, regista-se uma tendência de diminuição da importância relativa das exportações para Angola, para a Guiné-Bissau e para o Brasil, o mesmo acontecendo quanto às importações provenientes de Angola e do Brasil.

De sinal contrário registre-se quer a consolidação com ligeiro ascendente do papel do mercado cabo-verdiano, o que não deixa de surpreender face à reduzida dimensão do mercado e características do próprio país, quer de Moçambique. Em ambos os casos parece claramente que este movimento estará intimamente ligado à participação dos processos de privatização ocorridos naqueles países, associado à estabilidade e esforço que os respectivos governos têm colocado na condução das políticas económicas, criando um quadro atractivo para os empresários portugueses.

Mas esta interpretação das quotas de mercado nas exportações e nas importações portuguesas deve ser complementada com uma outra que tem em conta a evolução, em valor absoluto, das exportações e importações dirigidas ou provenientes daqueles países da CPLP. O Anexo 1 permite visualizar este último comportamento.

Constata-se que as exportações portuguesas para Cabo Verde aumentaram mais de cinco vezes desde o início da década de 90 e, no mesmo período, as importações foram multiplicadas por quase quatro. Aliás, não pode deixar de ser referido que, em 1999, este país adquiriu produtos portugueses no mesmo valor que o mercado brasileiro.

O mesmo fenómeno de aumento das exportações portuguesas ocorreu com Moçambique, embora com menor amplitude (entre duas e três vezes e meia mais), e com São Tomé.

No caso de Angola as exportações estagnaram em valores correntes e as importações caíram para um sexto do que eram.

Finalmente o Brasil, país com quem Portugal aumentou em valor as suas exportações e importações, nomeadamente as primeiras, mas que, como se disse, dá um sinal preocupante de diminuição dos valores envolvidos após a formação da CPLP.

QUADRO 11
Importância relativa do comércio externo português com os países da CPLP
(em percentagem do total do comércio externo português)

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S. Tomé		Brasil	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
Para memória:												
1973	6.36	7.20	0.04	0.83	0.13	1.38	2.97	4.96	0.14	0.24	2.92	0.99
1975	3.09	3.52	0.01	1.14	0.14	0.65	1.49	2.55	0.10	0.31	1.84	1.10
Pré-CPLP:												
1990	0.34	2.50	0.00	0.31	0.01	0.25	0.06	0.26	0.00	0.06	1.6	0.3
1991	0.37	3.35	0.01	0.31	0.01	0.20	0.06	0.23	0.00	0.06	1.4	0.2
1992	0.38	4.46	0.00	0.31	0.01	0.14	0.11	0.18	0.00	0.06	1.2	0.2
1993	0.02	2.25	0.00	0.38	0.01	0.14	0.08	0.24	0.00	0.08	1.4	0.4
1994	0.02	1.63	0.01	0.46	0.01	0.17	0.09	0.24	0.00	0.07	1.5	0.5
1995	0.03	1.70	0.02	0.58	0.02	0.14	0.09	0.24	0.00	0.08	1.6	0.8
1996	0.03	1.61	0.02	0.51	0.01	0.11	0.08	0.21	0.00	0.06	1.3	1.0
Pós-CPLP												
1997	0.13	1.94	0.03	0.54	0.00	0.12	0.09	0.21	0.00	0.06	1.8	1.0
1998	0.06	1.69	0.02	0.54	0.00	0.07	0.08	0.28	0.00	0.07	1.4	0.9
1999	0.02	1.22	0.02	0.61	0.00	0.07	0.10	0.30	0.01	0.08	1.1	0.6

Fonte: Banco de Portugal (2000), *Evolução das Economias dos PALOP*; INE (1974-2000), *Estatísticas do Comércio Externo e Comércio Internacional*

Nota: os valores de 1999 para o Brasil referem-se a Jan-Outubro

Quanto aos fluxos de investimento português no espaço da Comunidade, observemos os Quadros 12 (em valor absoluto) e 13 (em percentagem do total do investimento português no estrangeiro):

QUADRO 12
Investimento directo português no espaço da CPLP, em termos líquidos
(em milhares de contos)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Angola	272	470	1770	652	258	556	1950	4280	4820	11310
Cabo Verde	107	222	22	67	48	3060	139	2410	1110	7020
Guiné-Bissau	290	305	605	0	44	1	63	1770	225	42
Moçambique	626	444	274	1360	4000	269	3210	3680	3910	3330
São Tomé	148	0	0	12	0	5	172	175	146	148
Brasil	802	70	277	-82	429	4700	38600	85400	478500	300200

Fontes: construído a partir de Banco de Portugal (1991a 2000), *Relatório do Banco de Portugal (1990 a 1999)*

Banco de Portugal (1995;1997;2000), *Evolução das Economias dos PALOP (1994;1996/97;1999/2000)*

ICEP (s/d), *Brasil: Um país, um mercado*

Notas: A partir de 1996, os valores apresentados incluem os lucros reinvestidos pelas empresas portuguesas; 0 - ausência de investimento

QUADRO 13
Investimento directo português no espaço CPLP, no total do investimento português aplicado no estrangeiro, em termos líquidos
 (em percentagem)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Angola	1,2%	0,7%	0,0%	2,6%	0,5%	0,5%	1,6%	1,5%	0,9%	2,2%
Cabo Verde	0,5%	0,3%	0,0%	0,3%	0,1%	3,0%	0,1%	0,8%	0,2%	1,4%
Guiné-Bissau	1,2%	0,4%	0,0%	O	0,1%	0,0%	0,1%	0,6%	0,0%	0,0%
Moçambique	2,7%	0,6%	0,0%	5,4%	8,5%	0,3%	2,7%	1,3%	0,8%	0,7%
São Tomé	0,6%	o	o	0,0%	O	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Brasil	3,4%	0,1%	0,3%	#	0,9%	4,5%	32,2%	30,1%	93,1%	58,8%

Fontes: construído a partir de Banco de Portugal (1991a 2000), *Relatório do Banco de Portugal (1990 a 1999)*
 Banco de Portugal (1995;1997;2000), *Evolução das Economias dos PALOP (1994;1996/97;1999/2000)*
 ICEP (s/d), *Brasil: Um país, um mercado, Lisboa*
 Notas: A partir de 1996, as percentagens incluem os lucros reinvestidos pelas empresas portuguesas
 0% - estatisticamente não significativo; o - ausência de investimento; # - investimento líquido negativo

A primeira observação diz respeito, naturalmente, à forte concentração dos investimento portugueses no Brasil, nomeadamente a partir de 1996.

Desde já deve ser referido que, mais do que uma consequência directa da formação da CPLP, tal movimento de capitais deve-se a uma aposta estratégica do governo português naquele mercado a que se associou a participação, com êxito, de diversas empresas portuguesas no processo de privatização da economia brasileira que abarcou diversas áreas e que tem envolvido elevados montantes. São os casos, por exemplo, da EDP na electricidade, da Portugal Telecom nas telecomunicações, do BES ou da CGD no sector bancário, entre outros. Paralelamente, muitas outras empresas portuguesas descobriram o mercado brasileiro, a sua dimensão e potencialidades regionais. Desta forma, em diversos sub-sectoros da indústria transformadora ou no comércio e serviços é possível encontrar hoje empresas portuguesas: a Cimpor, a Sonae Indústria, Quintas & Irmão, Jerónimo Martins, Modelo Continente, Profabril, IPE (abastecimento de águas), Pararede, Somague, Grupo Amorim, Efacec, num total de 175 empresas que nos últimos cinco anos realizaram investimentos directos naquele país¹⁵⁷.

Em resultado disto, enquanto destino do investimento português, o mercado brasileiro saltou dos 4,5% em 1995 para 30% nos anos seguintes, atingindo o seu ponto máximo em 1998 com a concentração de 93,1% do investimento português no

¹⁵⁷ Cf. *Expresso*, “Empresários descobrem Brasil”, 23 de Dezembro de 2000.

exterior. Em 1999 essa quota foi de 58,8%, isto é, cerca de 93% do investimento no espaço da CPLP.

Quanto aos restantes países, deve ser sublinhada a recuperação da posição cimeira de Angola, que após os anos que se seguiram ao recomeço da guerra civil em 1992, atrai de novo o investidor português. Em 1999, o investimento em Angola atingiu mais de 11 milhões de contos, tanto quanto o investimento líquido nos outros quatro PALOP, prolongando a tendência do ano anterior. Para além dos investimentos feitos no sector petrolífero, envolvendo a Petrogal, e no sector diamantífero, com o envolvimento da SPE (Sociedade Portuguesa de Empreendimentos), uma participada a 100% do IPE, que detém 49% da SML (Sociedade Mineira do Lucapa). O IPE ainda detém uma participação de 70% na Angorochoa (extracção de granitos) e de 96% na SAE.

Independentemente destas duas empresas, quase todos os grupos bancários estão em Angola, directamente (BPI, BCP através do BPA, BTA) ou indirectamente (casos do BPSM e CCMA com participação no Banco Africano de Investimento). O BES tem um escritório e a CGD e o Montepio têm vindo a declarar a sua intenção de desenvolver actividade em Angola. Mas outras empresas se destacam no investimento e actividade em Angola, desde logo, as empresas de construção civil, como a Mota & Companhia, a Teixeira Duarte. Mas existe ainda uma multiplicidade de outras participações, nomeadamente na área da indústria transformadora. Isso explica que este sector tenha registado o maior crescimento em 1999, à frente da construção civil. De sinal contrário, houve uma diminuição do investimento no sector financeiro.

Esta presença alargada traduziu-se, por exemplo, no facto de que em 1999 metade do valor dos projectos aprovados em Angola tivessem como proponentes empresas portuguesas (129 projectos no valor de 581 milhões de USD)¹⁵⁸

Em Cabo Verde, o investimento português acompanhou, em larga medida, o processo de privatizações. Encontramos, assim, neste país, a Portugal Telecom (com 40% da Cabo Verde Telecom; a Petrogal, com 32,5% da Enacol; a CGD e o banco Inter-Atlântico com 52% do BCA; as mesmas duas entidades com 46% da Garantia e 41% da Promotora; o Montepio e IMPAR com 40% da CECV e a EDP e o IPE com 51% da Electra. A continuação do processo de privatizações (portos, estaleiro naval,

¹⁵⁸ Declarações de Rui Almas, delegado do ICEP em Luanda, cf. *África Hoje*, nº143, 2000: 47.

trading, distribuição de medicamentos, transporte aéreo e marítimo) deverá assegurar a presença do investimento português neste país¹⁵⁹.

Quanto à Guiné-Bissau e a São Tomé, em ambos os casos o valor do investimento português aplicado é extremamente reduzido, com a excepção do ano de 1997 na Guiné Bissau. Empresas tão diversas como a Petrogal, a Tertir, a Mantero, o BTA e o CPP (na Guiné-Bissau), o BNU e o BTA (em São Tomé), o IPE na produção e comercialização de cacau através da Bela Vista em São Tomé ou na produção agrícola (Agribissau) na Guiné-Bissau são alguns dos exemplos de empresas portuguesas presentes nestes dois países.

Finalmente Moçambique. Este país foi aquele que deu início a um movimento mais acentuado de investimento nos PALOP, isto é, no ano de 1993. O processo de privatizações, uma vez mais, e a conversão de dívida em activos, a par de uma recuperação e estabilização da sua economia e do ambiente político, tornaram este país uma ‘moda’ para o investidor português. Tal como sucede nos países atrás analisados, o investimento português percorre todas as áreas, desde o imobiliário, serviços e transportes, até à actividade agrícola, industrial e financeira. A Petrogal, a Cimpor, o IPE (em áreas tão diferentes como o algodão, através da Agrimo e Canam, do descasque do cajú, pela Companhia Cajú de Nacala, produtos agro-químicos através da Agrifocus, manutenção de sistemas de águas via Aquatec, etc), BPI, BCP, EFISA, Mello, BTA e CGD todos estes no sector financeiro e segurador, a Sonae Indústria, a Mantero, a Tertir, etc, são apenas algumas das inúmeras empresas portuguesas ali em actividade.

No essencial essa actividade tem sido mantida, apesar de alguns revezes (o caso mais referido terá sido a actividade da Barbosa & Almeida no vidro) e de problemas de quando em vez assinalados (casos da Cimpor ou do Grupo Sonae), devidos essencialmente a dificuldades próprias do funcionamento da economia moçambicana¹⁶⁰.

¹⁵⁹ De acordo com *Expresso*, “Cabo Verde privatiza dez empresas”, 2000, e reportando declarações de responsáveis do governo cabo-verdianos de passagem por Lisboa, o investimento português representou 46% do investimento total entrado em Cabo Verde entre os anos de 1994 e 1999.

¹⁶⁰ Enquanto na Barbosa & Almeida se referiram como causas para o abandono do mercado moçambicano, a dificuldade de garantir permanentemente o fornecimento de energia e a dificuldade em fazer escoar o produto final junto do mercado consumidor, o Grupo Sonae manifestou o congelamento do investimento no programa de arroz do vale do Zambeze devido ao problema das acessibilidades, isto é, estradas degradadas e ausência de postos de abastecimento, cf. *Expresso*, 11 de Novembro, 2000.

A despeito de não fazer parte da informação contida nos quadros que acabámos de analisar, deve sublinhar-se que as estatísticas mais recentes, referentes aos nove primeiros meses de 2000 permitem verificar que o investimento bruto nos países africanos de língua portuguesa foi de 33,2 milhões de contos (o investimento bruto em 1999 havia sido de 25 milhões de contos), o que denota um franco crescimento¹⁶¹.

A Angola destinou-se o grosso do investimento (21 milhões de contos, isto é, cerca de 65% do total dos PALOP), com destaque para o sector das indústrias transformadoras (45%), actividades financeiras (30%) e construção (quase 20%).

Em segundo lugar surge Moçambique, com 9,5 milhões de contos, seguindo-se-lhe Cabo Verde (1,5 milhões de contos), Guiné-Bissau (415 mil contos) e São Tomé e Príncipe (258 mil contos). As actividades imobiliárias e de serviços ocuparam a primeira posição quer em Moçambique quer em Cabo Verde.

As actividades financeiras e de construção (em Moçambique) e as indústrias transformadoras e de construção (em Cabo Verde), aparecem a seguir.

Em suma: embora representando uma pequena fatia do investimento no exterior, o mercado dos PALOP continua a exercer uma atracção junto do empresário português. Alguns investimentos parecem assumir um carácter estratégico, como seja a participação da Petrogal em Angola ou monopolístico, como é a presença portuguesa no sistema financeiro em Moçambique, o que aliás tem merecido fortes reparos por parte de certos sectores moçambicanos.

Por outro lado, o processo de privatização nestes países tem desempenhado um importante papel catalizador. No entanto, à medida que se aproxima o fim das privatizações naqueles países, será de seguir de perto o comportamento do investimento português.

Completamente dispiciendo é o investimento directo que os PALOP aplicam em Portugal e, tal como o quadro 14 o demonstra, não merece qualquer comentário.

No entanto, e no que se refere ao Brasil, deve ser sublinhada a presença de várias empresas brasileiras em Portugal, o que permitiu que em 1999 os seus

¹⁶¹ Cf. ICEP, “Investidores Portugueses Preferem Angola”, *Portugal News*, 9 de Janeiro de 2001. Deve ser referido, no entanto, que nesta notícia é dito que os 33,1 milhões de contos ainda estão abaixo dos 33,2 milhões de contos registados no ano anterior. Ora, conforme dados do Banco de Portugal, *A Evolução das Economias dos PALOP 1999-2000*, Lisboa, 2000: 55, o investimento bruto total havia sido de pouco mais de 25 milhões de contos...

investimentos representassem cerca de 10% do investimento total entrado em Portugal.

QUADRO 14
Investimento directo proveniente do espaço da CPLP no total do IDE em Portugal, em termos líquidos
(em percentagem)

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Angola	0,01%	0,27%	0,00%	0,09%	0,14%	0,02%	0,05%
Cabo Verde	0,00%	<i>o</i>	<i>o</i>	<i>o</i>	0,01%	0,01%	0,01%
Guiné-Bissau	0,00%	<i>o</i>	<i>o</i>	0,00%	0,00%	#	<i>O</i>
Moçambique	<i>O</i>	0,00%	0,00%	#	#	#	0,02%
São Tomé	0,00%	0,00%	<i>o</i>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Brasil	2,21%	5,07%	0,15%	1,19%	4,19%	0,76%	10,68%

Fontes: construído a partir de Banco de Portugal (1991a 2000), *Relatório do Banco de Portugal (1990 a 1999)*; Ferreira, M.E. et Almas, R. (1997), "Les contours économiques de la CPLP", *Lusotopie 1997*, Paris
Notas: 0% - estatisticamente não significativo; *o* - ausência de investimento; # - investimento líquido negativo

Para concluir este ponto acerca do relacionamento económico no espaço da CPLP, com um enfoque especial no papel de Portugal, resta verificar se se observa alguma alteração significativa ou tendencial respeitante à passagem de uma actividade mercantil (comércio externo, nomeadamente de exportação) para uma actividade de presença no terreno, isto é, através do assumir de um risco próprio da actividade empresarial de investimento.

A ser assim, duas conclusões se poderão retirar: por um lado, os países receptores de investimento português melhoraram o ambiente de acolhimento do investimento estrangeiro; e, em segundo lugar, a atitude do empresário português face ao risco também terá mudado, o que, a verificar-se, seria um bom sintoma.

O quadro 15 ajuda-nos a apreender melhor o que acaba de ser dito:

QUADRO 15
Relação entre o investimento (líquido) directo português e as exportações portuguesas em alguns países da CPLP

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Angola	0,46%	0,59%	1,60%	1,17%	0,53%	1,07%	3,19%	5,42%	6,53%	20,48%
Brasil	12,16%	1,30%	5,49%	#	2,94%	16,42%	100,8%	209,2%	1180%	1094%
Cabo Verde	1,45%	2,98%	0,28%	0,71%	0,34%	17,61%	0,72%	11,00%	4,69%	25,29%
Moçambique	10,21%	7,98%	6,00%	22,67%	55,74%	3,65%	39,74%	42,27%	31,72%	24,69%

Fonte: construído a partir de Banco de Portugal (1991 a 2000), *Relatórios do Banco de Portugal (1990 a 1999)*
Banco de Portugal (1995; 1997; 2000), *Evolução das Economias dos PALOP (1994; 1996/97; 1999/2000)*
ICEP (s/d), *Brasil: um país, um mercado*, Lisboa
INE (1974-2000), *Estatísticas do Comércio Externo e Comércio Internacional*, Lisboa
Notas: # - investimento líquido negativo

De facto, nos casos de Angola, Brasil e Cabo Verde, nomeadamente nos dois primeiros, há um claro aumento da relação entre o investimento líquido português naqueles países e as exportações que se dirigem para aquele mercado.

Quanto a Moçambique, embora esse *ratio* tenha vindo a diminuir desde 1997, o seu valor ainda é apreciável. Tal como em Cabo Verde e no Brasil, o aproximar do fim do processo de privatizações poderá condicionar a evolução da relação investimento português/exportações portuguesas. Se não ocorrer uma diminuição significativa será bom sinal, na medida em que poderá traduzir um movimento de investimento independente de empresas e mercados já estabelecidos. O seu conteúdo tem outras implicações e, como Helleiner destaca, poder-se-á estar a assistir ao “*comércio de amanhã que é o produto de investimento de hoje*”¹⁶²

CONCLUSÕES

Situada a discussão acerca do futuro da CPLP, tendo em conta a realidade concreta do relacionamento económico intra-CPLP e o contexto de globalização que cada vez mais se afirma como inexorável, impõem-se algumas reflexões finais.

Estas tentarão fazer realçar, como se se tratasse de uma abordagem em *círculos concêntricos*, por assim dizer, alguns aspectos determinantes do seu futuro, nomeadamente: os contextos de globalização e a situação regional e individual dos países membros.

O enquadramento da CPLP num contexto de globalização tem tanto mais razão de ser quanto a Declaração aprovada na III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, se intitula precisamente “*Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização*.”¹⁶³

¹⁶² Cf. Helleiner (Gerald) 2000, *op. cit.*

¹⁶³ CPLP, III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, *Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização*, 17-18 de Julho, 2000, Maputo, Moçambique.

Numa perspectiva analítica, parece-nos evidente que os problemas actuais e futuros da CPLP não podem ser tratados *per se*, como uma questão empírica isolada e *sui generis*, romanticamente desvinculada de condicionalismos exógenos, alheia aos constrangimentos económicos, políticos e filosóficos que caracterizam a “globalização” e que, afinal, determinam sobremaneira o seu destino. Daí entendermos que a análise da “globalização” é um pressuposto incontornável e uma referência que baliza a reflexão sobre esta comunidade.

Por outro lado, apreender o alcance da CPLP, tal como outros países desenvolvidos ou em desenvolvimento, exige o enquadramento teórico que perspetive os factos à luz da razão, pelo que a referência à teoria não constitui aqui um “desvio” ou “dispersão” em relação ao objectivo assignado no início deste texto. Se, como declara com pertinência Edgar Morin, o desenvolvimento não é um problema tecnocrático mas sim político¹⁶⁴, também o tema que nos ocupa (a CPLP), não é um mero *case study* que releva da exclusiva “experiência” empírica encarada como “princípio ontológico”, à maneira praticada nos anos 80 quando todas as estratégias consideravam o desenvolvimento como um problema técnico que pedia soluções técnicas¹⁶⁵. Se muitos comungavam, ou comungam ainda, desta visão pretensamente “realista”, não é para admirar que a Cooperação institucional dê tantas vez a impressão de caminhar às apalpadelas¹⁶⁶ ...

É o motivo porque entendemos chamar a atenção para dois aspectos:

Em primeiro lugar, os problemas da sobrevivência da CPLP, sendo “internos” a cada um dos países e “intra-comunitários” nas correlações que se tecem nesse espaço, são igualmente inseparáveis da conjuntura externa. Assim, o processo da CPLP não pode ser alheio aos condicionalismos mundiais¹⁶⁷.

¹⁶⁴ Edgar Morin, *Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur*, Paris, Seuil, 2000

¹⁶⁵ Como parece que certos empresários e não poucos técnicos têm ainda hoje tendência para acreditar...

¹⁶⁶ O que nos leva a acrescentar uma última pequena nota: se pensarmos bem, a frequente atitude “*anti-teoria*” hiperempirista, muito comum entre os que se debruçam, a diversos títulos, sobre as relações Portugal-África, é ao fim e ao cabo uma forma (perversa ou ingénua) de “*teoria*”, na medida em que esquece que não há ciência sem teoria, que toda a observação pressupõe conjecturas ou postulados que lhe dão sentido, e que o problema não é fazer uma ilusória escolha entre “teoria” e “prática”, mas – para encurtar razões - articular metodologicamente ambas sem perder de vista que a teoria é antes de mais um conjunto de hipóteses e não uma lei, um quadro de referência indicativo e não um objectivo em si.

¹⁶⁷ Por exemplo, as políticas de ajustamento estrutural promovidas pelo Banco Mundial baseavam-se no pressuposto de que os preços das matérias-primas obedeceriam a um *trend* favorável e que os países industrializados facilitariam o acesso dos produtos africanos aos seus mercados em aplicação de princípios “liberais” proclamados. Ora foi justamente o que não aconteceu. Não é

Em segundo lugar, se, como é óbvio, essa articulação se faz imediatamente ao nível empírico, este não é suficientemente explicativo porque, para lá das aparências que decorrem da observação, resulta antes de mais de contradições que lhe estão subjacentes e que estão expressas em debates de diversa ordem, tais como: entre liberalismo e intervencionismo, cientismo e ciência, *individualismo metodológico* e *holismo*¹⁶⁸, ortodoxia e heterodoxia económica, etc.

Quanto aos aspectos determinantes do futuro da CPLP a que fizemos referência, destacamos alguns deles:

Em primeiro lugar, no que se refere ao fenómeno da globalização, largamente tratado na primeira parte deste trabalho para enquadrar a CPLP, ficou claro que, a despeito de diversas resistências que se possam vir a levantar diante do liberalismo *puro e duro* que anima as principais instituições e organizações internacionais (OMC¹⁶⁹ e FMI, em particular), tudo indica que as novas regras dali emanadas não poderão deixar de ser tidas em consideração. No entanto, há que esclarecer que o efeito da liberalização sobre o espaço da CPLP não pode ser encarado como se se tratasse de uma simples “abertura” daqueles mercados a outros países.

Pelo facto de a CPLP não ser uma zona de comércio livre, nem tão pouco dispor de uma “identidade” jurídica ou económica que lhe permita estabelecer qualquer acordo preferencial aceite como “cláusula de excepção” pela OMC, o espaço desta Comunidade continuará aberto às diversas influências da economia mundial. Tudo leva a crer que, com o tempo, assistiremos a uma concorrência e competitividade acrescidas em qualquer um dos mercados dos países membros da CPLP. O desafio estará em saber – supondo que tal será do interesse das partes - como acautelar formas de articulação entre os países lusófonos cujo passado histórico e cultural tem vertentes comuns que podem ser aproveitadas positivamente, numa visão

pois para admirar que as iniciativas e concepção do Banco Mundial tenham sido muito criticadas. F. Cheru, professor da *American University*, em Washington, fez um balanço severo do ajustamento estrutural do Banco Mundial que “destruiu a capacidade produtiva dos países africanos” e “exacerbou a pobreza em África”. Cf. F. Cheru, «The World Bank and structural adjustment in Africa», *Africa Insight*, vol. 25, nº 4, 1995.

¹⁶⁸ Vd entre outros: Louis Dumont, *Essais sur l'individualisme*, Paris, Seuil, 1991. F.A. Hayek, *The Counter-Revolution of Science – Studies on the Abuse of Reason*, Indianapolis, Liberty Fund, 1979.

¹⁶⁹ Para Edward Goldsmith, director do Forum Internacional sobre a Globalização, “uma instituição internacional como a OMC que pretende enquadrar as práticas comerciais faz, na realidade, o inverso. Suprime todas as leis que constituem um obstáculo ao comércio e substitui-as por regulamentos que protegem os interesses das multinacionais” (Cf. *Le Monde* (Paris), 23 de Janeiro de 2001).

de progresso que volte resolutamente as costas ao passado, tal como tivemos ocasião de sublinhar na nossa análise.

Em segundo lugar, e decorrente do que acima ficou dito, é praticamente certo que, dentro de muito poucos anos, se assistirá ao fim do “vínculo preferencial” que une os países africanos de língua oficial portuguesa a Portugal via Acordo de Cotonou. Isto é, quando terminarem as preferências de acesso ao mercado europeu, as quais discriminam actualmente outras nações não incluídas no conjunto dos países ACP.

As negociações da UE no seio da OMC apenas têm conseguido assegurar um período transitório até que a liberalização do comércio inclua todos os países sem excepção¹⁷⁰. O problema que daí resulta e o desafio que se coloca, na perspectiva da CPLP, é semelhante ao referido no parágrafo anterior.

Em terceiro lugar, como resposta ao fenómeno da globalização e às consequências práticas descritas acima, está previsto que se venham a estabelecer acordos tendentes à criação de zonas de comércio livre entre a UE e as organizações regionais de integração económica, onde os PALOP estão inseridos. Aliás, o Acordo de Cotonou coloca ênfase especial no apoio ao desenvolvimento das organizações regionais de integração e a sua conformação à liberalização do comércio mundial, o que acarreta consequências inevitáveis¹⁷¹.

De que modo isso afectará as relações com países como o Brasil e Portugal¹⁷²? Que desafios ou que oportunidades se poderão abrir? De que maneira a afirmação crescente do Brasil no Mercosul e o eventual acordo de livre comércio a estabelecer com os Estados Unidos afectará as relações do Estado brasileiro com os restantes países da CPLP?

¹⁷⁰ Ver, por exemplo, entrevista de Philip Lowe, director-geral para o desenvolvimento da Comissão Europeia, ao *Le Courrier*, nº169, Bruxelles, 1998: 3

¹⁷¹ Sendo extensa a literatura sobre este assunto, ver, por exemplo, John M. Mbaku, “Emerging Global Trade Blocs and the Future of African Participation in the World Economy”, *Journal of Economic Integration*, vol.10, nº2, 1995: 141-177; Clement Ng’ong’ola, “Regional Integration and Trade Liberalisation in Africa”, *Journal of World Trade*, vol.33, nº1, 1999: 145-171; Walter Kennes, “La Dynamique Régionale dans le Nouveau Partenariat ACP-UE”, *Le Courrier*, Édition Spéciale – Accord de Cotonou, Septembre, 2000: 29-30.

¹⁷² Manuel Ennes Ferreira, “A Política Africana da União Europeia e as perspectivas para a Presidência Portuguesa no ano 2000: *momentum* ímpar?”, in *UE – Ano 2000: Perspectivas para a Presidência Portuguesa*, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1999: 111-126

Em quarto lugar, que sentido faz insistir em falar em “*espaços naturais*”¹⁷³, conceito tão evocado ainda hoje para defender algo de muito específico e diferente que seria o espaço da CPLP?

“*Espaço natural*” assente na mesma língua? “*Espaço natural*” baseado em estereótipos tão redutores da análise quanto distanciados da realidade, como seja, por exemplo, o termo “*países irmãos*”?¹⁷⁴.

A visão é, como também referimos na nossa exposição, demasiado estreita e inoperante. Se no passado ela traduzia uma retórica assaz conservadora das relações internacionais, sem grandes consequências práticas, nesta era de “globalização” choca particularmente pelo seu carácter obsoleto. O que não significa que, se lhe forem dados conteúdos económicos, políticos e culturais concretos, ela não possa ser dinamizada num sentido mais construtivo. Mas, por enquanto, não só falta o “cimento” para construir o edifício da comunidade, como se desconhece ainda com que material poderá ser feito e qual o tipo de edificação a conceber e consolidar.

Em quinto lugar, e igualmente decorrente do ponto anterior, há já muito tempo que a ideia segundo a qual “Portugal seria a porta de entrada dos PALOP e do Brasil na Europa”, é uma concepção ultrapassada.

Ainda que Portugal seja uma das “*portas de entrada*” no continente europeu, a verdade é que tenderá, num quadro de globalização, a sê-lo cada vez menos.

É natural que a diferença existente entre os países africanos de língua portuguesa implique também, no futuro, consequências distintas. Assim, não será difícil admitir que se manterá o papel primordial que Portugal ocupa *vis-à-vis* Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé. No entanto, não parece líquido que a longo-prazo o mesmo acontecerá com Angola e Moçambique. E quanto ao Brasil, o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira e do Clube de Empresários do Brasil

¹⁷³ Ver a este respeito, o interessante artigo de Bernard Gordon, “The Natural Market Fallacy”, *Foreign Affairs*, vol.77, nº3, 1998: 13-16.

¹⁷⁴ Ver, entre outros, Eduardo Prado Coelho, “Os labirintos da identidade”, *Público*, 22 de Abril, 2000: “numa altura em que as Comemorações dos 500 anos do Brasil se enredam em penosos equívocos, duplicações, concorrências, hesitações e compromissos...a boa-vontade leitosa dos discursos oficiais e a generosidade quase ingénuo de querer edificar pontes lusófonas devem ter como saudável contraponto abordagens desencantadas e por vezes cruéis”, ou ainda, Eduardo Lourenço, “Imagem e Miragem da lusofonia”, in *A Nau de Ícaro*, Gradiva, 1999: 179, “Só para nós, portugueses, a lusofonia e a mitologia da CPLP é imaginada como uma totalidade ideal compatível com as diferenças culturais que caracterizam cada uma das suas componentes. Como portugueses, seria impossível e sem sentido não a imaginar assim, pois somos o espaço matricial da língua portuguesa...O que não podemos é atribuir a essa

já desvaneceu as dúvidas: “considero que as relações com Portugal são privilegiadas pelas facilidades que a empatia gera e *não porque Portugal seja uma porta de entrada e de acesso à UE. De facto, não é verdade*. Toda a Europa tem o máximo interesse em trabalhar com o Brasil”¹⁷⁵.

Em sexto lugar, que problemas e desafios se colocam à CPLP com a integração de pleno direito do futuro país que será Timor-Lorosae? Do ponto de vista económico, que relacionamento é possível estabelecer com aquele país, tão longínquo sob vários aspectos? Olhá-lo apenas pelo sector do petróleo, onde Portugal, o Brasil e, quem sabe, Angola quererão ter uma palavra a dizer?

Em sétimo lugar, deve-se reconhecer que embora seja interessante tentar garantir – e mesmo reforçar – os laços económicos intra-CPLP, estes não podem ser considerados como um fim em si mesmo. É inevitável que cada país siga o seu caminho. O que a CPLP poder fazer é empenhar-se, com pragmatismo e sistematicamente, na construção e consolidação de convergências Mas cabe aos agentes económicos e aos governos trabalhar para que isso suceda.

Em oitavo lugar, tem de se assumir que o nível e a diversificação das relações económicas depende, em grande medida, da evolução interna, tanto económica como política, de cada Estado membro. Não é realista exigir mais.

Por exemplo, com um mercado exíguo como é o de Cabo Verde, haverá um ponto onde o ganho marginal com o aprofundamento do relacionamento económico bilateral tenderá a diminuir claramente para Portugal (e os empresários portugueses). O ponto de vista de Cabo Verde não tem necessariamente que ser o mesmo, e certamente não o será. Cabe aos intervenientes entender que o processo está, ou pode estar, “na ordem natural das coisas”, e não tirar daí ilações despropositadas.

Do mesmo modo, enquanto a situação de Angola for a de conflito interno, as perspectivas de potenciação das relações económicas estarão limitadas. O voluntarismo não é bom conselheiro nem, tão pouco, um guia para a acção económica.

Em nono lugar, deve reconhecer-se que o entendimento quanto ao papel económico da CPLP não tem necessariamente que ser o mesmo para todos os países.

centralidade nossa na esfera lusófona outra dimensão que não seja essa de essência genealógica, de carácter estritamente comunicacional...”

¹⁷⁵ Entrevista concedida pelo Dr. António Bustorff, Presidente da CCILB e do CEB, *Forum Empresarial*, nº35, 22 de Abril, 2000: 14.

Mais cooperação empresarial, mais investimento, mais ajuda pública ao desenvolvimento, mais neste sector e menos naquele, mais prioridade à integração regional, etc., devem, obviamente, ser reconhecidos como legítimas pretensões de cada um dos países. Mas se é uma questão de senso comum que todas as partes admitam que os problemas não podem ser todos resolvidos ao mesmo tempo e com o mesmo grau de eficácia, também é compreensível que sua urgência dê origem a tensões pontuais a que é indispensável dar respostas realistas e pragmáticas.

Em décimo lugar, um problema com que se tem de continuar a lidar é a valoração que cada país dá à sua própria participação nesta Comunidade.

O maior erro será tentar impor pontos de vista e assumir-se como líder da organização. Portugal e o Brasil têm interesses e estratégias que podem não coincidir necessariamente. E os países africanos terão também os seus próprios pontos de vista.

Por exemplo, Angola no seio dos PALOP terá pretensões a comportar-se como representante deste espaço, por motivos diversos. Veja-se, por exemplo, o papel desempenhado por este país na resolução da crise militar que abalou S. Tomé e Príncipe há alguns anos, ou, mais recentemente, a participação activa no seio da CPLP aquando da procura de uma solução para a crise da Guiné-Bissau. Em certos momentos a conciliação de interesses entre as diversas partes pode revelar-se complicada. Porém, é um desafio que se colocará à própria Comunidade.

Finalmente, se o espaço da CPLP não é uma zona de comércio livre, discricionária face ao resto do mundo, tal não significa que não se deva estimular a cooperação económica entre os Estados membros, como aliás e uma vez mais o Presidente moçambicano fez questão de sublinhar: “*A CPLP não terá futuro se não entrar na cooperação económica.*”¹⁷⁶

Neste sentido, a prossecução de outros objectivos considerados prioritários, no domínio político, por exemplo, poderão favorecer um melhor ambiente e receptividade para estimular as convergências económicas possíveis¹⁷⁷. Embora aqui subjazam alguns problemas, é, contudo, um dos mais importantes desafios para a CPLP, e que, do ponto de vista económico, maiores repercussões poderá ter. A título exemplificativo refiram-se as implicações económicas que um problema não resolvido

¹⁷⁶ Declarações proferidas na 3ª Cimeira da CPLP, Maputo, *in Expresso* (Lisboa), Julho 2000.

¹⁷⁷ Como demonstra Edward Mansfield and Rachel Bronson, “Alliances, Preferential Trading Arrangements, and International Trade”, *American Political Science Review*, vol.91, nº1,

como o de Cahora-Bassa pode ainda vir a ter no relacionamento económico entre Portugal e Moçambique¹⁷⁸. Se, como é afirmado na Declaração Constitutiva da CPLP, se deve desenvolver a cooperação económica e empresarial através da concretização de projectos de interesse comum, compreende-se mal a forma como este *dossier* se arrasta no tempo.

Em síntese, quer-nos parecer que o pior inimigo da CPLP é ela própria, isto é, pensar, por um lado, que este espaço pode ser “reservado”, ao “abrigo” do resto do mundo e, por outro, ambicionar alcançar metas inatingíveis no domínio económico.

Trabalhar para a promoção do desenvolvimento de cada um dos países membros, admitindo e respeitando igualmente as opções de alianças e de estratégias de cada uma das partes, é o que se pode desejar e esperar da CPLP.

(*) ISEG/CEDIN (Universidade Técnica de Lisboa)

(**) ISEG/CEDIN (Universidade Técnica de Lisboa)

1997: 94, “studies have neglected the role political-military alliances play in shaping patterns of commerce”.

¹⁷⁸ Cf. Carlos Albino, “Já é tempo de esclarecer qual é a política africana”, *Diário de Notícias* (Lisboa), 11 de Dezembro de 2000. Ver igualmente a declaração de Castigo Langa, Ministro dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique, segundo o qual «a dívida do empreendimento a Portugal, cerca de 2 mil milhões USD, não é pagável. Temos que encontrar um valor que seja pagável, que seja razoável», Cf. *Expresso* (Lisboa).

BIBLIOGRAFIA INDICATIVA

- AAVV, *L'économie repensée*, Paris, Éditions Sciences Humaines, 2000.
- AGLIETTA (Michel) et MOATTI (Sandra), *Le FMI de l'ordre monétaire aux désordres financiers*
- AGUIAR (Joaquim), “Modelos de Globalização” in: TEIXEIRA, RODRIGUES e NUNES 2000: 57-83.
- ALBINO (Carlos), “Já é tempo de esclarecer qual é a política africana”, *Diário de Notícias* (Lisboa), 11 de Dezembro de 2000.
- ALMAS (Rui), “Declarações de Rui Almas, delegado do ICEP em Luanda”, cf. *África Hoje*, nº143, 2000: 47.
- AMADO (Luís), “Cimeira Euro-Africana – Luís Amado: “A nova parceria implica a liquidação da hipoteca colonial”, *Expresso* (Lisboa), Março 2000. Entrevista reproduzida no site do ICEP: www.portugalnews.pt.
- ANDRÉ (Jean-Claude), “Le calcul à haute performance: un enjeu de puissance”, in: *Géopolitique* (Paris), nº 71, septembre 2000: 121-124.
- ASSIDON (Elsa), “Joseph Stiglitz, un regard hétérodoxe sur la crise asiatique”, *Alternatives Économiques* (Paris), nº 161, Julho 1998.
- BALENCIE (Jean-Marc) *et alii*, Sous la direction de, *Mondes Rebelles – Guerres civiles et violences politiques*, Paris, Éd. Michalon, 1999 (“Encyclopédie des Conflits”).
- BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Investimento e Reinvestimento Estrangeiro no Brasil*, 1995
- BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Investimento e Reinvestimento Estrangeiro no Brasil*, 1995
- BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Investimentos Diretos – Distribuição por País de Origem dos Recursos*, 2000.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Investimentos Diretos – Distribuição por País de Origem dos Recursos*, 2000.
- BANCO DE PORTUGAL, *Evolução das Economias dos PALOP (1994;1996/97;1999/2000)*, 1995-1997 e 2000
- BANCO DE PORTUGAL, *Relatório do Banco de Portugal (1990 a 1999)*, 1991a 2000
- BANCO MUNDIAL: www.worldbank.org
- BARBEITOS (Arlindo), “Sociedade, Estado: sociedade civil, cidadão e identidade”, dactilografado. Manuscrito inédito facultado pelo autor.
- BARTOLI (Henri), *Repenser le développement*, Paris, Unesco/Economica, 1999.
- BAUER (Peter T.). *Equality, the Third World and Economic Delusion* (1981), *Reality and Rhetoric* (1984), *The Development Frontier* (1991).
- BEAUD (Michel) et DOSTALER (Gilles), *La pensée économique depuis Keynes*, Paris, Seuil, 1993
- BEAUD (Michel), *Le basculement du monde*, Paris, La Découverte & Syros, 2000.
- BECKER (Gary S.), *Human Capital*, Chicago, 3ª ed. 1993
- BÉRAUD (Philippe), *et alii*, Sous la direction de, *Géo-économie de la coopération européenne: de Yaoundé à Barcelone*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1999.
- BESSA (António Marques), *Utopia, uma visão da engenharia de sonhos*, Lisboa, Europa-América, 1998: 224.
- BHINDA (Nils) *et alii*, *Private Capital Flow to Africa – Perception and Reality*, The Hague, FONDAD, 2000
- BISTOLFI (R.), (Sous la direction de), *Euro-Méditerranée, une région à construire*, Paris, Publisud, 1995 (Prefácio de Edgard Pisani).
- BRIGAGÃO (Clóvis), “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Caminhos de Integração Fraterna”, *Política Internacional*, nº13, 1996, pp.13-24 e “Brasil & Portugal: Relações de Amizade e de Democracia, ou como Recuperar o Coração Partido”, comunicação ao *Colóquio ‘A Democracia e a Política Externa Portuguesa’*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 12-13 de Maio, 1999.
- BUSTORFF, (António), “Entrevista” ao *Forum Empresarial*, nº35, 22 de Abril, 2000.
- CAHEN (Michel), “Des Caravelles pour le Futur? Discours Politique et Idéologie dans l’Institutionnalisation de la CPLP”, *Lusotopie 1997*, Paris, 1997: 391-433.
- CASTELLS (Manuel), *The Rise of the Network Society* (1996), trad. fr. *L’ère de l’information I: La Société en réseaux*, Paris, Fayard, 1998; *The Power of Identity* (1997), trad. fr. *L’ère de l’information II: Le pouvoir de l’identité*, Paris, Fayard, 1999; *End of Millennium* (1998), trad. fr. *L’ère de l’information III: Fin de millénaire*, Paris, Fayard, 1999.
- CASTELLS (Manuel), “A África na era da Internet”, *Folha de São Paulo* (S. Paulo), 20/8/2000.

- CCPM (Câmara de Comércio Portugal-Moçambique), *Directório Moçambique 2000-2001*, Lisboa, 2000
- CEPII, *L'économie mondiale 2001*, Paris, La Découverte, 2000.
- CHAUPRADE (Aymeric), *Introduction à l'analyse géopolitique*, Paris, Ellipses, 1999.
- CHAVAGNEUX (Christian), "Les années Susan Strange", *Alternatives Économiques* (Paris), n° 185, Outubro 2000.
- CHERU (F.), «The World Bank and structural adjustment in Africa», *Africa Insight*, vol. 25, n° 4, 1995.
- CHEVALIER (Jean-Marie), "La concentration économique et ses limites", in: MICHAUD 2000: 646-654.
- CHEVALIER (Jean-Marie), "La concentration économique et ses limites", in: Michaud 2000: 646-654.
- CLAPHAM (Christopher), *Africa and the International System – The politics of State Survival*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- CNUCED *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur le Commerce et le Développement sur sa dixième session – Tenue à Bangkok du 12 au 19 février 2000*, UN, Genebra, Doc. TD/390 de 21 septembre 2000.
- COELHO (Eduardo Prado), "Os labirintos da identidade", *Público*, 22 de Abril, 2000.
- COMELIAU (Christian), *Les impasses de la modernité*, Paris, Seuil, 2000: 171.
- COMISSÃO EUROPEIA, *ACP-EU Partnership Agreement signed in Cotonou on 23 June 2000*, Bruxelas, 2000.
- CORDELLIER (Serge), Sous la direction de, *La mondialisation au-delà des mythes*, Paris, La Découverte, 2000
- COSTA (Jurandir Freire), «Análise dos fundamentos e características da posição filosófica dos "utilitaristas"», *Folha de São Paulo* (S. Paulo), 20/01/2000.
- CPLP, III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, *Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização*, 17-18 de Julho, 2000, Maputo, Moçambique.
- DAHMS (Harry F.), "Epilog" in: DAHMS 2000a: 416-432
- DAHMS (Harry F.), Edited by, *Transformations of Capitalism – Economy, Society and the State in Modern Times*, Londres, MacMillan, 2000b.
- DARBY (Phillip), Edited by, *At the Edge of International Relations*, Londres, Continuum, 2000.
- DEFARGES (Philippe Moreau), *Introduction à la géopolitique*, Paris, Seuil, 1994 ("Coll. Points").
- DIAS (João), *As Actuais Importações Portuguesas com Origem nos PALOP e a Importância da Anterior Ligação Colonial*, Documento de Trabalho n° 27, Cesa/ISEG, 1993: 10.
- DUMONT (Louis), *Essais sur l'individualisme*, Paris, Seuil, 1991.
- DUTRA (Elim): entrevista dada à revista *Lusofonia* (n° 18, Outubro-Novembro 2000) pelo Embaixador brasileiro Elim Dutra, Director-Geral da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).
- EICHENGREEN (Barry) and IRWIN (Douglas A.), "The Role of History in Bilateral Trade Flows", in *The Regionalization of the World Economy*, Jeffrey A. Frankel (ed.), UCP, 1998: 55-56.
- ENGELHARD (Philippe), *O homem mundial*, trad. port., Lisboa, Instituto Piaget, 1998.
- EXPRESSO* (Jornal), de 11 de Novembro de 2000.
- EXPRESSO* (Jornal), "Empresários descobrem Brasil", 23 de Dezembro de 2000.
- FERNANDES (Luís Lobo), "O modelo Global: espaço de teste da paz e segurança internacionais", *Nação e Defesa*, n°95/96, Outono-Inverno, 2000: 43-54.
- FERREIRA (Manuel Ennes), "Relações entre Portugal e África de Língua Portuguesa: Comércio, Investimento e Dívida (1973-1994)", *Análise Social*, Vol. XXIX, n°129, 1994.
- FERREIRA (Manuel Ennes), "O processo de privatização em Angola", *Revista Política Internacional* (Lisboa), Vol. 1, n° 10, Inverno 1994-1995: 177-196
- FERREIRA (Manuel Ennes), "A Política Africana da União Europeia e as perspectivas para a Presidência Portuguesa no ano 2000: momentum ímpar?", in *UE – Ano 2000: Perspectivas para a Presidência Portuguesa*, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1999: 111-126
- FERREIRA (Manuel Ennes), "Do Modelo Gravitacional ao Modelo dos Polos de Difusão Regional? 25 anos de Política Externa Africana", comunicação ao *Colóquio 'A Democracia e a Política Externa Portuguesa'*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 12-13 de Maio, 1999a.
- FERREIRA (Manuel Ennes), *A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-91)*, Lisboa, Cosmos/IDN-Instituto de Defesa Nacional, 1999b.

- FERREIRA (Manuel Ennes) e ALMAS (Rui), “Comunidade económica ou parceria para o desenvolvimento: o desafio do multilateralismo na CPLP”, *Revista Política Internacional* (Lisboa), vol 1, nº 13, Outono-Inverno 1996: 35-71.
- FERREIRA (Manuel Ennes) et ALMAS (Rui), “Les Contours Économiques de la CPLP”, *Lusotopie*, Paris, 1997, pp.11-33.
- FIELDHOUSE (D.K.), *The West and the Third World*, Oxford, Blackwell, 1999.
- FORNI (Raymond), “Morale et relations internationales”, in Pascal Boniface (Sous la direction de), *Morale et relations internationales*, Paris, PUF/IRIS, 2000.
- FOUQUET (Annie) et alii (Coordination de), *Le syndicalisme dans la mondialisation*, Paris, Les Éditions de l’Atelier, Paris, 2000.
- FRANCE (Henri de), *Economie et vie spirituelle*, Paris, Octarès, 2000 (“Avant-propos” de René Passet).
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL: www.imf.org
- GÉOPOLITIQUE (Paris), nº 71, septembre 2000: 121-124.
- GIRAUD (Pierre-Noël), *L’inégalité du monde*, Paris, Gallimard, 1996:35 sgs
- GOLDSMITH (Edward), Entrevista de «Edward Goldsmith, codirecteur du forum International sur la Globalisation: Nous sommes devenus tributaires d’un système économique suicidaire», *Le Monde* (Paris), 23 de Janeiro de 2001.
- GORDON (Bernard), “The Natural Market Fallacy”, *Foreign Affairs*, vol.77, nº3, 1998: 13-16.
- GRIESGRABER (J.M.) & GUNTER (B), Edited by, *Promoting Development – Effective Global Institutions for the Twenty-first Century*, Londres, Pluto Press, 1995.
- HAYEK (F.A.), *The Counter-Revolution of Science – Studies on the Abuse of Reason*, Indianapolis, Liberty Fund, 1979.
- HEITOR (Jorge), “Nova associação da Tanzânia com o Quênia e o Uganda: renasceu a Comunidade da África Oriental”, *Público* (Lisboa), 19 de Janeiro de 2001.
- HELLEINER (Gerald K.), “The New Global Economy: Problems and Prospects (1990)” in: DAHMS 2000: 385-397
- ICEP, “Investidores Portugueses Preferem Angola”, *Portugal News*, 9 de Janeiro de 2001.
- ICEP, *Brasil: Informações Gerais sobre o Mercado*, s/d, São Paulo, Brasil.
- ICEP, *Brasil: um País, um Mercado*, s/d, Lisboa.
- ICEP, *Guiné-Bissau: um país, um destino*, s/d, Lisboa.
- ICEP: www.portugalnews.pt
- INE (1974-2000), *Estatísticas do Comércio Externo e Comércio Internacional*, Lisboa
- INE, *Brasil: um país, um mercado*, s/d, Lisboa.
- JONAS (Hans), *Pour une éthique du futur*, trad. fr., Paris, Payot & Rivages, 2ª ed., 1999: 69.
- KENNES (Walter), “La Dynamique Régionale dans le Nouveau Partenariat ACP-UE”, *Le Courier*, Édition Spéciale – Accord de Cotonou, Septembre, 2000: 29-30.
- KIMBALL (Roger), «‘The Killing of History’: Why Relativism is Wrong», *The New Criterion*, vol. 15, nº 1, Setembro 1996 (reproduzido em: www.thenewcriterion.com)
- KLEIMAN (E.) “Trade and the Decline of Colonialism”, *The Economic Journal*, 86, 1976: 459-480
- KLEIMAN (E.), “Heirs to Colonial Trade”, *Journal of Development Economics*, 4, 1977: 93-103.
- KRUGMAN (Paul), *Geography and Trade*, Cambridge, The MIT Press, 1994.
- LAROCHE (Joseph), *Politique internationale*, Paris, L.G.D.J./Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 2ª ed. 2000
- LATOUCHE (Serge), *L’autre Afrique – Entre don et marché*, Paris, Albin Michel, 1998.
- LECLERC (Gérard), *La mondialisation culturelle – Les civilisations à l’épreuve*, Paris, PUF, 2000.
- LEFEBVRE (Henri), “Société close ou société ouverte?: l’homme unidimensionnel d’Herbert Marcuse”, *Le Monde* (Paris) 16-17 de Junho 1968: 9.
- LÉONARD (Yves), “Da Descolonização à CPLP: as Relações Pós-Colonais”, comunicação ao *Colóquio ‘A Democracia e a Política Externa Portuguesa’*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 12-13 de Maio, Lisboa, 1999.
- LEROY (Christophe), “La mondialisation par le vide politique”, *Le Monde* (Paris), 12 sept. 2000
- LIVINGSTONE (I.), “The Impact of Colonialism and Independence on Export Growth in Britain and France”, *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 38, nº3, 1976: 211-218.
- LOPES (Carlos), *Compasso de espera – O fundamental e o acessório na crise africana*, Porto, Afrontamento, 1997.
- LOURENÇO (Eduardo), “Imagem e Miragem da lusofonia”, in *A Nau de Ícaro*, Gradiva, 1999.
- LOWE (Philip), “Entrevista” ao *Le Courier*, nº169, Bruxelles, 1998: 3
- LUSOFONIA (Revista), nº 18, Outubro-Novembro 2000.

- MACEWAN (Arthur), *Neo-liberalism or Democracy?*, Londres, Zed Books, 1999.
- MADELEY (John), *Hungry for Trade*, Londres, Zed Books, 2000.
- MANSFIELD (Edward) and BRONSON (Rachel), “Alliances, Preferential Trading Arrangements, and International Trade”, *American Political Science Review*, vol.91, n°1, 1997.
- MARCUSE (Herbert), *L’homme unidimensionnel*, trad. fr., Paris, Minuit, 1968.
- MARÉCHAL (Jean-Paul), *Humaniser l’économie*, Paris, DDB, 2000
- MARGARIDO (Alfredo), *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portuguesas*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- MBAKU (John M.), “Emerging Global Trade Blocs and the Future of African Participation in the World Economy”, *Journal of Economic Integration*, vol.10, n°2, 1995: 141-177.
- MICHAUD (Yves) (Sous la direction de), *Qu’est-ce que la société?*, Paris, Odile Jacob, 2000
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, *Angola: Quadros Sintéticos*, 1994, Brasília.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, *Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe*, Brasília.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, *Cabo Verde: Quadros Sintéticos*, Brasília, 1994.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, *Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe: Quadros Sintéticos*, Brasília, 1994.
- MODIGLIANI (Franco), “Science économique et dynamique du réel” in RICCIARDELLI 2000.
- MONDE (Le) (Paris), 2 de Fevereiro de 2001, p. 25
- MONGA (Célestin), *Anthropologie de la colère – Société civile et démocratie en Afrique Noire*, Paris, L’Harmattan, 1994.
- MONNIER (Laurent), «La tradition de l’histoire immédiate en République Démocratique du Congo», in JACOB 2000: 201-216.
- MONTBRIAL (Thierry de) et JACQUET (Pierre), Sous la direction de, *Ramsès 2001 – Rapport Annuel Mondial sur le Système Économique et les Stratégies*, Paris, Dunod/IFRI, 2000
- MONTBRIAL (Thierry de), *Pour combattre les pensées uniques*, Paris, Flammarion, 2000
- MOREIRA (Adriano Moreira), *Estudos da conjuntura internacional*, Lisboa, Dom Quixote, 1999.
- MORIN (Edgar), *Les sept savoirs nécessaires à l’éducation du futur*, Paris, Seuil, 2000
- NEVES (Fernando Santos), *Para uma crítica da razão lusófona: onze teses sobre a CPLP e a Lusofonia*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- NG’ONG’OLA (Clement), “Regional Integration and Trade Liberalisation in Africa”, *Journal of World Trade*, vol.33, n°1, 1999: 145-171.
- NOGARO (Bertrand), *La méthode de l’Économie Politique*, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1939.
- OCDE, *Migration et développement – Un nouveau partenariat pour la coopération*, Paris, OCDE, 1994
- OLIVEIRA (Jorge Eduardo da Costa) et alii, *Textos sobre cooperação económica 1998-1992*, Lisboa, ICE, 1992.
- OLIVEIRA (Jorge Eduardo da Costa), *A economia de S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, ICE/ICT, 1993.
- ORMEROD (Paul), *A economia borboleta – Uma nova teoria geral do comportamento socioeconómico*, trad. port., Lisboa, Europa-América, 2000.
- PACHECO (Carlos), *Repensar Angola*, Lisboa, Vega, 2000.
- PANIKKAR (K. M.), *Asia and Western Dominance*, Londres, George Allen and Unwin, 1953.
- PIATTIER (André) et alii, *Les formes de la concurrence*, Paris, Gautier-Villars, 1964.
- PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2000*, Lisboa, 2000.
- POLANYI (Karl), (1947), “A nossa obsoleta mentalidade mercantil”, *Revista Trimestral de Histórias & Ideias* (Porto), n° 1, 1978: 7-19
- POPPER (Karl), *La leçon de ce siècle*, Paris, Anatolia Editions, 1993: 65 (“Coll. 10/18”)
- RAWLS (John), *A lei dos povos*, trad. port., Coimbra, Quarteto, 2000
- REYNAUD (C.) et AHMED (A. Sid), (Sous la direction de), *L’avenir de l’espace méditerranéen*, Paris, Publisud, 1991;
- RICCIARDELLI (Marina) et alii, Sous la direction de, *Mondialisation e sociétés culticuturelles. L’incertain du futur*, Paris, PUF, 2000.
- ROJO (Luis Angel), “El método empírico y el conocimiento económico”, in HERNÁN (Francisco) et alii, *Ensayos de filosofía da ciencia: En torno à la obra de Sir Karl R. Popper*, Madrid, Editorial Tecnos, 1970: 92-108 (Simpósio de Burgos de 1968).
- ROQUE (Fátima Moura), *Construir a paz em Angola: uma proposta política e económica*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- SAID (Edward W.), *Representações do intelectual*, trad. port., Lisboa, Colibri, 2000

- SAURIN (Julian), “Globalisation, Poverty and the Promises of Modernity”, in Vandersluis and Yeros 2000b.
- SEN (Amartya), *On Ethics and Economics*, Oxford, 1991; *Inequality Reexamined*, Oxford, 1995; *Development as Freedom*, Oxford, 1999.
- SILVA (Joaquim Ramos), “O Desenvolvimento Recente das Relações Económicas Luso-Brasileiras: Algumas Reflexões”, comunicação apresentada ao *III Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*, Macau, 28-30 de Junho de 1998.
- SINGER (Sir Hans W.), “Rethinking Bretton Woods: From an Historical Perspective” in GRIESGRABER & GUNTER 1995: 1-22
- SKLAR (Holly) (Edited by), *Trilateralism – The Trilateral Commission and Elite Planning for World Management*, Boston, South End Press, 1980.
- STIGLITZ (Joseph), “O que eu aprendi com a crise mundial”, trad. port., S. Paulo, *Folha de São Paulo*, 15 de Abril de 2000. A versão original foi publicada em *The New Republic Online*. Vd. <http://www.thenewrepublic.com/>
- STIGLITZ (Joseph), Discurso pronunciado na CNUCED no quadro das “Conferências Prebisch” em 19 de Outubro de 1998. Traduzido em francês pela revista *L'Économie Politique* (Paris), 5, 2000, com o título «Vers un nouveau paradigme pour le développement».
- SUMMER (L.W.), *Welfare, Happiness and Ethics*, Oxford, 1999.
- TEIXEIRA (Nuno Severiano), RODRIGUES (José Cervaens) e NUNES (Isabel Ferreira), Coordenação de, *O interesse nacional e a globalização*, Lisboa, Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 2000: 62.
- TINCQ (Henri), «Michel Camdessus, ancien directeur général do FMI: “Être chrétien, c’est rechercher le bien public”», *Le Monde* (Paris), 16 de Janeiro de 2001.
- TOOZE (Roger), “Susan Strange, Academic International Relations and the Study of International Political Economy”, *New Political Economy* (Londres), Vol. 5, nº 2, 2000
- TORRES (Adelino) (Coord.), *Portugal-PALOP: as Relações Económicas e Financeiras*, Ed. Escher, Lisboa, 1991.
- TORRES (Adelino), “A CPLP é viável?”, *Expresso* (Lisboa), Outubro 1996.
- TORRES (Adelino), «A economia como ciência social e moral: algumas observações sobre as raízes do pensamento económico neoclássico: Adam Smith ou Mandeville?», revista *Episteme*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa., I, nº 2, 1998.
- TORRES (Adelino), «La nouvelle “Communauté de Pays de Langue Portugaise-CPLP” et la coopération de L’Union Européenne: quelques problèmes», in: BÉRAUD *et alii*, 1999: 152-166.
- TORRES (Adelino), *Horizontes do desenvolvimento africano no limiar do século XXI*, Lisboa, Vega, 2ª ed. 1999a.
- TORRES (Adelino), «Holisme et individualisme méthodologique dans les théories du développement», comunicação ao Colóquio Internacional *Heterodoxia e Ortodoxia*, organizado por: CEDIN/Universidade Técnica de Lisboa e ERUDIT/Université de Rennes I, Lisboa, 11-13 de Maio de 2000.
- TORRES (Adelino), “Concepções do desenvolvimento: incertezas e interrogações”, Comunicação ao *Seminário sobre Desenvolvimento*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (Lisboa), 19 de Outubro de 2000a.
- TORRES (Adelino), “Prefácio” in: Romano Entzweiler, *Os desafios de tributar na era da globalização*, Florianópolis/Brasil, Editora Diploma Legal, 2000b.
- TORRES (Adelino), “A CPLP: que projecto para que futuro?”, *Diário de Notícias* (Lisboa), 27 de Novembro de 2000
- TORRES (Adelino), “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): um projecto complexo e de longo prazo”, in: www.portugalnews.pt (Site do ICEP), 2000.
- UNITED NATIONS, *World Investment Report 1999*, New York, 1999.
- URBAN (Sabine) “Présentation” in: RICCIARDELLI 2000.
- VANDERSLUIJS (S. O.) and YEROS (P.), (Editors), *Poverty in World Politics*, Londres, Macmillan, 2000.
- VANDERSLUIJS (S.O.) and YEROS (P.), *Ethics and Poverty in a Global Era*, 2000a, in Vandersluis and Yeros, 2000a.
- VENÂNCIO (José Carlos), *O facto africano: elementos para uma sociologia de África*, Lisboa, Vega, 2000.

ANEXOS

ANEXO 1

Comércio externo português com os países da CPLP
(em mil contos, preços correntes)

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S. Tomé		Brasil	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
Para memória:												
1973	4 760	3 271	36	377	99	627	2 222	2 252	103	112	2 187	453
1975	3 081	1 741	19	564	147	322	1 483	1 261	104	156	1 827	540
Antes da CPLP:												
1990	12 521	58 522	339	7 355	454	5 887	2 211	6 130	31	1 546	56 040	6 594
1991	14 457	79 066	441	7 452	662	4 882	2 463	5 561	40	1 585	53 718	5 395
1992	15 654	110 581	387	7 734	640	3 555	4 752	4 563	66	1 670	48 528	5 043
1993	959	55 685	272	9 459	659	3 657	3 151	6 000	49	2 078	53 803	9 023
1994	951	48 580	531	13 918	814	5 103	4 144	7 176	30	2 104	68 296	14 585
1995	1 973	52 018	1 110	17 934	985	4 558	4 529	7 368	33	2 592	76 946	28 619
1996	1 940	61 116	1 569	19 374	735	4 315	4 818	8 077	46	2 595	72 729	38 310
Pós-CPLP												
1997	7 881	78 901	1 828	21 917	484	4 935	5 486	8 705	93	2 655	103 303	40 823
1998	4 390	73 843	1 796	23 658	407	3 134	5 706	12 326	229	3 390	93 495	40 548
1999	2 033	55 231	1 952	27 754	75	3 403	7 874	13 487	842	3 819	73 779	27 439

Fonte: Banco de Portugal, *Evolução das Economias dos Países da CPLP 1999-2000*, 2000, Lisboa
INE (1974-2000), *Estatísticas do Comércio Externo e Comércio Internacional*, Lisboa

ANEXO 2

Investimento directo proveniente da CPLP em Portugal, em termos líquidos
(em milhares de contos)

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Angola				198	546	8	47
Cabo Verde				o	23	4	9
Guiné-Bissau				1	14	- 31	0
Mozambique				- 19	- 12	- 16	25
São Tomé				2	2	2	2
Brasil	5 400	14 400	- 43	2 500	16 700	3 900	11 100

Fontes: construído a partir de Banco de Portugal (1991a 2000), *Relatório do Banco de Portugal (1990 a 1999)*; Banco de Portugal (1995;1997;2000), *Evolução das Economias dos Países da CPLP (1994;1996/97;1999/2000)*
ICEP (s/d), *Brasil: Um país, um mercado*
Notas: o - ausência de investimento

ANEXO 3

Investimento líquido directo português e exportações portuguesas para alguns
países da CPLP
(em milhares de contos)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
INVESTIMENTOS										
Angola	272	470	1770	652	258	556	1950	4280	4820	11310
Brasil	802	70	277	-82	429	4700	38600	85400	478500	300200
Cabo Verde	107	222	22	67	48	3060	139	2410	1110	7020
Mozambique	626	444	274	1360	4000	269	3210	3680	3910	3330
EXPORTAÇÕES										
Angola	58522	79066	110581	55685	48580	52018	61116	78901	73843	55231
Brasil	6594	5395	5043	9023	14585	28619	38310	40823	40548	27439
Cabo Verde	7355	7452	7734	9459	13918	17374	19374	21917	23658	27754
Mozambique	6130	5561	4563	6000	7176	7368	8077	8705	12326	13487

Fonte: Banco de Portugal (1991 a 2000), *Relatórios do Banco de Portugal (1990 a 1999)*
Banco de Portugal (1995; 1997;2000), *Evolução das Economias dos Países da CPLP (1994; 1996/97;1999/2000)*
ICEP (s/d), *Brasil: um país, um mercado*, Lisboa
INE (1974-2000), *Estatísticas do Comércio Externo e Comércio Internacional*, Lisboa

QUADRO 7 – Exportações para os países da CPLP relativamente às exportações totais de cada país
(em percentagem)

Exportações para: ?	ANGOLA									BRASIL									CABO VERDE								
	Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP			
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999			
Angola									3.4	6.8	2.6	n.d.	n.d.	n.d.						n.d.							
Brasil	n.d.	0.09	0.35	0.02	n.d.	n.d.											n.d.	0.02	0.01	0.02	n.d.						
Cabo Verde	0.00	16.0	0.00	0.00	0.00	n.d.			0.00	n.e.				n.e.													
Guiné-Bissau			n.e.			n.e.			0.00	n.e.				n.e.			2.1	0.7	0.2	0.2	7.1	0.1	0.2	0.0			
Moçambique			n.e.			n.e.			0.00	n.e.				n.e.													
Portugal	4.4	2.2	1.6	1.7	1.6	1.9	1.7	1.2	0.2	0.4	0.5	0.8	1.0	1.0	0.9	0.6	0.31	0.38	0.46	0.58	0.51	0.54	0.54	0.61			
São Tomé e P.			n.e.			n.e.			0.3	n.e.				n.e.													

Exportações para: ?	GUINÉ-BISSAU									MOÇAMBIQUE									PORTUGAL								
	Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP			
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999			
Angola			n.e.			n.e.					n.d.				n.d.			3.0	0.2	0.2	0.4	0.3	1.0	0.6	0.5		
Brasil	n.d.	0.00	0.00	0.00	n.d.	n.d.			n.d.	0.01	0.01	0.01	n.d.	n.d.			n.d.	0.70	0.78	0.89	n.d.	n.d.	0.86	n.d.			
Cabo Verde			n.d.			n.d.					n.e.				n.e.			80.0	48.8	58.8	82.9	77.9	74.1	88.9	89.7		
Guiné-Bissau											n.e.				n.e.			38.1	12.8	2.8	27.3	2.9	3.2	1.5	0.1		
Moçambique			n.e.			n.e.											13.1	12.7	8.9	8.4	7.7	8.9	7.6	8.7			
Portugal	0.14	0.14	0.17	0.14	0.11	0.12	0.07	0.07	0.18	0.24	0.24	0.24	0.21	0.21	0.28	0.30											
São Tomé e P.			n.e.			n.e.					n.e.				n.e.			1.9	0.7	0.6	1.9	2.0	5.7	26.6	n.d.		

Exportações para: ?	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE								
	Pré-CPLP					Pós-CPLP			
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	
Angola			n.d.			n.d.			
Brasil	n.d.	0.00	0.00	0.00	n.d.	n.d.			
Cabo Verde			n.e.			n.e.			
Guiné-Bissau			n.e.			n.e.			
Moçambique			n.e.			n.e.			
Portugal	0.06	0.08	0.07	0.08	0.06	0.06	0.07	0.08	
São Tomé e P.									

FONTE: Banco de Portugal (2000), *Evolução das Economias dos Palop 1999/2000*; Ferreira, M.E. et Almas, R. (1997), “Les Contours Économiques de la CPLP”, *Lusotopie 1997*; Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé: Quadros Sintéticos*, 1994, Brasília
NOTAS: 0.00 – comércio estatisticamente insignificante; n.d. – não disponível (provavelmente existe); n.e. – não existente ou insignificante

**QUADRO 8 – Importações provenientes dos países da CPLP em relação às importações totais de cada um dos países
(em percentagem)**

Importações de: ?	ANGOLA									BRASIL									CABO VERDE								
	Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP			
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999			
Angola									2.6	2.9	11.9	1.2	1.9	4.0	6.0	5.1	<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>					
Brasil	<i>n.d.</i>	0.11	0.04	0.48	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>												<i>n.d.</i>	0.00	0.00	0.00	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>				
Cabo Verde	<i>n.d.</i>					<i>n.d.</i>				5.2	<i>n.d.</i>		4.3	3.1	<i>n.d.</i>			<i>n.d.</i>					<i>n.d.</i>				
Guiné-Bissau	<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>				0.1	<i>n.e.</i>				<i>n.d.</i>			<i>n.d.</i>					<i>n.d.</i>				
Moçambique	<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>				0.2	<i>n.d.</i>				<i>n.d.</i>			<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>				
Portugal	0.38	0.02	0.02	0.03	0.03	0.13	0.06	0.02	1.2	1.4	1.5	1.6	1.3	1.8	1.4	0.7	0.00	0.00	0.01	0.02	0.02	0.03	0.02	0.02			
São Tomé e P.	4.5	7.3	4.8	4.4	13.3	6.7	11.5	<i>n.d.</i>	0.00	<i>n.e.</i>				<i>n.e.</i>			<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>					

Importações de: ?	GUINÉ-BISSAU									MOÇAMBIQUE									PORTUGAL								
	Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP			
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999			
Angola	<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>				<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>				34.1	26.6	22.5	20.4	21.5	22.4	20.3	18.8	
Brasil	<i>n.e.</i>	0.00	<i>n.e.</i>			<i>n.e.</i>				<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>				<i>n.d.</i>	0.22	0.25	0.34	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	0.38	<i>n.d.</i>	
Cabo Verde	<i>n.d.</i>					<i>n.d.</i>				<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>				32.2	33.6	34.5	39.8	40.9	42.8	46.9	52.7	
Guiné-Bissau	<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>				<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>				35.1	32.3	37.7	37.6	38.4	28.5	32.0	19.7	
Moçambique	<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>				<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>				6.1	6.1	5.0	9.0	6.3	6.1	7.9	6.3	
Portugal	0.01	0.01	0.01	0.02	0.01	0.00	0.00	0.00	0.11	0.08	0.09	0.09	0.08	0.09	0.08	0.10	<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>					
São Tomé e P.	<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>				<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>				38.7	35.4	28.3	38.2	29.0	26.3	41.4	<i>n.d.</i>	

Importações de: ?	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE								
	Pré-CPLP					Pós-CPLP			
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	
Angola	<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>			
Brasil	<i>n.e.</i>	0.00	0.00	<i>n.e.</i>	<i>n.e.</i>	<i>n.e.</i>			
Cabo Verde	<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>			
Guiné-Bissau	<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>			
Moçambique	<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>			
Portugal	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.01	
São Tomé e P.	<i>n.e.</i>					<i>n.e.</i>			

FONTE: Banco de Portugal (2000), *Evolução das Economias dos Palop 1999/2000*; Ferreira, M.E. et Almas, R. (1997), "Les Contours Économiques de la CPLP", *Lusotopie 1997*; Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé: Quadros Sintéticos*, 1994, Brasília
NOTAS: 0.00 – comércio estatisticamente insignificante; *n.d.* – não disponível (provavelmente existe); *n.e.* – não existente ou insignificante

QUADRO 9 – Investimentos nos países da CPLP relativamente ao IDE total de cada país no estrangeiro
(em percentagem)

Investimentos em: ?	ANGOLA									BRASIL									CABO VERDE								
	Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP			
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999			
Angola									n.e.					n.e.				n.d.					n.d.				
Brasil	n.d.					n.d.												n.e.					n.e.				
Cabo Verde	n.e.					n.e.				n.e.					n.e.												
Guiné-Bissau	n.e.					n.e.				n.e.					n.e.				n.e.					n.e.			
Moçambique	n.e.					n.e.				n.e.					n.e.				n.e.					n.e.			
Portugal	0.0	2.6	0.5	0.5	1.6	1.5	0.9	2.2	0.3	#	0.9	4.5	32.2	30.1	93.1	58.8	0.0	0.3	0.1	3.0	0.1	0.8	0.2	1.4			
São Tomé e P.	n.e.					n.e.				n.e.					n.e.				n.e.					n.e.			

Investimentos em: ?	GUINÉ-BISSAU									MOÇAMBIQUE									PORTUGAL								
	Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP			
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999			
Angola	n.e.					n.e.				n.e.					n.e.				n.d.					n.d.			
Brasil	n.e.					n.e.				n.e.					n.e.				n.d.	n.d.	0.24	n.d.	n.d.	n.d.			
Cabo Verde	n.e.					n.e.				n.e.					n.e.				n.d.					n.d.			
Guiné-Bissau									n.e.					n.e.				n.d.					n.d.				
Moçambique	n.e.					n.e.												n.d.					n.d.				
Portugal	0.0	n.e.	0.1	0.0	0.1	0.6	0.0	0.0	0.0	5.4	8.5	0.3	2.7	1.3	0.8	0.7											
São Tomé e P.	n.e.					n.e.				n.e.					n.e.				n.d.					n.d.			

Investimentos em: ?	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE								
	Pré-CPLP					Pós-CPLP			
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	
Angola	n.d.					n.d.			
Brasil	n.e.					n.e.			
Cabo Verde	n.e.					n.e.			
Guiné-Bissau	n.e.					n.e.			
Moçambique	n.e.					n.e.			
Portugal	n.e.	0.0	n.e.	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	
São Tomé e P.									

FONTE: Cálculos dos autores e estatísticas provenientes de Banco de Portugal (2000), *Evolução das Economias dos Países da CPLP 1999/2000*; ICEP (s/d): *Um país, um mercado: Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique*; Ferreira, M.E. et Almas, R. (1997), "Les Contours Économiques de la CPLP", *Lusotopie 1997*

NOTAS: 0.00 – investimento estatisticamente insignificante; n.d. – não disponível (provavelmente existe); n.e. – provavelmente não existente ou insignificante

**QUADRO 10 – Investimentos provenientes dos países da CPLP em relação aos IDE total recebido por cada um dos países
(em percentagem)**

Investimentos ? vindos de:	ANGOLA									BRASIL									CABO VERDE								
	Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP			
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999			
Angola									n.d.					n.d.			n.e.					n.e.					
Brasil			n.e.					n.e.														n.e.		n.e.			
Cabo Verde			n.d.					n.d.			n.d.					n.d.											
Guiné-Bissau			n.e.					n.e.			n.e.					n.e.						n.e.		n.e.			
Moçambique			n.e.					n.e.			n.e.					n.e.						n.e.		n.e.			
Portugal	n.d.	0.01	0.27	0.00	0.09	0.14	0.02	0.05	n.d.	2.21	5.07	0.15	1.19	4.19	0.76	10.7	n.e.	0.00		n.e.		0.01	0.01	0.01			
São Tomé e P.			n.d.					n.d.			n.e.					n.e.								n.e.			

Investimentos ? vindos de:	GUINÉ-BISSAU									MOÇAMBIQUE									PORTUGAL								
	Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP				Pré-CPLP					Pós-CPLP			
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999			
Angola			n.e.					n.e.			n.e.					n.e.	n.d.	58.1	87.1	35.8	n.d.			n.d.			
Brasil			n.e.					n.e.			n.e.					n.e.	0.00	0.71	2.14	n.d.	2.64	4.45	7.54	8.74			
Cabo Verde			n.e.					n.e.			n.e.					n.e.	n.d.	n.d.	44.5	77.4	3.1	100	n.d.	n.d.			
Guiné-Bissau											n.e.					n.e.	n.d.	100	21.8	61.1	40.6	100	15.7	n.d.			
Moçambique			n.e.					n.e.									n.d.	n.d.	26.5	3.9	28.4	33.3	10.3	n.d.			
Portugal	n.e.	0.00	n.e.	n.e.	0.00	0.00	#	n.e.	n.d.	n.d.	0.00	0.00	#	#	#	0.02											
São Tomé e P.			n.e.					n.e.			n.e.					n.e.								n.d.			

Investimentos ? vindos de:	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE								
	Pré-CPLP					Pós-CPLP			
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	
Angola			n.e.					n.e.	
Brasil			n.e.					n.e.	
Cabo Verde			n.e.					n.e.	
Guiné-Bissau			n.e.					n.e.	
Moçambique			n.e.					n.e.	
Portugal	n.d.	0.00	0.00	n.e.	0.00	0.00	0.00	0.00	
São Tomé e P.									

FONTE: Cálculos dos autores e estatísticas provenientes de Banco de Portugal (2000), *Evolução das Economias dos Palop 1999/2000*; ICEP (s/d), *Um país, um mercado: Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique*; Banco Central do Brasil (2000), *Investimentos Diretos – Distribuição por País de Origem dos Recursos*; Ferreira, M.E. et Almas, R. (1997), "Les Contours Économiques de la CPLP", *Lusotopie 1997*

NOTAS: 0.00 – investimento estatisticamente insignificante; n.d. – não disponível (provavelmente existe); n.e. – não existente ou insignificante; # - invest. líquido negativo